

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DAS RELAÇÕES  
POLÍTICAS**

**ALINE GUIMARÃES ANDRADE**

**FORMAÇÃO E TRAJETÓRIA POLÍTICO-ELEITORAL DO MOVIMENTO  
DEMOCRÁTICA BRASILEIRO (MDB) EM CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM (1966-  
1979)**

**VITÓRIA  
2018**

ALINE GUIMARÃES ANDRADE

**FORMAÇÃO E TRAJETÓRIA POLÍTICO-ELEITORAL DO MOVIMENTO  
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO (MDB) EM CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM (1966 –  
1979)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Ueber J. de Oliveira

**VITÓRIA  
2018**

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)  
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

---

Andrade, Aline Guimarães, 1984-  
A553f Formação e trajetória político-eleitoral do Movimento  
Democrático Brasileiro (MDB) em Cachoeiro de Itapemirim (1966-  
1979) / Aline Guimarães Andrade. – 2018.  
120 f. : il.

Orientador: Ueber José de Oliveira.  
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal  
do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Movimento Democrático Brasileiro. 2. Partidos políticos. 3.  
Bipartidarismo. 4. Eleições - Cachoeiro de Itapemirim (ES). I.  
Oliveira, Ueber José de, 1981-. II. Universidade Federal do  
Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III.  
Título.

CDU: 93/99

---

Elaborado por Perla Rodrigues Lôbo – CRB-6 ES-527/O

ALINE GUIMARÃES ANDRADE

**FORMAÇÃO E TRAJETÓRIA POLÍTICO-ELEITORAL DO MOVIMENTO  
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO (MDB) EM CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM (1966 –  
1979)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Aprovada em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

COMISSÃO EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Ueber José de Oliveira (Orientador)  
Universidade Federal do Espírito Santo

---

Prof. Dr. Pedro Ernesto Fagundes (Membro Interno)  
Universidade Federal do Espírito Santo

---

Prof. Dr. Valter Pires Pereira (Membro Interno)  
Universidade Federal do Espírito Santo

---

Prof. Dr. Leonardo Bis dos Santos (Membro Externo)  
Instituto Federal do Espírito Santo – Campus Vitória

---

Prof. Dra. Maria Beatriz Nader (Membro Interno Suplente)  
Universidade Federal do Espírito Santo

---

Prof. Dr. Rodrigo da Silva Goularte (Membro Externo Suplente)  
Instituto Federal do Espírito Santo – Campus Itapina

*À minha querida mãe Regina, minha fortaleza,  
razão da minha vida.*

*Minhas irmãs Larissa e Bruna pelo apoio.*

*Fabício pelo amor e apoio constante.*

## AGRADECIMENTOS

No momento em que estas palavras estão sendo escritas, um misto de ansiedade e contentamento invade minha alma, um filme se exhibe em minha cabeça, contendo desde a felicidade pela aprovação no programa de pós-graduação, até a angústia sentida nesta reta final. Seria impossível, em poucas palavras, agradecer a todos aqueles – família, amigos, orientador, instituição – que torceram por mim, rezaram e me incentivaram na caminhada.

Agradeço inicialmente a minha família, pelo apoio incondicional, pelas palavras de incentivo, pelas lágrimas enxugadas, pelo ombro sempre disposto a me acolher. À minha mãe querida, Regina, minha fortaleza, fonte de inspiração que, mesmo não tendo estudado, sempre soube a importância do estudo para a transformação de vidas. Por ela, acordo todos os dias, ela é meu esteio, meu exemplo, meu grande amor. Às minhas irmãs, Larissa e Bruna, pelos pensamentos positivos, orações e palavras de incentivo. Amo vocês. Ao meu querido e amado companheiro de uma vida, Fabrício, pela paciência e compreensão nestes momentos tão difíceis, por sempre me incentivar a lutar pelo que quero, por sempre dispor de seu ombro em noites de angústia e choro, por sua mão amiga sempre a me conduzir pelo caminho do bem. Amo você.

Meu mais sincero agradecimento aos amigos, numericamente restritos, mas infinitamente especiais, pelo apoio, e por terem sempre uma palavra de incentivo nas horas mais oportunas. Em especial, ao casal querido Leandro e Fernanda, e à querida amiga Aline de Freitas, que luta comigo desde a graduação, posteriormente no trabalho, e agora no mestrado. Foram muitos contratempos na estrada para que, juntas, pudéssemos chegar até aqui. Juntas, choramos, nos apoiamos e concluímos mais uma etapa. Espero ter você sempre por perto. Meu mais sincero obrigado.

A meu orientador Ueber José de Oliveira, sempre solícito e gentil, pessoa que aprendi a admirar pelo profissionalismo e pela delicadeza com que conduzia sua orientação. Aqui fica meu mais profundo obrigado, meu agradecimento e admiração, querido Mestre.

À Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e a todos os funcionários e professores do Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais. Em especial, aos Profs. Drs. Pedro Ernesto Fagundes e Valter Pires Pereira, pela forma educada e cortês com que conduziram os apontamentos durante a qualificação.

Aos profissionais do Arquivo Público do Espírito Santo, Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, A Gazeta e Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim por permitir que este trabalho fosse concluído, fornecendo documentos imprescindíveis.

Por fim, à admirável pessoa que é Roberto Valadão Almokdice, um dos personagens desta dissertação que, sempre solícito, abriu as portas de sua casa para agradáveis conversas. É um homem de palavras firmes e mente lúcida, que aprendi a respeitar. Senhor Roberto, o meu mais sincero obrigado.

*“Nenhum governo pode ser sólido por muito tempo se não tiver uma oposição temível”.*

***Benjamin Disraeli***

## RESUMO

A presente dissertação tem como objeto-problema a análise do desempenho político-eleitoral do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), entre os anos de 1966-1979, em comparação com a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), em especial no município de Cachoeiro de Itapemirim -ES, nas eleições majoritárias para a composição do executivo e legislativo municipal, haja vista que a conjuntura política em vigor era o bipartidarismo, implantado após o golpe civil-militar ocorrido no ano de 1964, e vigente entre os anos de 1966-1979. Para elaborar a análise, foram elencados alguns personagens que corroboraram na construção do partido MDB, em Cachoeiro de Itapemirim, e ajudaram o partido a sair vitorioso em diferentes pleitos no transcorrer do bipartidarismo. Tomamos como base metodológica a pesquisa documental múltipla, a qual demonstrou que a formação do MDB cachoeirense foi aparelhada, principalmente, por uma ala menos conservadora de ex-membros de diferentes partidos, como o PSB e PSP, além do PTB. Por outro lado, a maioria dos petebistas considerados mais conservadores, como Raymundo Andrade, se direcionou para a Arena. Este trabalho busca analisar, desde a formação do MDB em Cachoeiro de Itapemirim, por intermédio de seus principais personagens, os processos eleitorais do período do bipartidarismo, os quais conferiram ao MDB importantes vitórias, mesmo antes da chamada “virada emedebista” de 1974, destacando as motivações para tal feito.

**Palavras-chave:** Política, Partidos Políticos, Bipartidarismo, Movimento Democrático Brasileiro (MDB), Eleições, Cachoeiro de Itapemirim.

## ABSTRACT

The purpose of this dissertation is to analyze the political-electoral performance of the Brazilian Democratic Movement (MDB) between 1966 and 1979 in comparison to the National Renewal Alliance (ARENA), especially in the municipality of Cachoeiro de Itapemirim ES, in the elections the majority of whom were members of the executive and municipal legislature, given that the current political situation was bipartisanship, implemented after the civil-military coup in 1964 and in force between 1966 and 1979. To that end, some characters who were corroborated in the construction of the MDB party in Cachoeiro de Itapemirim were also mentioned, as well as helping to emerge victorious in different lawsuits during the course of bipartisanship. The dissertation was based on multiple documentary research, which demonstrated that the formation of the Cachoeirense MDB was mainly characterized by a less conservative wing of former members of different parties such as PSB and PSP, in addition to PTB. On the other hand, most of the petebistas considered more conservative, like Raymundo Andrade, were directed towards the Arena. From the formation of the MDB in Cachoeiro de Itapemirim, through its main characters, the paper seeks to analyze the electoral processes of the bipartisan period, which gave the MDB important victories even before the so-called "emedebista turn" of 1974, highlighting the motivations for such a feat.

**Keywords:** Politics, Political Parties, Bipartisanship, Brazilian Democratic Movement (MDB), Elections, Cachoeiro de Itapemirim.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Capa e texto do jornal O Cachoeirano edição de 18 de novembro de 1889. .....	38
Figura 2 - Manchete do jornal A Gazeta de 23 de abril de 1964 .....	71
Figura 3 – Carteirinha de filiação de Valadão junto à CECI. ....	81
Figura 4 - Panfleto de Roberto Valadão para a eleição ao cargo de Vereador em 1972 .....	95
Figura 5 – Internação de Roberto Valadão em um hospital em decorrência do incidente em que foi envolvido. ....	99
Figura 6 – Peças para instauração de Inquérito, oriundo do Juiz Eleitoral e Comunicação do MDB – 3, assinado pelo Candidato a prefeito Higino Bernardes dos Santos. ....	108
Figura 7 – Um dos estabelecimentos que constantemente recebiam políticos emedebistas. Podemos identificar na imagem Roberto Valadão. Entretanto, ele não pode confirmar se realmente era o antigo bar Alaska, tão pouco outros emedebistas que poderiam lá se encontrar.....	110
Figura 8 – Hélio Carlos na Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim (1977). .....	111
Figura 9 – Material impresso para a campanha de Hélio Carlos ao Senado e Valadão à Assembleia Legislativa (1978).....	112
Figura 10 – Material impresso de divulgação da candidatura de Valadão à Assembleia Legislativa (1978) .....	112
Figura 11 – Lista das seções eleitorais que compunham a zona eleitoral de Cachoeiro de Itapemirim – ES (1978) .....	113
Figura 12 - Material impresso com texto escrito por Valadão dando conta do porque de votar no MDB (1978) .....	113
Figura 13 – Material impresso pelo MDB conclamando o povo a participar das eleições como forma de reação contra o Regime (1978) .....	114
Figura 14 - Material impresso de divulgação da candidatura de Valadão à Assembleia Legislativa (1978) .....	114
Figura 15 – Material impresso pelo MDB destacando a importância de votar no partido (1978).....	115

Figura 16 - Distritos correspondentes a Cachoeiro de Itapemirim entre as décadas de 1940 e 1970. .... 116

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Representação Gráfica da Evolução Demográfica dos Municípios do Espírito Santo.....	63
Gráfico 2 – Composição da Câmara de Vereadores de Cachoeiro de Itapemirim, em 1966, distribuídos por partido.....	89
Gráfico 3 – Composição da Câmara de Vereadores de Cachoeiro de Itapemirim, em 1972, distribuídos por partido.....	89
Gráfico 4 – Composição da Câmara de Vereadores de Cachoeiro de Itapemirim, em 1976, distribuídos por partido.....	90
Gráfico 5 – Desempenho dos Vereadores mais votados por partido nas eleições de 1966 / 1972 / 1976. ....	90

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Filiação à Arena e ao MDB dos membros dos antigos partidos na Câmara Federal em 1966. ....	58
Tabela 2 – Filiação à Arena e ao MDB dos membros dos antigos partidos dos Deputados Estaduais no Espírito Santo em 1966. ....	60
Tabela 3 – Composição do Legislativo de Cachoeiro de Itapemirim (1947-1958) ....	65
Tabela 4 – Composição do Legislativo de Cachoeiro de Itapemirim (1959-1962) ....	68
Tabela 5 – Composição do Legislativo de Cachoeiro de Itapemirim (1963-1966) ....	70
Tabela 6 – Políticos Cachoeirenses que assinaram a ata de abertura do diretório regional da ARENA .....	74
Tabela 7 – Políticos Cachoeirenses que assinaram a ata de abertura do diretório regional do MDB.....	75
Tabela 8 – Principais nomes que compuseram o Executivo e o Legislativo cachoeirense entre os anos de 1947 – 1966. ....	76
Tabela 9 – Executivo e Composição da Câmara nas eleições de 1966.....	84
Tabela 10 – Executivo de 1970. ....	85
Tabela 11 – Executivo e Composição da Câmara nas eleições de 1972.....	85

**LISTA DE SIGLAS**

AIB	—	Ação Integralista Brasileira
AC	—	Ato Complementar
AI	—	Ato Institucional
ANL	—	Aliança Nacional Libertadora
ARENA	—	Aliança Renovadora Nacional
CECI	—	Casa do Estudante de Cachoeiro de Itapemirim
CLT	—	Consolidação das Leis do Trabalho
MDB	—	Movimento Democrático Brasileiro
MTR	—	Movimento Trabalhista Renovador
PCA	—	Partido Construtor Autonomista
PCB	—	Partido Comunista Brasileiro
PDC	—	Partido Democrata Cristão
PDS	—	Partido Democrático Social
PDT	—	Partido Democrático Trabalhista
PL	—	Partido da Lavoura
PMDB	—	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PR	—	Partido Republicano
PRC	—	Partido Republicano Construtor
PRD	—	Partido Republicano Democrático
PRF	—	Partido Republicano Federal

PRP	–	Partido da Representação Popular
PRT	–	Partido Republicano Trabalhista
PSB	–	Partido Socialista Brasileiro
PSD	–	Partido Social Democrata
PSP	–	Partido Social Progressista
PST	–	Partido Social Trabalhista
PT	–	Partido dos Trabalhadores
PTB	–	Partido Trabalhista Brasileiro
PTN	–	Partido Trabalhista Nacional
TER	–	Tribunal Regional Eleitoral
TSE	–	Tribunal Superior Eleitoral
UDN	–	União Democrática Nacional
UFES	–	Universidade Federal do Espírito Santo
URES	–	União Republicana Espírito-Santense
URSS	–	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>19</b>
<b>2</b>	<b>A CONFIGURAÇÃO POLÍTICO-PARTIDÁRIA ESPÍRITO-SANTENSE E SEUS REFLEXOS NA CIDADE DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM: DOS PRIMEIROS ANOS DA REPÚBLICA AO GOLPE DE 1964 .....</b>	<b>33</b>
2.1	OS PRIMEIROS ANOS DA REPÚBLICA: A SUPREMACIA AGROFUNDIÁRIA	33
2.2	A ERA VARGAS: O OSTRACISMO DAS ELITES AGROFUNDIÁRIAS E SUA POSIÇÃO ANTE AO VARGUISMO .....	39
2.3	A ESTRUTURA POLÍTICO PARTIDÁRIA NO PERÍODO DEMOCRÁTICO (1945-1964)	43
3.1	O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964 E SEUS REFLEXOS NO ESPÍRITO SANTO	49
3.2	A DANÇA DAS CADEIRAS: REALINHAMENTO DAS ELITES PARTIDÁRIAS FRENTE AO BIPARTIDARISMO.....	55
<b>4</b>	<b>A CIDADE DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ANTE O GOLPE E A CONFIGURAÇÃO BIPARTIDÁRIA.....</b>	<b>62</b>
4.1	O CENÁRIO CACHOEIRENSE PRÉ-GOLPE .....	62
4.2	AS PRIMEIRAS MOVIMENTAÇÕES NA CÂMARA MUNICIPAL APÓS O GOLPE DE 1964	69
4.3	O INÍCIO DA MOVIMENTAÇÃO DOS PERSONAGENS POLÍTICOS CACHOEIRENSES DIANTE DA CLIVAGEM PARTIDÁRIA .....	74
5.1	ASPECTOS DA COMPOSIÇÃO DO MDB.....	77
5.2	FORTALECIMENTO OPOSICIONISTA EM CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM: AS VOZES EMEDEBISTAS.....	83
5.3	MDB x ARENA: O EMBATE E SEUS REFLEXOS NAS URNAS .....	88
5.4	O MDB PÓS 1970 .....	92
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>101</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>103</b>
	<b>ANEXOS .....</b>	<b>108</b>
	ANEXO 1 PEÇAS PARA INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO ASSINADO POR HELIO CARLOS MANHÃES .....	108
	ANEXO 2 ESTABELECEMENTOS QUE RECEBIAM CONSTANTEMENTE POLÍTICOS EMEDEBISTAS.....	110
	ANEXO 3 HÉLIO CARLOS MANHÃES NA PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM .....	111

ANEXO 4 MATERIAL IMPRESSO PARA CAMPANHA DE HÉLIO CARLOS MANHÃES E VALADÃO .....	112
ANEXO 5 DISTRITOS CORRESPONDENTES À CACHOEIRO ENTRE 1940 E 1970.....	116
ANEXO 6 FRAGMENTO DO ESTATUTO DE ABERTURA DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO REGISTRADOS JUNTO AO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE) .....	117
ANEXO 7 OBJETIVOS DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO REGISTRADOS JUNTO AO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE).....	118

## 1 INTRODUÇÃO

*Assim como na vida privada se diferencia o que um homem pensa e diz de si mesmo do que ele realmente é e faz, nas lutas históricas devem-se distinguir mais ainda as frases e as fantasias dos partidos de sua formação efetiva e de seus reais interesses, o conceito que fazem de si do que são na realidade.*

**Karl Marx**

Considerando que a pesquisa historiográfica de caráter regional ainda possui inúmeras lacunas e, por isso, não se encontra esgotada, este trabalho tem como objeto-problema a análise do desempenho político-eleitoral do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) entre os anos de 1966 e 1979, em comparação com a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), no Município de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo, nas eleições majoritárias para a composição do executivo e proporcionais para a formação do legislativo municipal, numa conjuntura política marcada pelo bipartidarismo, vigente entre os anos de 1966 e 1979.

A pesquisa tem como locus a cidade de Cachoeiro de Itapemirim, localizada no sul do estado do Espírito Santo, por ter sido uma grande polarizadora política ao longo da República, conseguindo projetar, para o estado e para o país, grandes personalidades, tais como Bernardo Horta, os irmãos Jerônimo e Bernardino Monteiro, Carlos Lindenberg, Hélio Carlos Manhães, Roberto Valadão Almokdice, Theodorico de Assis Ferrazo, entre outros. Esses dois últimos protagonizaram, de forma acirrada, a disputa pelo comando do município, quando integraram respectivamente o MDB e a ARENA, concorrência que se estendeu nos anos pós-bipartidarismo, portanto já em circunstâncias de pluripartidarismo, no contexto da Nova República. Além disso, Cachoeiro de Itapemirim, durante muito tempo, compreendeu importante colégio eleitoral<sup>1</sup> no estado, elegendo políticos de destaque como os já nomeados. No entanto, começou a perder notoriedade a partir dos idos de 1930, com a queda da economia cafeeira e, portanto, em um contexto de profundas mudanças no cenário político-econômico do país, com fortes rebatimentos sobre o município. Ressalte-se que, embora uma típica cidade interiorana, Cachoeiro de Itapemirim não ficou isolada frente às mudanças políticas ocorridas no país. Pelo contrário, em uma escala micro, se mostrou um importante espelho do que ocorria,

---

<sup>1</sup> Cachoeiro, como município mais importante do sul do estado, possui um grande número de eleitores. Nas eleições majoritárias estaduais, entre as décadas de 1950 e 1960, Cachoeiro se encontrava entre os três maiores colégios eleitorais (Vitória em primeiro e Colatina em segundo) e, nos pleitos verificados no objeto-problema da pesquisa (1966-1979), também se manteve expressivo (Fonte: Relatórios Eleitorais do TRE. Disponível em [www.tre-es.jus.br](http://www.tre-es.jus.br). Acesso em 26/07/16)

o que torna ainda mais interessante e relevante uma análise que se faça do município, por considerarmos todo município peça fundamental do organograma político do país, lugar onde a vida das pessoas efetivamente acontece.

No que se refere ao objeto de estudo da presente dissertação, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) no contexto do bipartidarismo, o recorte foi escolhido pela proeminente ascensão do partido, que chegou a eleger Hélio Carlos Manhães<sup>2</sup> para o cargo de maior expressão municipal durante o referido período, além de configurar os vereadores com percentuais expressivos de votos durante o período analisado<sup>3</sup>, antecipando os resultados expressivos do MDB no cenário nacional, o que veio a ocorrer somente a partir de 1974, quando conquistou importantes vitórias no Congresso, mesmo que, conforme já mencionamos, os primeiros sinais de mudanças tenham começado a aparecer anos antes, quando

[...] os líderes não eleitos em 1970 renunciaram a seus cargos na Executiva Nacional. Consequentemente, a presidência nacional foi para o vice-presidente, deputado Ulýssey Guimarães, [...] cujo talento político seria posteriormente um importante fator de revitalização do MDB (KINZO, 1988, p. 137-138).

Nesse contexto, é importante destacar, também, a indicação do deputado Oscar Pedroso Horta<sup>4</sup>, que passou a denunciar o uso de tortura aos presos políticos e a exigir a revogação do Ato Institucional nº 5, para ser o líder da oposição na Câmara Federal. A partir daí, o MDB começou a se mostrar e a marcar sua presença como partido de oposição, deixando de ser visto como partido submisso ao regime, fato que terá reflexo no pleito de 1974, em que

---

<sup>2</sup> Hélio Carlos Manhães, com a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº 2 (27/10/1965), que implantou o bipartidarismo, filiou-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Concorrendo à prefeitura em 1966, 1970 e 1976, saiu-se vitorioso nos dois últimos pleitos. Com a extinção do bipartidarismo, em 29 de novembro de 1979, e a consequente reformulação partidária, filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), sucessor do MDB. (Fonte: CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/helio-carlos-manhaes>. Acesso em 26/07/16).

<sup>3</sup> Como é o caso de Roberto Valadão Almokdice, vereador mais votado nos anos de 1972 a 1976.

<sup>4</sup> *Oscar Pedroso Horta* nasceu na cidade de São Paulo, no dia 7 de março de 1908. Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo. Foi um político de carreira, que, em 1930 participou da formação da Legião Revolucionária de São Paulo, a qual tinha como objetivo dar respaldo à revolução que acontecera naquele ano. Vinculado ao Partido Social Progressista (PSP), com a instauração do bipartidarismo, Pedroso Horta filiou-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), elegendo-se deputado federal por São Paulo, em 1966. Em seu mandato, destacou-se por tecer duras críticas ao Regime Militar. É atribuída a Pedroso Horta a unificação das alas “radical” e “moderada” do partido, surgindo em torno de sua figura o chamado grupo dos “autênticos”. Não media esforços em defesa das liberdades individuais e de informação, além da restauração do estado de direito. Faleceu em São Paulo, no dia 16 de novembro de 1975. (FONTE: CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL - CPDOC. Fundação Getúlio Vargas. Dicionário de Verbetes. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/oscar-pedroso-horta>. Acesso: 19/06/18)

[...] o partido obteve 16 das 22 cadeiras do Senado, aumentou sua representação na Câmara Federal de 87 para 160 deputados e conseguiu maioria em seis Assembleias estaduais<sup>5</sup>(KINZO, 1988, p. 157)

Como exemplo da importância do MDB Cachoeirense, destaque-se que, já no primeiro pleito após o Golpe de 64, ocorrido em 1966 para o cargo de prefeito, dos 19.316 votos válidos das 103 seções do município àquela época, o emedebista Hélio Carlos Manhães obteve 7.686 votos, contra 5.184 de seu principal oponente arenista, Nello Vola Borelli. Entretanto, na somatória dos votos das demais chapas, a Arena conquistou a maioria dos votos válidos, empossando seu candidato mais bem votado, no caso o senhor Borelli<sup>6</sup>. Portanto, embora não eleito por ocasião do artifício da sublegenda, a expressiva votação de Manhães mostra a grande força que o MDB possuía desde a sua formação em Cachoeiro do Itapemirim.

Importante salientar que, no presente trabalho, partimos do pressuposto de que a expressão pública das instituições são pessoas, são indivíduos que carregam consigo trajetórias pessoais, as quais se entrecruzam com trajetórias coletivas. Assim, partimos da hipótese de que, para se compreender a ascendente trajetória emedebista no município, devemos direcionar nossos olhares para os principais personagens que compuseram o partido na referida municipalidade. Sabemos que o MDB foi composto, em suas fileiras, por personagens importantes da política cachoeirense, com trajetórias políticas já consolidadas ou em processo de consolidação na política local, a exemplo de Hélio Carlos Manhães, Roberto Valadão Almokdice, Juracy Magalhães Gomes e Gilson Carone, que, além de comporem a agremiação, também ajudaram a formar um partido com fortes laços sociais. Portanto, pelo fato de já possuírem expressivos resultados nas urnas em eleições pretéritas, ao se inserirem no MDB, tais personagens acabaram levando consigo esse capital político (Bourdieu, 1989), edificado ao longo de suas trajetórias políticas e profissionais.

Outra hipótese aqui levantada, a qual complementa a primeira, é que os expressivos resultados do MDB, em Cachoeiro de Itapemirim e no Estado, quando seus quadros se lançavam a cargos

---

<sup>5</sup> As seis Assembleias em que o MDB contou com maioria foram nos estados do Rio de Janeiro, Guanabara, São Paulo, Rio Grande do Sul, Acre e Amazonas. (KINZO, 1988, p. 251).

<sup>6</sup> Fonte: Tribunal Regional Eleitoral – ES (<http://www.tre-es.jus.br>). Hélio Carlos Manhães não foi eleito, uma vez que a ARENA, enquanto partido, recebera mais votos naquela ocasião, seguindo o que determinara a Lei nº 4.737, de julho de 1965, Capítulo IV (Da representação proporcional), Art. Nº 107 (Determina-se para cada partido o quociente partidário, dividindo-se pelo quociente eleitoral, o número de votos válidos dados sob a mesma legenda, desprezada a fração) e Art. Nº 108 (Estarão eleitos tantos candidatos registrados por um partido quantos o respectivo quociente partidário indicar, na ordem da votação nominal que cada um tenha recebido).

estaduais, se deviam à proximidade desses indivíduos junto à população, a exemplo de Gilson Carone, médico da cidade, Hélio Carlos Manhães, radialista, e Roberto Valadão Almokdice, egresso do movimento estudantil dos movimentados anos de 1968.

Sobre a natureza do presente estudo, nos últimos anos houve um incremento significativo da produção científica acerca do Regime Civil-Militar no Brasil, havendo hoje importantes autores que discutem o contexto político-partidário instaurado no país, dentre esses o professor Carlos Fico que, nas suas linhas de pesquisa, investiga o contexto da ditadura no Brasil, o que tem lhe rendido importantes trabalhos, como os livros *Como eles agiam* (2001) e *Além do Golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar* (2004). Ambos os livros relatam, de maneira clara e objetiva, o período que foi a ditadura no Brasil. O primeiro revela as técnicas e os procedimentos utilizados durante o regime por três instituições criadas no período, o Sistema Nacional de Informações, o Sistema de Segurança Interna e a CGI (Comissão Geral de Investigações), para combater o que chamavam de subversão, usando para isso a espionagem, censura ou tortura, que se tornaram mais frequentes com o AI-5<sup>7</sup>. Já no segundo livro, o autor traz um levantamento de aproximadamente 75 textos, entre Manifestos, Editoriais e Discursos, de maneira a oferecer ao leitor um guia de fácil leitura que o leve a compreender o que foi o Golpe de 64 e a Ditadura Militar no Brasil.

Em relação ao bipartidarismo, recorte da pesquisa, temos como trabalho embrionário o de Kinzo (1988), que analisa o contexto nacional, em especial a formação e trajetória do MDB, assim como o de Rodrigo Patto de Sá Motta que, em seu livro *Introdução à História dos Partidos Políticos no Brasil* (1999), faz uma análise da construção político-partidária do Brasil, as agremiações formadas e o sistema eleitoral. Já em seu trabalho *O MDB e as Esquerdas*, Motta (2007) em uma linha semelhante à de Kinzo (1988), discute especificamente a construção do MDB e sua consolidação enquanto esquerda no contexto do bipartidarismo, o que levou à sua virada em 1974.

Entretanto, os trabalhos referentes ao período, em uma esfera local, sobretudo retratando o município de Cachoeiro de Itapemirim, ainda se encontram em número reduzido. Dos que

---

<sup>7</sup> “O Ato Institucional nº 5, AI-5, baixado em 13 de dezembro de 1968, [...] foi a expressão mais acabada da ditadura militar brasileira (1964-1985). Vigorou até dezembro de 1978 e produziu um elenco de ações arbitrárias de efeitos duradouros. Definiu o momento mais duro do regime, dando poder de exceção aos governantes para punir arbitrariamente os que fossem inimigos do regime ou como tal considerados”. (FONTE: CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL - CPDOC. Fundação Getúlio Vargas. Fatos e Imagens: artigos de fatos e conjunturas do Brasil. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5> . Acesso em 20/01/17).

discutem aspectos político-partidários do período, ou parte dele, na referida municipalidade, há análises de ângulos diferentes do que propomos no presente trabalho, a exemplo de Duarte (2014) que, em sua dissertação, analisa o desempenho eleitoral da Arena no pleito de 1974, nos municípios de Cachoeiro de Itapemirim, Vitória e Colatina, período que marca a virada emedebista em nível nacional. Mesmo que o MDB seja, por vezes, mencionado, o objeto central de sua pesquisa é a Arena, desde sua formação, em caráter estadual, até o resultado das eleições no pleito de 1974, nos municípios mencionados. Nesse caso, não é propósito do trabalho mencionado trazer subsídios capazes de retratar de forma mais contundente a proeminente ascensão emedebista em Cachoeiro.

Outro autor que trabalha com a temática partidária no município em apreço é Rocha Júnior (2014)<sup>8</sup>, cuja análise, também num trabalho de dissertação, direciona-se ao pluripartidarismo, focando a militância do Partido dos Trabalhadores (PT). Em seu trabalho, o autor analisa a ação dos militantes do PT sob vigilância da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS/ES), entre os anos de 1978 e 1985. Portanto, sua pesquisa, embora tenha um recorte temporal que data dos anos finais do bipartidarismo, objetiva analisar o Partido dos Trabalhadores (PT).

Dessa forma, não havendo outros trabalhos que discorram sobre o tema aqui abordado, na referida municipalidade, esperamos ter uma pesquisa ainda mais pertinente, dada a sua originalidade e a importância, de se ter, nela, um período histórico ainda praticamente inexplorado.

Se, na esfera municipal, esse exercício de análise – acerca da organização político-partidária durante a vigência do Regime Civil-Militar - apresenta importantes limitações, na esfera estadual não se mostra diferente, o que faz de Oliveira (2013) um de seus precursores, embora em sua tese de doutoramento não trate efetivamente de um partido em especial, mas do sistema e da configuração político-partidária do Regime Civil-Militar no Estado do Espírito Santo, ampliando, portanto, sua discussão também para a Arena.

O referido trabalho é um dos poucos, pois, a analisar a organização político-partidária no estado do Espírito Santo durante o Regime Militar. Na tese, Oliveira (2013) tratou de analisar a configuração político-institucional verificada a partir do golpe de 64 e seus rebatimentos no

---

<sup>8</sup> ROCHA JÚNIOR, José Carlos. No encaço dos companheiros: militantes do Partido dos Trabalhadores (PT) sob vigilância da Delegacia de Ordem Política e Social do Espírito Santo (DOPS/ES) – (1978-1985). – 2014. 183 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Vitória – ES, 2014.

estado, sobretudo quanto às articulações das lideranças atuantes antes do golpe e como estas se reordenaram a partir da instituição do bipartidarismo. Em seu trabalho, o autor descreve toda a repercussão da crise do governo Jango, e o posicionamento frente ao contexto do então governador Francisco Lacerda de Aguiar, assim como a “dança das cadeiras” na Assembleia Legislativa estadual daqueles que buscavam encaixar-se em um dos dois partidos criados após 1966, quando se extinguiu o pluripartidarismo.

Desse modo, o trabalho seminal sobre o bipartidarismo no estado do Espírito Santo, de Oliveira (2013), serve como inspiração para buscar vestígios do processo político em âmbito local, a fim de entender a oposição e o papel exercido pelo MDB cachoeirense no interior do arcabouço político-institucional engendrado e montado pelo regime e como o partido conseguiu extrapolar, nessa localidade, os limites estabelecidos por seu criador, de ser uma agremiação voltada a funcionar como uma espécie de oposição consentida.

Ao se discutir partido político, algumas atribuições são clássicas e merecem ser aqui aventadas, como a de Seiler (2000, p. 21), que os define como “[...] organizações visando mobilizar indivíduos numa ação coletiva conduzida contra outros, paralelamente mobilizados, a fim de alcançar, sozinhos ou em coalizão, o exercício das funções de governo”. O autor, em sua obra, faz uma crítica a Weber, que vê os partidos como filhos da democracia ou do sufrágio universal. Para Seiler (2000, p. 21), “[...] não é a democracia, nem o sufrágio universal, nem mesmo a instauração de um sistema representativo que fazem nascer os partidos políticos, mas exatamente o surgimento das massas na cena política”. Assim “[...] os partidos políticos constituem emanções dos conflitos sociais; portanto, [são] produtos da sociedade e do conflito” (SEILER, 2000, p. 22).

Entretanto, o divisor de águas para o estudo dos partidos é o clássico de Robert Michels (1982), publicado em sua primeira edição no ano de 1911, tendo sido um dos primeiros a discutir com mais profundidade a configuração interna das agremiações partidárias. No livro do sociólogo alemão, partidos são abordados a partir de sua organização e do fato de que se transformaram em grandes máquinas políticas que foram progressivamente dominadas por uma classe – uma elite ou oligarquia – profissional que acabou afastando os militantes de base.

Desta forma, ainda, em mais um aspecto de sua análise, Michels (1982) trata da importância da direção dentro dos partidos:

[...] Uma organização forte exige, por razões, tanto técnico-administrativas como táticas, uma direção igualmente forte. Se uma organização é frouxa e vaga, torna-se

impotente para dar nascimento a uma direção profissional. [...] À medida que o partido moderno evolui para uma forma de organização mais sólida, vemos acusar-se muito mais a tendência a substituir os chefes ocasionais por chefes profissionais. (MICHELS, 1982, p. 23)

Para Michels (1982), o surgimento de chefes profissionais a partir de uma especialização técnica é inevitável a qualquer organização. Ademais,

[...] o poder de decisão, considerado como um dos atributos específicos da direção, é pouco a pouco retirado das massas e concentrado exclusivamente nas mãos dos chefes. E estes, que antes não eram senão os órgãos executivos da vontade coletiva, em breve se tornam independentes das massas, frustrando-se ao seu controle. (MICHELS, 1982, p. 21)

Por fim Michels (1982) analisa o fato de que toda organização possui uma tendência à oligarquia, em que a inclinação aristocrática acaba se manifestando de forma mais acentuada. Dessa maneira, “[...] a organização tem o efeito de dividir todo o partido ou sindicato profissional em uma minoria dirigente e uma maioria dirigida”. (MICHELS, 1982, p. 21).

Quanto mais o partido cresce, mais há a necessidade de especialização para a manutenção do poder, centralizando ainda mais a administração em torno desses políticos profissionais. A participação popular de outrora, dentro dos partidos, vai entrando em desuso, desaparecendo, por conseguinte, a democracia no interior desses partidos. Assim, partidos que foram criados “[...] oriundos do povo acaba por cima do povo”. (MICHELS, 1982, p. 24).

Já Panebianco (2005) se distingue de Michels (1982) ao afirmar que um partido se adapta as externalidades com o objetivo de se autopreservar. Michels (1982) trata da substituição dos fins, ou seja, um partido que nasce das massas torna-se de quadro principalmente pela incapacidade das massas em organizar essas instituições. Ou seja, toda organização tem uma tendência à oligarquia, o que Michels (1982) chamará de *Lei de ferro das oligarquias*. Panebianco (2005) não consegue negar a Lei de ferro das oligarquias de Michels (1982), pois afirma que sempre existirão, dentro dos partidos, elites partidárias, dirigentes, chefes, mas, quanto mais coletivo é o partido, mais forte e institucionalizado ele será, diminuindo a possibilidade de corrupção e a atuação das elites partidárias.

Outro importante teórico acerca dos partidos políticos é Duverger (1970), que discute o tema fazendo a distinção entre duas tipologias de partidos políticos: o partido de massa e o seu oposto, o de quadro. De acordo com o autor,

[...] os partidos de massas caracterizam-se pela atração que exercem sobre o público: um público pagante, que permite à campanha eleitoral escapar às servidões capitalistas, [...] O partido de quadro atende a uma noção diferente. Trata-se de reunir pessoas ilustres, para preparar eleições, conduzi-las e manter contato com os candidatos. [...] Assim se explica que a distinção entre os partidos de quadros e os partidos de massa corresponde quase que do mesmo modo à da direita e da esquerda, dos partidos ‘burgueses’ e dos partidos ‘proletários’ (DUVERGER, 1970, p. 100 e 103).

Além disso, o autor se debruça sobre os membros dos partidos, as formas de adesão e o grau de participação no seu interior, ampliando a discussão iniciada por Robert Michels.

Para Duverger (1970), com a ampliação do sufrágio universal, tanto os partidos de quadros quanto os de massa buscam caminhos para se adequarem a uma sociedade que cada vez mais se torna complexa. Dessa forma, os partidos de quadros, por não possuírem tanta capilaridade dentro das massas, buscam nelas votos por meio de discursos carismáticos, dizendo aquilo que se quer ouvir.

Ao elencar diferentes autores acerca das categorias de partidos, bem como acerca da discussão sobre sua organização, Duverger nos leva a refletir acerca da formação político-partidária do Brasil, sobretudo após o fim do Estado Novo e até o Golpe civil-militar (1945-1964), em que houve o retorno da participação democrática e a formação dos partidos de caráter nacional. É de extrema importância o período histórico em questão para entendermos como os indivíduos pertencentes a essas agremiações em formação se comportaram com a implementação do bipartidarismo, este instituído de forma compulsória pelo Regime.

Sobre esse interregno democrático, Vianna (1947) em seu livro *Problemas de Política Objetiva*, tece importantes críticas. Se, como trata Seiler (2000), os partidos são organizações que mobilizam indivíduos em uma ação coletiva e que emanam as vontades, desejos e anseios de uma sociedade, para Vianna (1947), no Brasil, a formação partidária tem nos anseios de uma elite constituída historicamente sua gênese. Nossos partidos teriam nascido antes mesmo do fortalecimento de uma sociedade civil em busca de seus direitos civis, sociais ou políticos. Dessa forma, os partidos seriam instituições artificiais, os quais não conseguem exercer articulações reais entre a sociedade e o Estado, ações básicas para uma real democracia.

Vianna (1947, p. 138 - 139) diz que, na democracia do país, o que é visto é justamente o contrário “[...] ela se baseia em indivíduos – e não em classes; em indivíduos dissociados – e não em classes organizadas; e todo mal está nisto”. Para o autor, o capital da democracia é a participação coletiva, “[...] a participação destas classes como tais nos negócios públicos, na atividade dos governos, na determinação de suas diretrizes administrativas e políticas”. Transpondo essa análise para o caso brasileiro, Vianna conclui que a democracia no Brasil estaria vivendo em estado atomístico, uma vez que em seu seio “[...] os cidadãos aparecem como átomos desprovidos de afinidades eletivas capazes de os levar a agregarem-se em organizações poderosas”.

Essa dissociação existente entre os partidos políticos e a sociedade civil, segundo o autor, residia, em parte, na própria formação do país; e, em parte também, nas concepções individualistas “[...] da Revolução Francesa, ainda dominantes, infelizmente, na mentalidade das nossas elites dirigentes”. Essas, integrantes dos partidos, nada mais seriam do que “[...] um bando, agitando-se em torno de um homem, de um caudilho” de um líder. Dessa maneira, mesmo com o fim de um regime autoritário, nesse caso, o Estado Novo, havia não só a permanência de ideais individuais como também a dificuldade de uma real mobilização da sociedade civil que, por estar distante dos chamados políticos profissionais, teria, segundo o autor, o dever de organizar novas agremiações que representassem verdadeiramente os interesses do povo, o que para ele não aconteceu, levando-o a criticar os partidos democráticos, uma vez que, segundo o autor,

[...] o nosso povo não está, pois, pelo estado de desorganização das suas classes econômicas, preparado para assegurar condições de viabilidade a organizações partidárias com programas gerais, de caráter não pessoal. Mesmo que elas se estendessem por todo o país, será difícil, senão impossível, evitar que os seus centros regionais de direção fujam ao determinismo do local, que acabará impelindo-os o campo das ambições personalistas. Esta evolução ou involução personalista é uma tendência fatal, que não poderá ser evitada, salvo se estes centros regionais encontrarem para base de apoio sólidas organizações locais de classes, já preexistentes e já educadas no hábito de defender os seus interesses de classes junto ao poder (Vianna, 1947, p. 142)

Mesmo que Vianna (1947) discorra sobre parte do cenário democrático, a base de sua crítica demonstra a dificuldade em se organizarem agremiações partidárias no período e as brechas deixadas para a manutenção do personalismo no interior das mesmas, o que foi difícil de ser sustentado no período do bipartidarismo, em que os atores de destaque em diferentes siglas tiveram que se adaptar a uma nova conjuntura.

A princípio, o golpe civil-militar de 1964 não alterou a essência do sistema partidário ao assumir o poder. À época, o país contava com 13 partidos, dentre os quais se destacavam três importantes siglas, PTB, PSD e UDN. Entretanto, as eleições realizadas em 3 de outubro de 1965 para governadores<sup>9</sup> de estado, se mostraram um tanto quanto “desastrosas” para o Regime, ao refletir o domínio do quadro partidário anterior ao Golpe, com importantes vitórias em estados como Minas Gerais e Guanabara da coligação PTB-PSD, em detrimento da UDN, grande apoiadora do Regime. Dessa forma, a extinção dos partidos por meio do Ato Institucional nº 2, instituído em 27 de outubro de 1965, sinalizou o desconforto dos militares com a situação. Nesse caso, passou a ser objetivo do regime recém-instaurado espantar de vez o fantasma dos velhos partidos de vertente mais reformista e progressista, estampado principalmente no PTB, para evitar problemas futuros. Desse modo, ocorreu ainda e em sequência, o estabelecimento compulsório de dois partidos, por meio do Ato Complementar nº 4, gênese, portanto, do bipartidarismo.

Ressalte-se que a formação e desenvolvimento do Movimento Democrático Brasileiro, tema central deste trabalho, se assenta nesse contexto, o período histórico de vigência do bipartidarismo (1966 – 1979), tendo como cerne uma dimensão mais sociológica de partido, em que se destaca a organização interna dos partidos e o perfil de seus membros.

Com base em alguns autores, podemos entender o MDB como um partido de quadros. Isso se configura, na definição de Duverger (1970), uma vez que fora criado, na base da artificialidade, por um Regime eminentemente autoritário, que instituiu o sistema bipartidário de cima para baixo, como forma de: manter uma aparente disputa político-eleitoral em que a oposição deveria ser frágil o suficiente para assegurar o poder nas mãos dos apoiadores do Regime; preservar uma boa imagem no cenário internacional; e garantir também espaços para civis que apoiaram e participaram do Golpe.

Esse hibridismo<sup>10</sup> político do sistema criado nos anos 1964-1966 seria determinante para a atuação de todos os atores políticos da época, sobretudo aqueles pertencentes ao MDB, pois, segundo Schmitt (2000), o cenário por si só já era de muita incerteza quanto aos limites que seriam impostos à atuação da oposição. Essa incerteza poderia de fato impactar as eleições futuras, mesmo para os congressistas apoiadores do Regime, uma vez que, com ideais outrora

---

<sup>9</sup> À época era de competência de cada estado determinar a duração do mandato dos **governadores**. Destes, Minas Gerais e Guanabara, determinaram duração de cinco anos e outros de quatro anos.

<sup>10</sup> Termo utilizado por Kinzo (1988) ao considerar a permanência de práticas e princípios democráticos durante o Regime Militar.

rivais, estavam agora agrupados sob uma mesma legenda, o que também poderia afetar as disputas políticas regionais.

Diante desse cenário de incertezas, os atores políticos precisaram buscar estratégias para se destacarem no interior das novas agremiações, de modo a conquistar importantes resultados nas urnas. Dessa forma, ambos os partidos criados pelo Regime tornaram-se permeáveis ao controle de grandes lideranças. Por sua vez, muitos políticos de carreira fizeram uso de seu capital político, construído até então, para conquistar espaços de poder. A partir dessa perspectiva, observamos algo complementar, que merece ser destacado: nos sistemas partidários em países menos desenvolvidos, os vínculos

[...] programáticos e ideológicos entre eleitores e partidos são mais fracos. Nessa mesma direção, os vínculos entre eleitores e candidatos são mais personalistas nas democracias e semi-democracias dos países menos desenvolvidos do que nas democracias industriais avançadas<sup>11</sup>.

Essa interpretação singular acerca do período nos leva a refletir sobre a importância desses profissionais de carreira nos pleitos que se seguiram durante o bipartidarismo. Ressalte-se que grande parte deles migrou para a Arena, daí o desafio do MDB em se fazer e organizar-se como oposição.

O Movimento Democrático Brasileiro, em nível nacional, teve em suas frentes a maioria dos egressos do PTB. Em menor proporção, vieram políticos do PSD, PSP, PSB e até mesmo poucos da UDN, já que a maioria deste partido migrou para a Arena. Com essa composição, o MDB gozava à época de um número menor de lideranças com grande capilaridade política. Esse cenário se repetiu no estado do Espírito Santo e não seria diferente para o MDB cachoeirense.

O MDB de Cachoeiro de Itapemirim teve como seu principal político de carreira não um petebista e sim um pessepista, Hélio Carlos Manhães, que, embora já tivesse um nome no cenário político da época antes do bipartidarismo, buscava na cidade, naquele contexto o maior colégio eleitoral do sul do estado, fortalecer o partido e seu nome para eleições futuras, já que o momento era permeado por muitas incertezas para a oposição. Assim, Manhães buscou estreitar laços com as principais lideranças da sociedade civil, a exemplo do médico Gilson Carone e do ex-líder estudantil Roberto Valadão, dando ao partido, na cidade de Cachoeiro,

---

<sup>11</sup> MAINWARING, Scott ; TORCAL, Mariano. Teoria e institucionalização dos sistemas partidários após a terceira onda de democracia. . Opinião Pública, Campinas, Vol. XI, nº 2, Outubro, 2005, p. 249. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/op/v11n2/26416.pdf> . Acesso em: 7 abr. 2018.

esse caráter mais popular, já que os três principais líderes mencionados exerciam atividades que envolviam amplos e diversos setores da sociedade.

Já que trataremos de indivíduos inseridos em um contexto de atuação em instituições de natureza coletiva, é a partir de Heinz (2006) que faremos uso de elementos da prosopografia para a análise do indivíduo político, inserindo-o em diferentes contextos políticos, sobretudo antes e depois do bipartidarismo. Não há pretensão, nem fontes suficientes, para tratar de toda a história política de cada personagem aqui arrolado. A tentativa é de, minimamente, encaminhar o leitor na compreensão do papel exercido pelos principais personagens aqui descritos, no contexto político indicado. Assim, teremos como referência Heinz (2006, 2006, p. 11), para quem a prosopografia “é muito útil como instrumento do desvelamento de certas causalidades e condicionantes sociais de determinados grupos, mas não responde a todas as questões colocadas pela complexidade do social.”

Vale ressaltar o mote de atuação dos partidos em sua concepção mais contemporânea, ou seja, o campo político. Para tal reflexão, destacamos Certeau (1998) e Bourdieu (1992), autores que abordam o campo político, primordial para o entendimento do cenário político investigado nesta dissertação. Esses autores discutem a partir das estratégias e do capital político como elementos fundamentais para a atuação dos atores dentro do espectro político. Nesse caso, à luz dessas categorias, ensejamos compreender, entre outras coisas, quais as estratégias utilizadas por emedebistas para conseguirem resultados positivos nas urnas.

Certeau (1998), através da análise das práticas cotidianas, busca entender como o indivíduo se porta dentro de uma organização pré-estabelecida, em que recebe o que lhe é imposto, decidindo, de forma consciente ou não, acatar ou não, utilizando de táticas e estratégias para resistir, o que o autor chama de micro resistências, que acabam fundando as micro liberdades. Trazendo para o campo político-partidário, pode-se inferir que nem toda imposição é certeza da manutenção de uma ordem, a exemplo do que o MDB mostrou. Com o tempo, a despeito das intenções de seus criadores, tornou-se uma real oposição ao regime autoritário implantado após 1964, fato que o levou a vitórias importantes no cenário nacional a partir de 1974 e, em Cachoeiro, por intermédio de suas principais lideranças, já a partir do ano de 1970, tendo sido bem sucedido nas urnas, inclusive no ano de 1966, o que dá a particularidade desse partido na cidade em questão.

Nessa mesma linha, Bourdieu (1992) traz o conceito de *campo político*, local de constante conflito entre indivíduos em uma luta simbólica pela conservação ou mesmo transformação do mundo social. Nessa luta, o modo de agir, de fazer e os símbolos (*modus operandi*) acabam sendo internalizados (*opus operatum*), criando o que ele chama de *habitus*. Contudo, o domínio de símbolos não garante a integração do indivíduo no sistema, necessitando-se sempre de pessoas que possuam o chamado *capital político* a fim de manter a dominação. Dessa maneira, o *campo político* pode ser atribuído às instituições e aos agentes nelas inseridos, que buscam, através de seu *capital político* e de estratégias, manter uma dominação preexistente, lutando contra aqueles que possam dismantelar essa estrutura. Assim, com o MDB gozando de um número menor de políticos de carreira, estes precisaram utilizar-se de seu capital político para disputarem os pleitos da época, que, como veremos, ocorrerão em um cenário de grandes constrangimentos, ante o regime autoritário em vigor. Importante mencionar que também farão uso desse capital político para exercer realmente uma oposição ao governo militar.

Por fim, acerca dos aspectos metodológicos da presente pesquisa, como se trata de um estudo de caráter quantitativo e qualitativo, será usado como metodologia o suporte dado por Bardin (2009) que, em seu livro *Análise de Conteúdo*, procura trazer para o campo da pesquisa um método mais concreto de análise. Assim, segundo Bardin (2009),

[...] descrever a história da ‘análise de conteúdo’ é essencialmente referenciar as diligências que nos Estados Unidos marcaram o desenvolvimento de um instrumento de análise de comunicações; é seguir passo a passo o crescimento quantitativo e a diversificação qualitativa dos estudos empíricos apoiados na utilização de uma das técnicas classificadas sob a designação genérica de análise de conteúdo; é observar a posteriori os aperfeiçoamentos materiais e as aplicações abusivas de uma prática que funciona há mais de meio século (BARDIN, 2009, p.15).

Quanto à natureza das fontes nesta dissertação, estas podem ter um caráter quantitativo, como dados fornecidos pelo TRE-ES (Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo), organizados em planilhas e/ou gráfico, ou qualitativo, como documentos do partido em questão, o MDB, e os jornais da época. Também serão utilizadas as Atas da Câmara de Vereadores do município de Cachoeiro de Itapemirim correspondentes às sessões realizadas durante os anos de 1966-1979, documentos fornecidos pelo Arquivo Público Estadual<sup>12</sup> e entrevista realizada com um dos mais importantes membros do Movimento Democrático Brasileiro da época ainda vivo, Roberto Valadão Almokdice, este um exímio partícipe da história política do município e do MDB.

---

<sup>12</sup> BRESAPEES.DES.O.MP.3

É importante destacar que os autores aqui referenciados advêm de áreas coirmãs da história, como a sociologia e a ciência política. O objetivo aqui é nortear a discussão acerca do conceito de partidos, estabelecendo uma relação entre esses, a sociedade e contextos analisados. Dessa forma, o foco da pesquisa continua sendo o MDB, sua formação e o desempenho nas urnas no sul capixaba, em comparação com o desempenho da Arena, especificamente na cidade de Cachoeiro de Itapemirim. Também ressaltamos que há uma preocupação em manter um diálogo entre a municipalidade e a esfera nacional através da análise documental para que se percebam os reflexos das transformações políticas ocorridas em âmbito de forma local.

Para tratar do período aqui destacado, o trabalho se estruturará em quatro capítulos, além da presente introdução. No primeiro capítulo, nos estenderemos sobre o cenário político partidário nos anos que antecederam ao golpe no estado do Espírito Santo, com reflexos na cidade de Cachoeiro.

No segundo capítulo, discorreremos sobre o Golpe de 1964 e seu rebatimento no Estado do Espírito Santo, e como as lideranças se comportaram diante do ocorrido e de seus desdobramentos nas esferas regional e local.

O terceiro capítulo tem como finalidade tratar especificamente do Golpe de 1964 e a instituição do bipartidarismo na cidade de Cachoeiro de Itapemirim, partindo principalmente da movimentação das principais lideranças da época diante da nova arquitetura política forjada pelo regime.

Por fim, no quarto capítulo tratamos da formação do partido na cidade e a singularidade de sua composição, o que o levou a obter importantes resultados nas eleições no contexto do bipartidarismo em Cachoeiro do Itapemirim, estando na vanguarda do MDB nacional e estadual.

Dessa forma, busca-se, a partir desse ponto, inserir a política de Cachoeiro de Itapemirim e, conseqüentemente, a do estado do Espírito Santo na esfera nacional, de modo a contribuir para a montagem da história capixaba.

## 2 A CONFIGURAÇÃO POLÍTICO-PARTIDÁRIA ESPÍRITO-SANTENSE E SEUS REFLEXOS NA CIDADE DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM: DOS PRIMEIROS ANOS DA REPÚBLICA AO GOLPE DE 1964

*Um partido terá maior ou menor significado e peso precisamente na medida em que sua atividade particular tiver maior ou menor peso na determinação da história de um País.*

*Antonio Gramsci*

Esse capítulo tem como finalidade descrever, de forma sucinta, como se encontrava a estrutura político partidária no Espírito Santo, em consonância com o contexto nacional, a partir dos primeiros anos da República, considerando a importância que o Município de Cachoeiro do Itapemirim adquire nesse contexto e depois dele. Referimo-nos à já mencionada posição de destaque que a cidade passou a ocupar especialmente até as vésperas do Golpe Civil-Militar de 1964. Ressaltamos que é intenção do presente estudo verificar como as forças políticas se comportaram durante esse período, com vistas a mapear as elites locais e o seu reenquadramento por ocasião da criação do bipartidarismo, ocorrida após o Golpe de 64. Para tanto, buscou-se traçar um perfil da construção republicana, de modo a pontuar possíveis permanências ou rupturas no espectro político até as vésperas do golpe.

### 2.1 OS PRIMEIROS ANOS DA REPÚBLICA: A SUPREMACIA AGROFUNDIÁRIA

O Regime Republicano foi instaurado em 1889, através do Decreto nº. 1. No mesmo decreto, foi registrado o novo nome do país: Estados Unidos do Brasil, uma clara alusão aos Estados Unidos da América. Além disso, os EUA influenciaram também na questão da nova ordem federativa, ou seja, na existência de governos estaduais com bases descentralizadas e com ampla autonomia, fato que não ocorria durante o Império e que era almejado pelas elites regionais.

Segundo os autores Gomes; Pandolfi e Albert (1999), foi instaurada, no dia 15 de novembro de 1890, uma Assembleia Nacional Constituinte, encarregada de dar forma ao regime então instalado. Os membros dessa assembleia defendiam basicamente três correntes distintas: uma ligada ao Governo Provisório e tendo como principal representante Rui Barbosa, também denominada de “unionista”, que era favorável a um poder mais central, em que a União ficaria com uma considerável parte das rendas e com a autonomia de reger os estados, assegurando um equilíbrio; outra corrente, a positivista, chamada de “ultrafederalista”, defendida pelo gaúcho

Júlio Castilhos, advogava um Estado laico, ou seja, um poder central cujas atribuições seriam bastante restritas e totalmente desvinculadas da Igreja; a terceira corrente mediava basicamente os ideais dos unionistas e dos ultrafederalistas. O resultado das discussões dessas correntes

[...] foi um texto constitucional de composição, em geral localizado na interseção entre as proposições unionistas e as defendidas pelos federalistas mais moderados, [...] ou seja, a Constituinte introduziu no país um federalismo equilibrado, capaz de harmonizar União e estados, e isolou assim o chamado ultrafederalismo” (GOMES; PANDOLFI; ALBERTI, 1999, p.34).

O reflexo das decisões da Assembleia Constituinte foi o fortalecimento político e econômico de um núcleo de unidades federativas, formado principalmente por São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Esse fortalecimento econômico foi oriundo do “[...] modelo tributário aprovado na Constituinte, que concentrou a arrecadação dos estados nas atividades de exportação” (GOMES; PANDOLFI; ALBERTI, 1999, p. 34), o que fez com que economias menos representativas, como era o caso do Espírito Santo, ficassem sem recursos substanciais para a manutenção de seus governos, se tornando “estados satélites” dos grandes núcleos.

A compreensão do modelo tributário adotado associado ao federalismo é de extrema importância na percepção do processo de formação política que se configurou na Primeira República, delegando notabilidade pelo poder de mando em nível nacional aos estados de São Paulo e Minas Gerais. Esses estados se destacaram enquanto eixo econômico nacional, demonstrando, também, maior organização partidária. Juntos, esses dois Estados detinham 40% do eleitorado brasileiro. Isso contribuiu para se tornarem a base do sistema político nacional, inaugurando uma dinâmica responsável por assegurá-los no poder na Primeira República.

Durante a República Oligárquica, do ponto de vista eleitoral, um órgão muito importante, mas de resoluções questionáveis, era a Comissão Verificadora de Poder, controlada pelo Congresso Nacional, responsável por garantir a vitória dos candidatos após os pleitos eleitorais. A partir da Política dos Governadores<sup>13</sup>,

[...] a Comissão encarregada da verificação passa a ficar sob a responsabilidade do presidente da Câmara da legislatura que findou e o critério para o reconhecimento dos diplomas dos candidatos eleitos passa a ser o da presunção de legalidade dos candidatos da ‘situação’ em seus estados, ou seja, os candidatos do governo estadual, desde que este apoiasse o governo federal. Embora houvesse exceções a essa regra,

---

<sup>13</sup> A Política dos Governadores como ficou conhecido o arranjo político foi promovido pelo presidente Campos Sales (1898 – 1902) e os governadores e presidentes estaduais. Tinha como base o compromisso presidencial de não intervir nos conflitos regionais em traça da garantia do total controle do Executivo sobre o Congresso, tal acordo incluía manobras políticas as quais permitiram minimizar a influência das oposições, mantendo o domínio das oligarquias estaduais. (Fonte: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/POL%C3%8DTICA%20DOS%20GOVERNADORES.pdf>).

daí a posição das oposições fica extremamente difícil. A política dos governadores vai favorecer a consolidação das oligarquias que exercem o poder nos estados e essas darão maioria no Congresso ao presidente, sob a pena de que seus candidatos sejam ‘degolados’ (SALLETO, 2005, p. 14-15).

Apesar de demonstrar mais enfaticamente um acordo entre os níveis estadual e federal, a Comissão também muito necessitava das articulações municipais, uma vez que os governos estaduais viam-se a todo tempo dependentes do apoio dos representantes do poder local, dos coronéis, que, para conduzirem a política a seu favor, além de contarem com o favorecimento da precariedade de noções de cidadania, também utilizavam de violência física e moral, representada pelo voto de cabresto e pela formação do curral eleitoral, que norteavam toda a estrutura da política nacional.

Nessa arquitetura de poder, o coronel exerceu influência e poder de decisão sobre todos os assuntos que permeavam sua área de atuação, sendo mandatário responsável por resolver, até mesmo, quando necessário, os casos mais particulares da vida dos indivíduos que viviam sob sua jurisdição. Dessa forma, o coronel não se configurou apenas como um personagem autoritário, mas alguém com poder de resolução e detentor de meios para estabelecer trocas de favores quando necessário. Ademais, segundo Vitor Nunes Leal em sua renomada obra *Coronelismo, enxada e voto* (1949), os indivíduos, ainda que submissos ao coronel, quando com esse estabeleciam uma relação de troca, também eram beneficiados pelo recebimento do objeto de barganha, independentemente do seu valor, pois se enxegava, em sua obediência, uma forma de gratidão, mas principalmente de permanência de suas recompensas.

O coronel, que é uma figura de expressão política no âmbito municipal, configurou-se como um elo de extrema importância no jogo de interesses da Política dos Governadores, apesar dessa legitimar-se entre as esferas federal e estadual.

Vale destacar aqui, acerca do movimento republicano, que este se disseminou pelo Espírito Santo, a partir da década de 1887, fortalecendo-se através da criação de clubes republicanos. Cachoeiro de Itapemirim foi o precursor na formação desses clubes na então Província, não ao acaso, afinal o município compunha a região cafeeicultora do Vale do Itapemirim que, a exemplo de outras áreas produtoras do país, teve, em seus proprietários, uma elite latifundiária, largamente insatisfeita com o fim da escravidão em 1888, e que, fazendo oposição à monarquia abolicionista, aderiu ao crescente ideal republicano<sup>14</sup>.

---

<sup>14</sup> SANTOS, 2009.

Cachoeiro de Itapemirim, que fazia parte do município de Vila de Itapemirim, ganhou autonomia e status de vila a partir da instalação de sua primeira Câmara Municipal, em 25 de março de 1867. A nova vila tinha, como base econômica, social e política o açúcar e o café. Era composta politicamente por segmentos da elite, dentre os quais destacamos Bernardo Horta de Araújo, Antônio Gomes Aguirre e Diogo Pires de Amorim, fundadores do primeiro clube republicano da província, o Clube Republicano de Cachoeiro de Itapemirim, além de representantes das famílias “[...] Vieira Machado, Almeida Ramos, Pinheiro de Souza Werneck, Vieira Cunha, Vargas Correa”. (SANTOS, 2009, p. 36). Muitas dessas famílias constituíram laços matrimoniais e formaram, por conseguinte, grandes oligarquias que permaneceram atuantes na economia e política local ao longo República. É o que destaca Santos (2009, p. 36):

[...] Os vínculos com famílias importantes do ponto de vista econômico e político determinam e/ou influenciam o destino político de alguns indivíduos, bem como afetam a manutenção do poder nas mãos de certos grupos em níveis municipal e estadual.

A descrição do panorama político-econômico da cidade de Cachoeiro de Itapemirim, mesmo que breve, se mostra importante para compreendermos o seu protagonismo. O primeiro clube republicano da então província, que tinha a responsabilidade de divulgar a propaganda republicana, é fundado no dia 23 de maio de 1887. Sobre a constituição social do referido clube, “[...] entre seus fundadores figuram 10 fazendeiros, 12 negociantes, 7 profissionais liberais, 4 artesãos, 3 proprietários sem profissão e 2 funcionários graduados da Estrada de Ferro” (FREIRE in SANTOS, 2009, p. 40)<sup>15</sup>.

A partir de então, o republicanismo expandiu-se pelo Espírito Santo, por meio dos clubes e de seus militantes, com destaque para Bernardo Horta de Araújo, além de jornais como *O Cachoeirano*, de Cachoeiro de Itapemirim, e o *A Tribuna*, de Anchieta, ambos surgidos na década de 1880 e de forte expressão política em seus respectivos municípios.

O *Cachoeirano*, nos idos de abril de 1889, já relatava a crise pela qual o regime monárquico passava.

[...] É já bem adiantado o estado de decomposição das monarchias na América.

A série ininterrupta de decepções por que tem passado o povo brasileiro ao correr de sua vida política, tão pequena ainda, o tem reduzido a tal estado de septicismo que já o indiferentismo por tal forma se apossou de todas as classes sociais, que a cada passo

---

<sup>15</sup> Para a verificação da lista dos nomes dos fundadores, ler SANTOS, Adilson Silva. **Um republicano histórico no Espírito Santo da Primeira República**: A carreira de Bernardo Horta de Araújo (1887 – 1913). Dissertação Defendida no Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas. UFES. Vitória, 2009, 143 páginas.

ouvimos o laissez-faire! Laissez- passer! Do desânimo como notas predominantes nas discussões políticas do dia.

As desilusões se multiplicam destruindo aquele antigo entusiasmo tão frequentes nas lutas do liberalismo com o conservadorismo, lutas que desaparecem de vez.

Hoje por toda parte se discute a república. (O CACHOEIRANO, 14/04/1889, p. 01in DUARTE, 2016, p. 157)

Nesse cenário, os clubes republicanos fizeram algumas tentativas de unificação, buscando o fortalecimento do republicanismo ainda antes da Proclamação, conforme indica a citação abaixo:

[...] Em um Congresso Republicano Provincial, realizado em 16 de setembro de 1888, em Cachoeiro de Itapemirim, contendo representantes de todos os clubes, foram eleitos três delegados ao Congresso Federal do Partido Republicano. Além disso, formou-se a comissão permanente do partido, composta por Afonso Cláudio, Antônio Aguirre, Pedro Vieira da Cunha, Diogo Pires de Amorim e Bernardo Horta de Araújo, que apresentou, pouco tempo depois, um candidato a deputado geral para a eleição pelo 2º distrito ao Parlamento. Esse candidato era Bernardo Horta de Araújo, o mais importante propagandista da República em Cachoeiro de Itapemirim. (SANTOS, 2009, p.33).

Duarte (2016) salienta a importância de Cachoeiro de Itapemirim, nesse momento em que o entusiasmo republicano se fez mais presente do que nas regiões mais ao norte e até mesmo na capital, cujo sentimento era mais conservador, com manifestações de apoio à monarquia:

[...] Dessa forma, nessas regiões do Espírito Santo, o que se viu foi uma acomodação da população diante dos fatos e uma aceitação por parte da população do novo regime. Assim como não se esboçou reações ao avanço republicano, também não se ouviu ‘vivas’ como nas regiões mais ao sul. (DUARTE, 2016, p. 166).

O anúncio da Proclamação da República chega a Cachoeiro de Itapemirim com três dias de atraso e é feito pelo *O Cachoeirano*, edição de 18/11/1889:

[...] O jornal republicano trouxe uma página na qual ilustra os conteúdos da Proclamação enviados por telégrafo, dando conta da Proclamação e da Constituição do governo provisório, [...] Estampou ainda em suas páginas seguintes saudações de vivas à República, comemorando a chegada do novo regime que se implantava a partir daquele momento (DUARTE, 2016, p. 164).

Os anos da Primeira República, no Brasil, especialmente no Espírito Santo, foram bastante conturbados, pois, além dos problemas internos, as repercussões da instabilidade no governo federal, principalmente durante o mandato de Deodoro da Fonseca, refletiam negativamente na política estadual, gerando ainda mais tensão e desacordos, situação que só veio a se normalizar,

Figura 1 - Capa e texto do jornal O Cachoeirano edição de 18 de novembro de 1889.



FONTE: DUARTE (2016, p. 164)

relativamente, em 1892, com a posse de Moniz Freire, primeiro Presidente do estado a ser empossado pelo voto direto<sup>16</sup>.

Com o cenário partidário conturbado, em 1890, buscando uma aproximação com lideranças partidárias da monarquia que aceitassem o republicanismo, Bernardo Horta de Araújo e Antônio Gomes Aguirre realizaram uma reunião da qual resultou a cisão dos republicanos espírito-santenses. O resultado disso foi, posteriormente, a constituição de dois partidos políticos encabeçados pelas forças dos antigos partidos Liberal e Conservador do período monárquico. A União Republicana Espírito-Santense, formada pelo Barão de Monjardim, Aristides Freire, Antônio Aguirre e Bernardo Horta, e o Partido Republicano Construtor (PRC), sob a liderança de Moniz Freire, Henrique Coutinho, Domingos Vicente, Joaquim Pinheiro,

<sup>16</sup> Embora a Constituição de 1891 tenha substituído o voto censitário, exigia a alfabetização, o que excluiu ainda mais a população da cidadania, uma vez que cerca **de apenas 2% da sociedade, naquela conjuntura, era alfabetizada. Além disso**, mulheres, mendigos e militares de baixa patente também estarem excluídos desse processo.

Constante Sodré, entre outros. Esses partidos dominaram o cenário político em boa parte da Primeira República, especialmente o PRC, como bem lembra Santos (2009).

Dentre os vários personagens cachoeirenses que se destacaram no Espírito Santo durante a Primeira República, o de maior destaque foi Jerônimo Monteiro, que teve uma vasta participação na política capixaba, foi deputado estadual pelo PRC, durante o governo de Moniz Freire, deputado federal, e finalmente eleito em 1908 para Presidente de Estado. Ressalta Salleteo:

[...] Realizando um governo bem sucedido, favorecido pelo fim da crise do café que sufocava o Espírito Santo havia mais de uma década, e revelando notável habilidade política, Jerônimo se fortaleceu junto com o irmão Bernardino, importante liderança na política de Cachoeiro de Itapemirim, e com o apoio do irmão Fernando, bispo do Espírito Santo consolidará o poder dos Monteiro no estado (SALLETO, 2005, p.15-16).

Apesar de seus irmãos, o Bispo Fernando e Bernardino, terem exercido grande notabilidade na política capixaba, foi Jerônimo o responsável por consolidar e impor o nome dos Souza Monteiro no Estado.

## 2.2 A ERA VARGAS: O OSTRACISMO DAS ELITES AGROFUNDIÁRIAS E SUA POSIÇÃO ANTE AO VARGUISMO

As eleições de março de 1930 provocaram um racha entre as elites, sobretudo as de São Paulo e de Minas Gerais, que dominaram o cenário político até então. As discussões giravam em torno da escolha do candidato à sucessão presidencial de Washington Luíz, carioca radicado em São Paulo, que propôs o nome de Júlio Prestes como seu sucessor. De acordo com a prática vigente, seria o mineiro Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, candidato a sucessor de Washington Luíz. Descontentes, os mineiros e sul rio-grandenses lançaram Getúlio Vargas pela Aliança Liberal, em oposição à Prestes, e, “[...] com isso, rompia-se o acordo tácito com Minas, que esperava ocupar a presidência da República” (FERREIRA, 2006, p. 15).

No Espírito Santo, segundo Achiamé (2010), as forças políticas se dividiram em duas correntes opostas em relação às candidaturas de 1930:

[...] Uma delas, a majoritária, congregava os políticos que apoiavam o situacionismo nas esferas estadual e federal, ou que se alinhavam com Washington Luíz, mesmo sendo opositores ao governo estadual. Que políticos seriam estes? Os ligados à administração Aristeu Aguiar, os partidários de Bernardino, candidato a senador na corrente governista, e muitos seguidores de Jerônimo Monteiro. Tudo indica que este último não abraçou de forma entusiasmada a campanha da Aliança Liberal, [...]. (ACHIAMÉ, 2010, p. 98-99)

Achiamé (2010) ainda destaca outra corrente, minoritária, que se vinculou à Aliança Liberal, esta composta pelo deputado estadual Fernando de Abreu, de forte atuação em Cachoeiro, o advogado Afonso Correia Lírio, o deputado Geraldo Viana e o juiz de direito João Manoel de Carvalho.

Vitoriosa a “Revolução de 1930” e desejosos de assumir a liderança do Estado, as forças oposicionistas não conseguiram chegar a um consenso acerca do nome do futuro interventor. Assim, diante da incerteza, Getúlio Vargas “[...] decidiu-se pelo nome do capitão João Punaro Bley que apesar de não ser do Espírito Santo<sup>17</sup>, foi indicado pela Associação Comercial de Vitória [...]”. (SILVA, 1986, p. 172)

A partir dos anos de 1930, com a ausência de um ou mais representantes de peso na Interventoria do Estado, Cachoeiro começou a perder o seu protagonismo para a economia industrial desenvolvimentista proposta por João Punaro Bley, concentrada, de modo especial, na Região da Grande Vitória. Mesmo com a ausência de protagonismo em nível estadual, a cidade continuou a produzir importantes lideranças políticas, não só ligadas à agricultura, mas também profissionais liberais que começavam a despontar no município. Dentre eles, destacou-se Fernando de Abreu (PSD), farmacêutico de profissão, formado em 1904 pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, e que trabalhou como colono na Usina Paineiras, além de ter sido o primeiro diretor da escola Liceu Muniz Freire em 1936. Nascido em Abre Campo (MG), em 5 de dezembro de 1884, iniciou sua carreira política em Cachoeiro de Itapemirim. Foi eleito deputado estadual em 1923, 1927 e 1930<sup>18</sup>, sendo nomeado prefeito da cidade de Cachoeiro logo após a Revolução de 1930, e, como apoiador da Aliança Liberal, permanecendo até 1933 quando se elegeu deputado federal.

Nesse período, verificou-se, em Cachoeiro, o surgimento de novas agremiações partidárias, além do fortalecimento de aliancistas (ANL) e integralistas (AIB), principalmente entre as camadas mais modestas da população, como ferroviários e os trabalhadores da fábrica de tecidos. Em relação aos integralistas,

[...] as primeiras reuniões visando à organização de um núcleo integralista aconteceram nos últimos meses de 1934. Contudo, a AIB somente iniciou seus

---

<sup>17</sup> [...] João Punaro Bley nasceu em Montes Claros (MG) no dia 14 de novembro de 1900, filho do engenheiro João Bley Filho e de Maria Punaro Barata. No dia 14 de novembro, Punaro Bley foi nomeado interventor federal no Espírito Santo, embora fosse um oficial sem tradição no estado e carente de experiência na administração pública (Fonte: <http://cpdoc.fgv.br>).

<sup>18</sup> Fonte: CPDOC. Fundação Getúlio Vargas. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/fernando-de-abreu> . Acesso em 26/07/17).

trabalhos no município, no dia 15 maio de 1935, com a fundação oficial do núcleo na cidade (OLIVEIRA, 2012, P. 80).

A importância de Cachoeiro de Itapemirim frente ao movimento integralista, sobretudo a partir da localidade de Floresta (atual Burarama), foi tamanha que, cerca de sete meses,

[...] após a fundação da AIB em Cachoeiro de Itapemirim, esta cidade foi palco de um dos mais controversos e violentos conflitos envolvendo os integralistas e os aliancistas em toda a história do movimento. Toda a agitação começou quando os integralistas anunciaram que realizariam um congresso em Cachoeiro. Eles estavam preparando-se para receber, aproximadamente, cinco mil (5000) militantes de todo o Espírito Santo e de todos os outros Estados da região sudeste. Dentre os dirigentes nacionais previstos no Congresso de Cachoeiro, a maior expectativa era a vinda do Chefe Nacional, Plínio Salgado. [...] ‘Os ânimos estavam exaltados’, sobretudo, porque na véspera do congresso, ‘um grupo de integralistas do interior do município, que viajava em um caminhão, sofreu uma emboscada, na altura de morro Grande, e Alberto Sechin foi assassinado’. A morte do jovem integralista foi um elemento que se somou ao clima de apreensão e medo que tomou conta da cidade. Durante todo o dia 02 de novembro, dia de finados, os camisas-verdes velaram o corpo de Alberto Sechin. No dia seguinte, integralistas e aliancistas foram para a Estação da Estrada de Ferro Leopoldina receber a comitiva de Plínio Salgado (OLIVEIRA, 2012, P. 90).

Com a instituição do Estado Novo, em 1937<sup>19</sup>, Fernando de Abreu voltou à administração do município de Cachoeiro de Itapemirim, sendo imprescindível para amortecer os imbróglis resultantes da não ascensão imediata das forças jeronimistas na direção do Aparelho Regional de Estado, uma vez que Cachoeiro era o microcosmo dessas forças, as quais possuíam ainda forte apelo popular, permitindo à João Bley certo conforto em termos locais. Fernando de Abreu, na condição de profissional liberal, conseguia dialogar com as classes urbanas em ascensão no Município, assim como com a “desamparada” oligarquia local e, de certa maneira, fazia com que estas não causassem grandes problemas.

De acordo com Silva (1986, p. 174),

Cachoeiro de Itapemirim teve influência muito grande no segundo governo Bley (1935/1943). Porque *[sic]*, a permanência de elementos [...] como Lúcio Mesquita, Fernando de Abreu, Armando Braga, que eram adversários antes da revolução de 30, e que foram depois secretários do seu governo, amorteceram *[sic]* aqueles choques políticos. Cachoeiro de Itapemirim transmitiu, até certo ponto, ao governo Bley, aquele espírito de tolerância que foi a base do governo Fernando de Abreu (Prefeito Municipal de Cachoeiro de Itapemirim).

As propostas desenvolvimentistas de Bley buscavam aproximar-se da população – como tática de conquistar seu apoio, que outrora era dado, voluntária ou involuntariamente, às elites rurais – e minar cada vez mais as forças oligárquicas. Para alcançar tal intento, buscou privilegiar

<sup>19</sup> Em 10 de novembro de 1937, dia em que deu início do regime por meio da Constituição de 1937, os vereadores do município de Cachoeiro de Itapemirim, estavam reunidos em sessão extraordinária para a votação de orçamento para o ano seguinte, 1938, tudo registrado em ata. Contudo esse mesmo livro de atas, salta do referido dia para o 18 de dezembro de 1947, não se sabe as razões que levaram o referido período não ser relatado em ata e/ou ter tais registros desaparecido.

setores da saúde e educação<sup>20</sup>. Essa oligarquia minada, por sua vez, buscou um reordenamento no espectro político nos anos seguintes, com a mesma tática de Vargas, a aproximação com a promissora e pujante massa urbana representada por trabalhadores e os sindicatos. Era necessário tornar-se a “voz” desses indivíduos.

Mesmo sem a expressividade de outrora, Cachoeiro de Itapemirim continuou um campo fértil

[...] para o crescimento de movimentos políticos que, de certa forma, exprimiam não somente os ressentimentos gerados por décadas de exclusão, por parte dos segmentos sociais que foram alijados do jogo político durante a Primeira República, mas também que traduziam ao nível local a polarização do conflito político-ideológico entre fascistas e comunistas na esfera mundial, como foram os casos da Ação Integralista Brasileira e a Ação Nacional Libertadora. (OLIVEIRA, 2012, p. 13)

A interventoria de Bley encontrou muitos desafios para reequilibrar a situação financeira do estado, sendo necessário um rigoroso controle das despesas, que foi desde cortes nos vencimentos de funcionários a exonerações, o que provocou inúmeras contrariedades. Em Cachoeiro, os sindicatos representantes do modesto setor secundário se faziam presentes. Assim,

[...] para conter a onda de insatisfação gerada pelos efeitos da crise nas fábricas, a interventoria suprimiu a ação política de diversos sindicatos, como o dos funcionários da fábrica de tecidos, o sindicato dos ferroviários, o sindicato da construção civil etc, minando, assim, a mobilização livre dos trabalhadores. (OLIVEIRA, 2012, p. 77)

Já no período de desagregação do Estado Novo, Ary Siqueira Viana (um dos fundadores do PSD) foi nomeado prefeito de Cachoeiro de Itapemirim. Nascido em 25 de janeiro de 1905, filho do Coronel Alziro Viana e de Corinta de Siqueira Viana, exerceu o cargo, em 1923, de chefe de contabilidade da Secretaria da Fazenda, passando a diretor da Receita Pública e, em seguida, a diretor-geral dos departamentos das municipalidades e do serviço público do Espírito Santo<sup>21</sup>, durante o governo de Nestor Gomes, este aliado da família Monteiro que havia iniciado a carreira a partir de Cachoeiro de Itapemirim, como vereador.

Percebe-se que, durante o governo de Vargas, as oligarquias foram perdendo representatividade no cenário estadual, devido principalmente à diminuição da força do café como mecanismo econômico de poder em que grande parte dessas oligarquias se assentava. Ademais, ocorreu o desenvolvimento de uma política mais urbano-industrial, centralizada na capital Vitória. Dessa maneira, como destacado, os personagens pertencentes ou ligados a essas oligarquias foram buscando meios de se colocarem à frente do poder diante da nova configuração política. Assim,

<sup>20</sup> Para maiores informações ler SILVA, Marta Zorzal e. **Espírito Santo: estado, interesses e poder**. Rio de Janeiro, FGV, 1986.

<sup>21</sup> Fonte: Dicionário de verbetes: <http://cpdoc.fgv.br>

Cachoeiro de Itapemirim, reduto de tais personagens, continuou a exercer expressiva força, principalmente no que tange aos personagens que foram ligados a essas oligarquias, como Fernando de Abreu e Ary Siqueira Viana.

### 2.3 A ESTRUTURA POLÍTICO PARTIDÁRIA NO PERÍODO DEMOCRÁTICO (1945-1964)

Ao término da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), com a vitória do grupo dos aliados, que possuía um modelo político-econômico liberalizante, Vargas, pressionado, convoca, para o final de 1945, eleições para presidente e para representantes de uma Assembleia Constituinte. Tal cenário abriu caminho para o retorno de práticas democráticas e de organizações partidárias, estas pleiteando disputar as eleições depois de anos de impedimento.

O decreto-lei, que foi assinado em maio de 1945<sup>22</sup>, estabelecendo as eleições presidenciais, determinava também parâmetros para a formação partidária, tal como segue:

[...] De acordo como o texto da lei, para habilitar-se eleitoralmente a associação política deveria cumprir os seguintes requisitos: 1º) Obter o apoio de, pelo menos, dez mil eleitores, distribuídos em cinco ou mais estados. 2º) Possuir personalidade jurídica de acordo com o Código Civil. 3º) Atuar em âmbito nacional. (MOTTA, 1999, p. 67)

Assim, o decreto de 1945 deu origem a partidos essencialmente nacionais, os quais começaram a fazer seus registros de fundação nos termos do Código Civil. Somente a partir de 1950 é que o Congresso Nacional estabeleceu “[...] uma configuração moderna para os partidos, aprovando uma lei definindo-os como entidades jurídicas de direito (não mais privada)” (MOTTA, 1999, p. 69), sendo obrigatório seu registro no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Com a Constituição de 1946, modificaram-se também as regras de participação política da população e o funcionamento do sistema eleitoral. Consolidou-se o voto feminino, o que propiciou às mulheres direitos políticos até então conferidos somente aos homens; foi criado o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), assim como os Tribunais Regionais Eleitorais (TREs); foi reduzida a idade de participação eleitoral de 21 para 18 anos e, como dito anteriormente, estabeleceu-se a formação dos partidos de abrangência nacional.

---

<sup>22</sup> Decreto-Lei nº 7.586, de 28 de maio de 1945, conhecido como Lei Agamenon, determinava a constituição de partidos de caráter nacional, rompendo com a tradição regionalista da política partidária brasileira até então. Além de permitir a candidatura múltipla, um mesmo candidato concorrer simultaneamente a dois cargos. (Fonte: <http://cpdoc.fgv.br> )

Quanto à formação partidária a partir de 1945, Getúlio Vargas exerceu um papel de destaque, deixando sua marca, o *getulismo*, sobre dois partidos, o PTB e o PSD, o que lhe conferiu a volta nas eleições de 1950.

Dos partidos criados entre 1945 e que permaneceram até a instituição do bipartidarismo (1965), três se destacaram em nível nacional: o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Social Democrata (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN). Embora não seja conferida a ele a mesma importância dos mencionados, vale destacar o remonte do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que permaneceu com registro legal até 1947, passando, posteriormente, à atuação clandestina.

Como já mencionado, o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), possuíam forte influência getulista, uma vez que foram organizados por velhos seguidores de Vargas. No caso do PTB, este se configurou fortemente como uma organização essencialmente getulista.

A relação relativamente harmoniosa fez com que PTB-PSD estabelecessem uma aliança extremamente vitoriosa no período 1945-64, vencendo três das quatro eleições nacionais realizadas no período: 1945, com Eurico Gaspar Dutra; 1950, com Getúlio Vargas; e 1955 com Juscelino Kubitschek. Em 1960, o candidato da aliança, Henrique Lott, perdeu para Jânio Quadros do Partido Trabalhista Nacional (PTN), apoiado pela União Democrática Nacional (UDN), pelo Partido Republicano (PR) e pelo Partido Democrata Cristão (PDC).

Já a União Democrática Nacional (UDN) configurava-se como um partido de clara oposição a aliança PTB-PSD. Fundada em 07 de abril de 1945, reunia diversas correntes e setores que anos antes vinham se colocando em oposição ao Estado Novo, sendo, portanto, o anti-getulismo uma de suas principais bandeiras, o que explica a oposição ao PTB-PSD.

Essa disputa entre getulistas e udenistas, no âmbito nacional, também se estendeu às esferas regionais e locais. No Espírito Santo, os partidos criados nacionalmente foram também organizados no cenário capixaba, com seus diretórios regionais.

À essa época, após o restabelecimento do regime democrático, as principais lideranças do MDB estavam polarizadas em diferentes partidos, tais como o PSP (Hélio Carlos Manhães), o PTB (Gilson Carone), além do PCB (com os irmãos Demisthóclides e Deusdedit Baptista, além de Juracy Magalhães). Nessa época, Deusdedit e Juracy, além de figurarem como vereadores,

militavam nas escolas que lecionavam, como relato de Roberto Valadão em entrevista<sup>23</sup>. Valadão, ainda estudante, como relata, não era filiado a nenhum partido, mas tinha forte simpatia pelo PCB cujas ideias de caráter social o atraíam. Já Hélio Carlos Manhães possuía maior projeção estadual, fora vereador da cidade em 1959 e deputado estadual em 1963, portanto ocupava o cargo às vésperas do Golpe de 1964.

Há de se salientar que o cenário político do Espírito Santo, entre os anos de 1945-48, período de fundação da maioria dos partidos, se mostrava muito heterogêneo quanto à sua composição. Além das elites rurais, as urbanas também disputavam espaços de poder. Sobre esse contexto, a autora Marta Zorzal e Silva (1986, p. 250-251) chama atenção para quatro conjuntos de forças sociais que emergiram nesse processo de transformação verificado no Estado. Para ela, essas forças estariam divididas em:

1. Forças constituídas dentro das classes agrofundiárias que, após a revolução de 30, conseguiram conquistar espaço no Aparelho Regional de Estado e foram de forma gradativa ampliando essa participação.
2. As constituídas dentro da classe mercantil-exportadora que, com a revolução de 30, foram deslocadas do centro de comando do Aparelho Regional de Estado, mas que, após o regime estadonovista, foram se reorganizando e ganhando espaço no cerne do comando.
3. As surgidas dentro da pequena produção rural e do setor terciário dos núcleos urbanos a ela vinculados. Essas eram formadas, sobretudo, por meio da maciça colonização estrangeira realizada no estado no findar do século XIX e início do XX.
4. E aquelas constituídas dentro das classes populares urbanas, principalmente do setor terciário, e localizadas nos pólos, chamados pela autora, de “irradiadores da dinâmica econômica regional”, formados por Vitória, Cachoeiro de Itapemirim e, mais tarde, Colatina. Para a autora, embora as classes populares urbanas não representassem um grande número no conjunto, poderiam se firmar como “fiel da balança”, uma vez que a legislação eleitoral vigente excluía os analfabetos e estes constituíam um pequeno grupo nos centros urbanos, além de, nesses centros, estar cada vez mais crescendo o número de eleitores.

---

<sup>23</sup> ALMOKDICE, Roberto Valadão. **O MDB sob o olhar de Roberto Valadão**. 2017. Entrevista concedida a Aline Guimarães Andrade, Cachoeiro de Itapemirim, 2017.

Era, portanto, nesse cenário que os partidos iam sendo formados no Espírito Santo. Assim, várias lideranças políticas buscavam estruturarem alianças, de modo a garantir resultados positivos nos pleitos eleitorais que se seguiriam, sendo para isso necessária a aproximação de velhos rivais e/ou afastamento de velhos aliados.

Para ilustrar tal comportamento, Silva (1986) traz o exemplo de Carlos Lindenberg e Jones dos Santos Neves, que ingressaram no PSD e, seus respectivos irmãos Fernando Lindenberg, filiado à UDN e Guilherme dos Santos Neves, filiado ao PTB, irmãos que militaram em lados distintos. Outro exemplo tratado pela autora é o das lideranças historicamente opostas se filiando a um mesmo partido, criando em seu seio alas diferentes e provocando atritos internos, como o caso de Atílio Vivácqua e Asdrubal Soares, que ingressaram no PSD ao lado de Fernando de Abreu, Carlos Lindenberg e Jones dos Santos Neves.

Diante de um ambiente político tão heterogêneo, essas forças estavam preocupadas em se manterem no espectro político e conquistarem espaços de poder dentro do Aparelho Regional do Estado, seguindo a ascensão das três maiores legendas daquele momento, PTB, PSD e UDN, mesmo que para isso estivessem do lado de seus maiores rivais. Dessa forma, salienta Silva (1986), as lideranças políticas se dividiam em três categorias: aquelas historicamente rivais, como Atílio Vivácqua, Asdrúbal Soares e Fernando de Abreu, membros do PSD; aqueles que pertenciam ao mesmo conjunto de forças políticas, mas que se dividiram para garantir espaços no Aparelho Regional do Estado, como os irmãos Lindenberg, Carlos no PSD e Guilherme no PTB; e ainda as novas lideranças, que surgiram em função de uma diferenciação social, mas que desejavam tanto quanto as antigas ocupar espaços de poder, como Eurico Rezende, filiado à UDN<sup>24</sup>.

No período democrático, no Espírito Santo, o PSD se destacou como o principal partido, haja vista que conseguiu aglutinar as principais lideranças daquele momento, como Jones dos Santos Neves, que fora interventor no período político anterior. Já a UDN se mostrou como uma “segunda força”, polarizando as disputas com o PSD e abrigando indivíduos também de grande expressão como Fernando Lindenberg, irmão de Carlos (PSD) e Eurico Rezende.

Coube ao PTB uma posição, não de mero coadjuvante, mas de menor expressão, talvez por sua ligação a Vargas, líder da ditadura do Estado Novo. No Espírito Santo, no PTB, uma das lideranças que se destacava era o militar Floriano Lopes Rubim, além de figuras como

---

<sup>24</sup> Este chegou ao cargo de governador do estado na década de 1970.

Saturnino Mauro e Rubens Rangel. Oliveira (2013) destaca que, devido aos diferentes perfis políticos existentes no partido, houve o incremento das rivalidades internas, não exclusivas ao partido, e consequentes fragmentações. Desse racha, surgiram o PTN e o MTR, na década de 1960. Além disso, a cisão fez com que o partido perdesse para o PSP a terceira posição de força política no Estado.

O PSP teve à frente três importantes lideranças, os médicos Emir de Macedo Gomes e Raul Gilberti, e o radialista cachoeirense Hélio Carlos Manhães, que viria a ser um dos fundadores do diretório regional do MDB e seu braço em Cachoeiro de Itapemirim, sendo um dos principais representantes do partido.

Assim que instalados os diretórios regionais, cabe ressaltar, as novas agremiações trataram de organizar caravanas em direção ao interior, a fim de que os diretórios nessas regiões pudessem ser organizados o mais rápido possível para as eleições presidenciais de 1945. Analisamos as manchetes do jornal A Gazeta do período e não encontramos registros que tratam das convenções dessas novas agremiações em Cachoeiro de Itapemirim, nem mesmo atas do legislativo municipal referentes ao período, embora o município ainda se mostrasse como grande polarizador político na região sul, com a participação de importantes figuras nas convenções regionais, como os pessedistas Fernando de Abreu e Atílio Vivácqua e os udenistas Dulcino Monteiro de Castro e Luiz Tinoco da Fonseca<sup>25</sup>.

A tão esperada eleição de 02 de dezembro de 1945, que elegeu o presidente, deputados federais e senadores, foi amplamente vencida pelo PSD, segundo dados do Tribunal Regional Eleitoral, com mais de 60% dos votos válidos contra cerca de 20% da UDN, segunda colocada. Ainda segundo as atas emitidas pelo Tribunal Regional Eleitoral, Cachoeiro contou com cerca de 11.279 votantes, segundo maior comparecimento, só perdendo para a capital, Vitória, o que mostrou a força do colégio eleitoral sul capixaba.

As legendas, a partir de então, buscavam fortalecer-se para as eleições municipais de 1947, as primeiras após o regime estadonovista, que foram realizadas em 30 de novembro de 1947. Em Cachoeiro, foi eleito prefeito Dulcino Monteiro de Castro (UDN), que nasceu em Campos dos Goytacazes (RJ), em 25 de outubro de 1911, formou-se em medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e fez sua carreira política no município capixaba. Monteiro de Castro foi empossado em ato solene que encheu o salão e as demais dependências da prefeitura

---

<sup>25</sup> Médico de profissão foi prefeito de Cachoeiro na década de 1920

e que contou com a presença de grandes autoridades civis, militares e eclesiásticas do município, além de bandas de música e imprensa. Dentre os presentes na cerimônia de posse no dia 20 de dezembro de 1947, destacam-se os professores Fernando de Abreu<sup>26</sup>, Jader Gomes Coelho e o professor Deusdedit Baptista, importante personagem do MDB no cenário do bipartidarismo.

Em se tratando das eleições para prefeitos no período 1945 – 1966 (ano de instituição do bipartidarismo), na ordem, foram eleitos, além de Dulcino Monteiro de Castro (UDN / 1947-1950), Nello Vola Borelli (PTB / 1951-1955), Antônio Ferreira Penedo Sobrinho (PSD / 1955-1958), Raymundo de Andrade (PTB/PTN / 1959-1962) e Abel Santana (UDN / 1963-1966), desses todos migraram para a Arena durante o bipartidarismo. No contexto dessas administrações, as principais lideranças que vão compor o MDB por ocasião da sua formação, ocuparam, no município, apenas cargos de vereadores. Dentre elas, cita-se Dr. Elimário C. Imperial (PSB), Deusdedit Baptista (PSB) e Hélio Carlos Manhães (PSP), este último membro fundador e uma das mais importantes figuras do partido.

Do período de vigência do bipartidarismo (1966-1979), na cidade de Cachoeiro de Itapemirim, dois personagens são comumente lembrados no que diz respeito à oposição partidária da época: de um lado, o emedebista Roberto Valadão e, de outro, o arenista Theodorico Ferraço, embora nunca tivessem disputado o mesmo cargo durante o período. Valadão não era filiado a nenhum partido até a criação do MDB, filiando-se apenas em 1969, mas já era, segundo as palavras do próprio personagem, um jovem politizado, por influência da mãe, e atento às demandas políticas que o cercavam, chegando à presidência da Casa do Estudante na década de 1960. Já Ferraço, filho de proprietários de terra em Jaciguá, distrito de Cachoeiro, elegeu-se deputado estadual no pleito de 1966 já pela Arena, três anos depois de se formar em Direito. Sobre esse personagem especificamente, não encontramos nenhum outro registro que o coloque no cenário político municipal até sua eleição a prefeito em 1973, embora já tivesse sido filiado ao PRP.

---

<sup>26</sup> Grande articulador político, atuante desde o período varguista, conseguiu unir jeronimistas e bernadinistas em torno do PSD.

### 3 A DITATURA: O AUTORITARISMO EM CENA

Este capítulo tem como finalidade discorrer sobre o panorama geral do Golpe Civil-Militar e seus reflexos no estado do Espírito Santo, assim como a movimentação dos principais personagens políticos frente ao bipartidarismo.

#### 3.1 O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964 E SEUS REFLEXOS NO ESPÍRITO SANTO

O Golpe de 1964, que instalou uma ditadura militar, representou uma ruptura com o regime democrático retomado em 1945, dando origem a um regime autoritário, repressor e anticomunista. Além disso a vitória dos militares “[...] significou a conservação do modelo social elitista, tradicional no país, espelhando as convicções de um pequeno segmento da sociedade economicamente privilegiado e bastante influente no processo político nacional.” (PELEGRINE, 2016, p. 38).

Como prelúdio ao golpe, houve intensificação de atividades conspiratórias envolvendo não só militares, mas governadores e empresários que já vinham em prolongada campanha de desestabilização do governo de Jango, o qual, para eles, estava no poder por “mera sorte”, depois da renúncia desastrosa de Jânio Quadros. Segundo Fico (2004), tal campanha se dava por meio, sobretudo, de propaganda política que associava o governo de Jango a um viés esquerdista, que naquele momento era atribuído ao “temido” comunismo, além de se afirmar constantemente a incompetência de Jango para governar o país. Tais propagandas eram capitaneadas pelo IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) e pelo IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais). A ambos foi atribuído financiamento estadunidense em sua manutenção.

Durante o ano de 1963, Jango foi duramente criticado e teve sua imagem atribuída ao comunismo, principalmente pelo desejo dele de aprovar as chamadas reformas de base, reformas que eram vistas como uma “[...] interpretação trabalhista da linha política discutida pelo PCB (Partido Comunista Brasileiro)” (FICO, 2004, p. 17), já nos anos finais de da década de 50. Buscando apoio das massas para apoiar seu pacote de reformas, Jango faz aumentar sobre ele críticas dos setores mais conservadores da sociedade. Tais críticas tinham como uma das vozes o udenista Carlos Lacerda, então governador do estado da Guanabara, contrário a tudo que representasse vestígios do varguismo, nesse caso o próprio Jango.

O início do ano de 1964 foi bastante movimentado e, em 31 de março, o general Olympio Mourão Filho, comandante da 4ª Região Militar, com o afã de pôr em prática a derrubada de Jango, iniciou, a partir de Juiz de Fora (MG) sua caminhada. Mas antes mesmo da

[...] ofensiva de Mourão, Goulart caiu sem resistência, não acionando seu ‘dispositivo militar’, que supostamente resistiria a iniciativas golpistas da direita. Teria tomado com facilidade o Palácio Guanabara, onde estava o governador Carlos Lacerda, que se defendia precariamente. Poderia ter dispersado as tropas de Mourão, através da ação de uns poucos aviões bombardeiros. Porém, pretendeu evitar uma ‘guerra civil’, ou apenas avaliou que seria inútil resistir. Saiu do país, mas antes mesmo disso perdeu o seu mandato (FICO, 2004, p. 18).

Na madrugada do dia 2 de abril de 1964, em sessão extraordinária, o senador pessedista Auro de Moura Andrade, de São Paulo, formalizou a chamada declaração de vacância do cargo de presidência da República, ou seja, a “cadeira estava vazia”, mesmo com a presença do presidente no país. Um ofício escrito por Darcy Ribeiro, então chefe da Casa Civil de Goulart, endereçado ao presidente do Congresso, tratava de comunicar a viagem de Jango ao Rio Grande do Sul, diante dos acontecimentos, e que este se encontraria à frente das tropas legalistas e retomaria o exercício de seu mandato. O ofício de Darcy teria sido uma tentativa de dar tempo para que Jango reagisse, entretanto não houve esse tempo. As massas populares, não fizeram a “baderna” esperada, temida pela direita, tão pouco

[...] saíram em defesa do governo Goulart, como esperavam as lideranças reformistas. Em abril de 1964, elas foram ainda uma vez o parceiro-fantasma no jogo político [...] por temor de sua ascensão política os conservadores e direitistas de todos os matizes uniram-se para a propaganda contra o governo e depois para a rápida adesão aos militares vitoriosos (WEFFORT, 2003, p. 15).

Não se pretende aqui excluir a importância da volta do sufrágio pós Estado Novo, tão pouco retratar as massas populares como alienadas aos acontecimentos políticos do referido período, mas mostrar a ausência delas, diante do contexto e da possibilidade de mobilização que possuíam, fato que levou a ala mais conservadora a temê-las. Essa ausência, segundo Weffort (2003, p. 20), pode ser atribuída à dificuldade, sobretudo de alguns setores que as representavam, como os sindicatos, de conseguirem efetivamente se organizarem. Ainda segundo o autor, trata-se de

[...] uma situação em que a expressão política popular é, essencialmente, individualizada por meio do sufrágio (fenômeno que se associa a duas outras características da política brasileira, a hipertrofia dos executivos e o elevado grau de personalização do poder governamental). E podemos perceber facilmente que essa manifestação individualizada e desorganizada das massas pelo voto, se não depende, como ocorre em alto grau com as associações, de um governo particular já constituído, depende, porém, diretamente dos arranjos pré-eleitorais possíveis aos grupos dominantes e, em última instância, das formas institucionais que lhes são convenientes.

Assim, na sequência do golpe, com um verniz de respeito ao rito constitucional, o Presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzili, assumiu a Presidência da República<sup>27</sup>. Entretanto, os “revolucionários” logo se apressaram em escolher um novo presidente para completar o mandato de Jango, e não escondiam a preferência em relação a um militar. O general Arthur da Costa e Silva se autoneomeou comandante do Exército Nacional, mas os governadores previamente acertados chegaram ao nome do general Humberto Castelo Branco, que foi duramente rejeitado por Costa e Silva, o qual foi convencido, e acabou se tornando ministro da Guerra de Castelo Branco. Dessa forma, o Congresso elegeu o general Humberto de Alencar Castelo Branco que, ao saudar os congressistas, firmou o compromisso pela democracia, quando disse, em discurso de 11 de abril,

[...] cumprindo plenamente os elevados objetivos do Movimento vitorioso de abril, no qual se irmanaram o Povo inteiro e as Forças Armadas na mesma aspiração de restaurar a legalidade, (espero) revigorar a democracia, restabelecer a paz e promover o progresso e a justiça social. [...] Espero também [...] possa entregar, ao iniciar-se o ano de 1966, a meu sucessor legitimamente eleito pelo Povo em eleições livres, uma Nação coesa e ainda mais confiante em seu futuro, a que não mais assaltem os temores e os angustiosos problemas do momento atual (KINZO, 1988, p. 16).

Além do udenista Carlos Lacerda, é atribuído também ao pessevista Juscelino Kubitschek e ao pessepista Adhemar de Barros apoio ao golpe e a Castelo Branco, uma vez que tinham esperança de se lançarem como candidatos nas eleições presidenciais do ano seguinte. Como já se sabe, o que fora prometido não foi cumprido e, em lugar das palavras de tom democrático, inaugurou-se um regime autoritário e repressor, no qual, aos poucos, foram sendo cerceadas todas as formas de liberdade, mas em que, para manter o tom de proteção ao povo, mantiveram-se abertos alguns canais de participação política, como as eleições municipais, exceto em grandes cidades e algumas capitais, e eleições para os legislativos nas três esferas da federação, com a excepcionalidade da escolha de um terço do Senado, em 1978, eleito indiretamente. Ao mesmo tempo fechavam-se ainda mais as portas para as decisões essenciais, construindo um regime híbrido, como nomeia Kinzo (1988).

Nos primeiros dias de abril de 1964, um dos principais temas em debate no Congresso Nacional era o das cassações dos mandatos de parlamentares por dez anos, o que acabou se confirmando com a aprovação do Ato Institucional nº 1 (AI – 1)<sup>28</sup> que ainda estabelecia as eleições indiretas para presidente, este tendo seu mandato espirado em 31 de janeiro de 1966.

<sup>27</sup> Assumiu o presidente da Câmara uma vez que João Goulart já era o vice-presidente, **que assumira a presidência da República após a renúncia de Jânio Quadros** em 1951.

<sup>28</sup> Com a aprovação do Ato Institucional nº 1 (AI – 1), em 9 de abril de 1964, que em seu Art. 10 permitia a cassação de mandatos políticos em nome da paz, houve a cassação do mandato de então senador JK em 3 de junho do mesmo ano. Juscelino se direciona à Europa em exílio. Em 28 de outubro de 1966, JK e Lacerda lançam a

Segundo Kinzo (1988), a decisão de Castelo Branco de respeitar o calendário eleitoral das eleições para governadores em parte dos estados brasileiros<sup>29</sup>, instaurou um momento de crise nos primeiros anos do regime, nomeada pela autora de “crise político- militar de outubro de 1965”, em que militares conhecidos como linha dura e políticos criticavam a postura de Castelo Branco chamada por eles de branda e legalista. Para os militares, essa decisão era um risco desaconselhável e desnecessário para a “revolução”, que ainda não estava consolidada. Para a ala política, tendo como um dos representantes Carlos Lacerda (UDN), apoiador do golpe civil-militar, era o temor de perder o controle “sobre as máquinas dos governos estaduais, que eram fundamentais para assegurar a UDN nas eleições presidenciais a serem realizadas em 1966” (KINZO, 1988, p. 23).

Em carta endereçada ao presidente, em abril de 1965, Lacerda tenta convencer Castelo Branco a adiar as eleições daquele ano para governador e a optar pela prorrogação dos mandatos, logo, o dele mesmo, tendo como base a mesma manobra utilizada pelo Congresso em busca da consonância de Castelo Branco<sup>30</sup>.

Entretanto, as tentativas de Lacerda não foram suficientes, e seu temor se confirmou. Houve eleições estaduais em outubro de 1965, com vitória de pessedistas opositores à UDN e ao regime em dois importantes estados: Israel Pinheiro, em Minas Gerais; e Negrão de Lima, na Guanabara. Os militares, diante desses fatos e temendo uma ascensão dessa ala, editam, em 27 de outubro de 1965, o Ato Institucional nº 2 (AI – 2), que, além de impor o fim do pluripartidarismo, permitia ao presidente decretar estado de sítio<sup>31</sup>, dispensar funcionários públicos, além de facilitar a aprovação de emendas constitucionais.

O cientista político Bolívar Lamounier, Fico (2004), considera o AI – 2 resultante das eleições de outubro de 1965 como uma reação exagerada ou “*over – reaction*”, segundo o autor

O episódio de 1965 diz respeito [...] à reação dos militares da linha dura aos resultados da eleição [...] A vitória de políticos tradicionais do antigo PSD, apoiados por uma coalizão de centro-esquerda e ligados ao ex-presidente Juscelino Kubitschek, foi vista como perigosa arremetimento de forças ‘anti-revolucionárias’,

---

chamada Frente Ampla, movimento que tinha por objetivo, lutar pela restauração do regime democrático, visto que ambos não conseguiram o que esperavam apoiando o golpe civil-militar, sendo ambos chamados de: “as viúvas do golpe”. O Ato Institucional suspendeu direitos políticos e cassou mandatos legislativos, em nome do “interesse da paz nacional”, de inúmeros deputados federais, tais como Tenório Cavalcanti (PST-RJ), Rubens Paiva (PTB-SP), Ramon de Oliveira Neto (PTB-ES) e tantos outros.

<sup>29</sup> Com exceção dos estados e municípios **que fossem considerados** como estratégicos para a manutenção da segurança nacional.

<sup>30</sup> Carta de Carlos Lacerda a Castelo Branco, de 19 de abril de 1965 (Kinzo, 1988, p. 23)

<sup>31</sup> Estado de sítio constitui um instrumento que permite ao chefe de Estado suspender por um período a atuação dos poderes legislativo e judiciário.

corruptas e subverivas, pela linha dura, que exigiu medidas drásticas. Mais que uma correção das 'distorções' específicas que a eleição havia produzido [...] essas medidas significaram, na verdade, um cerceamento quase definitivo das intenções de moderação do presidente Castello Branco [...] (LAMOUNIER, apud FICO, 2004, p. 74)

O AI 2, como já mencionado, determinou o fim do pluripartidarismo, e o AC-4 trouxe a definição do perfil do novo sistema partidário. Nesse momento, nascia, a partir da esfera federal, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), ligada ao governo, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) partido da oposição. Tal sistema bipartidário se manteve de 1966 a 1979, quando foi restabelecido o pluripartidarismo. Segundo Motta (2007), o objetivo dos governistas era criar um partido forte, capaz de dar sustentação ao governo o que caberia a Arena, e outro fraco e dócil, que abrigasse os descontentes com o regime. O objetivo do governo era impedir a reestruturação dos partidos extintos.

O Espírito Santo, no momento de instauração do Regime Militar e do bipartidarismo, era governado por Francisco Lacerda de Aguiar (PSP - eleito pela Coligação Democrática formada por UDN / PR / PSP / PDC / PRP / PRT), que tinha vencido Jones dos Santos Neves (PSD) em 1962. Do início de 1964 até as vésperas do golpe, ocorrido em abril,

[...] a política capixaba ainda não havia sido contaminada pelas agitações que ocorriam no plano nacional. Os principais jornais capixabas da época mostravam um Estado que, pouco antes do golpe de 1º de abril, acompanhava à distância os embates que acabaram conduzindo o Brasil ao golpe e ao regime militar. (OLIVEIRA, 2013, p. 95).

O jornal A Gazeta, de 31 de março de 1964, portanto um dia antes do golpe, traz como matéria de capa: *Bancada pessedista pede abono de emergência para o funcionalismo*. Portanto, uma manchete sem grande relevância diante do que estava por acontecer, mas isso não significa que o estado estivesse imune aos acontecimentos de âmbito nacional.

Havia, junto ao Legislativo Capixaba, vozes que defendiam o Governo de Jango, como era o caso do Deputado Mário Gurgel, membro minoritário da esquerda do PTB que foi recolhido para averiguação depois de um discurso inflamado a favor do governo de Jango na Assembleia Legislativa (OLIVEIRA, 20013, p. 106 - 107). Outros, que se somavam às vozes mais conservadoras, defendiam o movimento golpista, como o também Deputado Hércio Pinheiro Cordeiro (UDN). Já o então Governador Francisco Lacerda de Aguiar se mostrava oscilante, ora para uma postura governista, uma vez que tinha bom relacionamento com Jango, ora para aqueles que conspiravam. Ao final, acabou aderindo ao movimento de derrubada de Jango às vésperas do acontecimento.

O jornal A Gazeta, de 03 de abril de 1964, traz matéria de capa intitulada: “*Fôrças Armadas assumiram o comando do País e logo entregarão o Gôverno ao Poder Civil*”<sup>32</sup>, o que reafirma o tom apaziguador de Castelo Branco em manter a ordem democrática, e a proteção do Estado contra o “perigo comunista”. A mesma edição traz, em sua terceira página<sup>33</sup>, o posicionamento de alguns parlamentares diante do ocorrido. Como já mencionado, a manifestação de solidariedade a Jango por Mário Gurgel, o qual diz que associar a imagem de Jango ao comunismo não é motivo para a intervenção militar, pois outras figuras, como John Kennedy e o Papa João XXIII, segundo ele, também foram chamadas de comunistas. Além de Gurgel, temos o tom mais conservador de Hélsio Cordeiro (UDN), que tratou de definir o momento como revolução de anticomunistas contra comunistas e que, ao terminar o seu discurso, proferiu palavras de ordem: Pela revolução / Contra o comunismo / Pela operação de Limpeza. Já o deputado Christiano Dias Lopes (PSD), pediu que o Congresso se comprometesse apenas em aprovar as reformas e fez um apelo ao povo gaúcho para que não atendessem a convocação feita pelo deputado Leonel Brizola de luta contra os militares, afirmando que seria um suicídio.

Ao final, o deputado Jamil Zouain (PRP) elaborou um requerimento de congratulação e de adesão da Assembleia Legislativa ao movimento “revolucionário de 1964”, tendo o apoio de muitos parlamentares, dentre os quais, Tuffy Nader, Feu Rosa, Setembrino Pelissari, Oscar de Almeida Gama, Henrique Del Caro, Lucio Merçon, Hélsio Cordeiro, Pedro Leal e Roberto Vivacqua.

Assim, traz Oliveira (2013), o Golpe Civil-Militar de 1964, no estado, não encontrou grandes resistências, principalmente entre udenistas e pessedistas, talvez em apoio às aspirações de seus partidos, que vislumbravam resultados nas eleições futuras, ou talvez devido ao medo de perder privilégios e espaços dentro dessa nova configuração política. Na Assembleia Legislativa, dominada por PSD, UDN, PSP e PTB, também não foram registradas grandes manifestações contrárias ao Golpe, como já vimos. O que se percebeu, seguindo o cenário nacional, foi a movimentação dos atores políticos a fim de demarcarem seus territórios em face à nova circunstância política.

---

<sup>32</sup> SILVA, Eloy Nogueira da. *Fôrças Armadas assumiram o comando do País e logo entregarão o Gôverno ao Poder Civil*. **A Gazeta**, Vitória, p. 01, 03 de abril de 1964.

<sup>33</sup> SILVA, Eloy Nogueira da. *Parlamentares capixabas fizeram pronunciamentos: momento acional*. **A Gazeta**, Vitória, p. 03, 03 de abril de 1964.

### 3.2 A DANÇA DAS CADEIRAS: REALINHAMENTO DAS ELITES PARTIDÁRIAS FRENTE AO BIPARTIDARISMO

O Ato Institucional número 2 pôs fim aos partidos até então existentes. Segundo Kinzo (1988), a tentativa de Castelo Branco em trabalhar com os partidos do antigo regime não logrou êxito, e ele não conseguiu garantir uma base sólida para o governo no Congresso, uma vez que a principal força, segundo a autora, de apoio à “revolução”, a UDN, não possuía número suficiente para, sozinha, prover essa base de apoio necessária ao governo, além da insatisfação de seu principal representante, Lacerda, com Castelo Branco por este não ter atendido ao pedido de prorrogação das eleições estaduais de 1965.

Diante desse cenário, buscou-se reformular a estrutura partidária a partir do regime e de seus interesses. Assim, o Ato Complementar número 4, de 20 de novembro de 1965, definiu as bases partidárias, surgindo, a partir de então, Arena e MDB.

Dentre aqueles que discutem a formação e trajetória político-partidária desse período, e suas articulações, destacam-se Kinzo (1988), Motta (1999, 2007), e Oliveira (2013), contribuindo para o tema proposto.

Em Kinzo (1988), temos a busca por reconstruir a memória da força oposicionista criada e organizada dentro do regime autoritário, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Sendo um partido construído a partir da esfera federal, o MDB tinha a atuação, antes de tudo, sujeita às regras impostas pelo governo. Vale ressaltar que havia ainda a dificuldade em capitanear indivíduos de grande capilaridade política, como já descrito. Além disso, havia a dificuldade financeira, já que “[...] durante as campanhas eleitorais, as despesas eram cobertas principalmente pelos próprios candidatos, seja lançando mão de seus próprios recursos, seja conseguindo levantar contribuições de seus simpatizantes”. (KINZO, 1988, p. 54)

Assim,

[...] em decorrência do limitado funcionamento da estrutura do MDB e do relacionamento precário entre os vários escalões da organização, os núcleos partidários locais gozavam de grande autonomia. Algumas vezes, os diretórios locais tinham pouco a ver com o papel de oposição que o partido tentava desempenhar no cenário nacional. (KINZO, 1988, p. 54)

Apesar das dificuldades destacadas, o MDB conseguiu manter-se vivo, carregando a bandeira oficial da oposição, consolidando-se “[...] como organização nos últimos anos do bipartidarismo” (KINZO, 1988, p. 55).

Nessa mesma direção, formação e trajetória do MDB, estão os trabalhos de Motta (1997, 2007). O autor tem como destaque, principalmente, o período pós-formação do MDB, mais precisamente os anos 1970, em que o partido assume uma postura mais agressiva, conquistando importantes resultados. Mas, assim como Kinzo (1988), o autor discute o cenário em que o partido fora criado. Segundo Motta (2007), a reforma para o bipartidarismo surgiu

[...] na esteira da derrota de 1964, após a onda de cassação que extirpou da vida política nacional lideranças identificadas com as esquerdas e com os projetos reformistas ensaiados na conjuntura anterior. Foi fruto de projeto dos reformadores políticos do regime militar, que implantaram uma reforma partidária visando a criar um forte partido de sustentação para o governo e um partido fraco e dócil para abrigar os descontentes e opositores (MOTTA 2007, p. 285).

Dessa forma, os articuladores do regime resolveram acabar com o regime partidário de então, pôr um a seu molde, que lhes atendesse. Acreditava-se que, destruindo a estrutura partidária até então vigente, ficaria mais fácil para o governo controlar o processo eleitoral. Nascia, então, o bipartidarismo e, por conseguinte, o MDB, que agora reunia o que restou no Congresso de parlamentares que estavam dispostos “[...] a se filiar a uma organização formalmente de oposição ao novo regime [...]” (MOTTA, 2007, p. 285).

Motta (2007) ainda ressalta que nem todos os emedebistas realmente possuíam um perfil oposicionista. Alguns estavam “[...] mais para uma linha auxiliar do regime [...]” (MOTTA, 2007, p. 285) do que realmente para a oposição. Existiram aqueles que são hoje identificados como símbolos da luta contra o regime, a exemplo de Dante de Oliveira, autor da emenda constitucional que leva o seu nome e que propunha o restabelecimento das eleições diretas para a presidência. Na ocasião, a emenda foi recusada, o que motivou a campanha pelas Diretas Já, que teve como um de seus organizadores outro símbolo emedebista, Ulysses Guimarães, cuja trajetória é esta: veio do PSD, ao qual é atribuído o apoio ao golpe civil-militar, vislumbrando possíveis vantagens na tão esperada eleição de outubro de 1965 e que não ocorreu.

O contexto em que o MDB surgiu também marcou de forma profunda como o partido foi visto e recebido entre as esquerdas (estudantes, sindicatos, intelectuais). Segundo Motta (2007),

[...] esses grupos tinham várias razões para desconfiar do partido e poucas para apoiá-lo e, menos ainda, para se tornarem militantes dele. O MDB era uma organização imposta artificialmente, resultado de uma reforma institucional que destruía partidos em vias de consolidação na sociedade brasileira; parecia uma organização inútil para fins oposicionistas, haja vista que dificilmente teria condições de exercer influência real sobre o Estado (MOTTA, 2007, p. 285/286).

Se havia dificuldade em ser aceito pelas esquerdas, mesmo dentro do próprio partido havia dificuldades em identificar os parlamentares que faziam realmente parte da esquerda

[...] em primeiro lugar, porque, nas condições de repressão vigentes então, os militantes das esquerdas revolucionárias procuravam manter a clandestinidade mais rigorosa possível. Muitos mantinham laços com grupos clandestinos, mas não tão fortes que pudessem facilitar o trabalho da polícia (MOTTA, 2007, p. 288).

A dificuldade de se identificar a ala oposicionista dentro do partido também decorre do aumento da repressão a partir de 1969, ano em que passou a vigorar o AI-5<sup>34</sup>, mecanismo mais repressor do regime. Tal ato

[...] caiu como uma bomba sobre o MDB, assim como sobre os outros setores organizados da sociedade. Foram cassados aproximadamente sessenta deputados federais do partido, que tinha uma bancada de 139. Naturalmente, toda a ala esquerda foi ceifada, junto com parlamentares que não tinham posições ideológicas nítidas, mas disposição e coragem para criticar de maneira contundente o regime militar. O que sobrou do partido voltou para o Congresso quando ele foi reaberto, em 1969, mas era um corpo sem vida (MOTTA, 2007, p. 289).

Motta (2007, p. 300) também observa que

[...] ao longo de sua trajetória, o MDB deu abrigo e serviu de canal de expressão para diferentes segmentos da esquerda, de revolucionários a moderados, de intelectuais a sindicalistas. O partido foi uma espécie de laboratório para militantes de organizações políticas e de movimentos sociais, que, à falta de outra opção institucional, usaram o MDB para expressar sua insatisfação com o regime militar, bem como para divulgar suas propostas e popularizar suas lideranças.

A dificuldade de formação do MDB também foi discutida por Kinzo (1988, p. 29). Segundo a autora,

[...] um partido de oposição em um regime autoritário não seria muito atraente para aqueles que buscavam pelo menos alguma proximidade com o poder, ou que não queriam correr o risco de ter seu mandato cassado em virtude de algum discurso imprudente. [...] Além disso, grande parte dos políticos que se opuseram ao golpe de 1964 já havia sido banida da vida política do país.

Ainda segundo a autora, o AI-1 havia suspenso os mandatos de 50 deputados federais e nove suplentes, a maioria do PTB, cerca de 25, e de 12 pertencentes a partidos menores de orientação reformista e trabalhista, razão, talvez, da predominância da base formadora do MDB ter estado junto ao PTB. Entretanto, não há uma clareza na cisão entre partidos conservadores e trabalhistas/reformistas a partir do bipartidarismo, dado que 29% dos membros na Câmara Federal filiados ao MDB eram ex-membros do PSD e cerca de 24% dos membros da Arena tinham sido de partidos de orientação trabalhista/reformista (KINZO, 1988, p. 31).

O fato é que, em meados de dezembro de 1965, o MDB conseguiu preencher os requisitos para formalizar a criação do partido. Em 10 de fevereiro de 1966, um dos primeiros líderes do MDB junto à Câmara dos Deputados, o deputado Vieira de Melo, leu diante da Casa o manifesto de oposição que fora então aprovado na primeira reunião do Diretório Nacional. Nele, como

---

<sup>34</sup> Ato Institucional emitido em 13 de dezembro de 1968 pelo presidente Artur da Costa e Silva (1967-1969)

descreve Kinzo (1988, p. 30), estava definido que a meta do MDB era lutar para restabelecer o sistema democrático-representativo por meio de eleições diretas para todas as instâncias do Estado, além da crítica à violência e ao arbítrio por parte do governo vigente.

**Tabela 1** – Filiação à Arena e ao MDB dos membros dos antigos partidos na Câmara Federal em 1966.

<b>PARTIDOS ANTIGOS</b>	<b>ARENA</b>	<b>MDB</b>	<b>TOTAL</b>
<i>Conservadores</i>			
<b>UDN</b>	86	9	<b>95</b>
<b>PSD</b>	78	43	<b>121</b>
<b>PSP</b>	18	2	<b>20</b>
<b>PR</b>	4	---	<b>---</b>
<b>PL</b>	3	---	<b>3</b>
<b>PRP</b>	5	---	<b>5</b>
<i>Trabalhistas / Reformistas</i>			
<b>PTB</b>	38	78	<b>116</b>
<b>PDC</b>	13	6	<b>19</b>
<b>PTN</b>	8	4	<b>12</b>
<b>PST</b>	2	---	<b>2</b>
<b>PRT</b>	2	2	<b>4</b>
<b>MTR</b>	---	3	<b>3</b>
<b>PSB</b>	---	2	<b>2</b>
<i>Não Filiados</i>			
<b>Total</b>	<b>257</b>	<b>149</b>	<b>409</b>

FONTE: KINZO (1988, p. 32)

Além dessa movimentação apontada por Kinzo (1988), a mesma autora destaca a filiação ao MDB e à Arena para as eleições na Câmara Federal de 1966, descrita abaixo. Nela, podemos perceber uma forte presença na Arena de egressos do PSD e UDN, já o MDB, fica composto por aqueles que formaram, em sua maioria, as fileiras do PTB.

Em 24 de março de 1966, Arena e MDB foram reconhecidos legalmente como partidos pelo TSE, tendo em ambos as mais variadas tendências ocupando um mesmo espaço, o que já era de se esperar. Devido à artificialidade com que estes partidos foram criados, o resultado seria tal diversidade. Mas Kinzo (1988, p. 32) também atribui tamanha diversidade à falta de clareza

[...] no caráter ideológico e representativo dos antigos partidos políticos. Mais ainda, refletia o modo peculiar pelo qual se dava a competição interpartidária no sistema anterior, [...] Este fator, por sua vez, viria influenciar a formação dos novos partidos e, principalmente, explicar a inicial fraqueza política do MDB. O núcleo potencial de oposição parlamentar ao regime militar ficou seriamente debilitado com a expulsão de um grande número de políticos que se opuseram ao golpe de 1964. Ao mesmo tempo, facções oligárquicas rivais nos Estados [sic], preferiram coexistir ‘pacificamente’ dentro do partido do governo, ao invés de unir-se ao MDB, cujo destino parecia reservar-lhe a exclusão permanente dos círculos do poder.

Esse aparente comodismo das facções oligárquicas, antes rivais e agora no mesmo partido, o do governo, relatado por Kinzo (1988), se fez muito notório no Espírito Santo, conforme descrição e análise que está em Oliveira (2013).

Oliveira (2013) analisou a configuração político-partidária, no Espírito Santo, entre os anos de 1964 e 1982, tendo como foco a trajetória das agremiações existentes à época, Arena e MDB, considerando os grupos políticos que fizeram parte delas, bem como seu desempenho político-eleitoral em pleitos voltados para o preenchimento de diferentes cargos do legislativo, estadual ou federal. O autor buscou também reconstituir os diferentes contextos sucessórios da escolha de Governadores e Senador Biônico em 1978, realizados de forma indireta a partir de 1966.

Em seu trabalho, o autor traz que, embora houvesse restrições impostas pelo Regime Militar ao funcionamento de um sistema político bipartidário, é possível identificar certas continuidades entre os períodos pré e pós 1964. Isso é verificado a partir dos atores políticos que estavam no interior dessas agremiações.

Dessa forma, no que tange às articulações em torno da formação de Arena e MDB, no Estado do Espírito Santo, segundo Oliveira (2013), começaram já em 1965 e terminaram com o registro oficial desses partidos em 1966. O que se pode notar é que a aglutinação em torno da Arena se deu principalmente em relação ao PSD e Coligação Democrática, frente partidária formada por UDN / PR / PSP / PDC / PRP / PRT. Ou seja, as lideranças de maior destaque no cenário político capixaba, como Eurico Rezende (UDN), João Calmon e Christiano Dias Lopes (PSD), e tantos outros, se filiaram ao partido oficial do governo, pois viam na Arena o espaço mais apropriado para o êxito em termos de aproximação do poder e a ocupação de cargos de comando, e com isso, transferiram para o seu interior as disputas verificadas nas extintas siglas. Em outras palavras, segundo Oliveira (2013), as lideranças continuaram a atuar politicamente tal como no sistema multipartidário anteriormente existente. Por isso, esse partido surge já com inúmeras rivalidades internas, entre as forças políticas que estavam em lados opostos durante o período democrático e que se juntaram agora sob a sigla do partido do governo, em hipótese discutida por Kinzo (1988), pelo temor da cassação ou pela manutenção do poder. O fato é que tais rivalidades contribuíram para um racha dentro do partido.

Já o MDB capixaba, no seu diretório regional, foi formado, principalmente, por egressos conservadores do PTB, mas também pela ala progressista do partido, como Mário Gurgel e

também pessedistas como Carlos Alberto Lindenberg Von Shilguen, Dirceu Cardoso, entre outros, como salienta Oliveira (2013).

**Tabela 2** – Filiação à Arena e ao MDB dos membros dos antigos partidos dos Deputados Estaduais no Espírito Santo em 1966.

<b>PARTIDOS ANTIGOS</b>	<b>ARENA</b>	<b>MDB</b>	<b>TOTAL</b>
<i>Conservadores</i>			
<b>UDN</b>	6	1	<b>7</b>
<b>PSD</b>	13	1	<b>14</b>
<b>PSP</b>	8	1	<b>9</b>
<b>PR</b>	---	---	---
<b>PL</b>	---	---	---
<b>PRP</b>	3	---	<b>3</b>
<i>Trabalhistas / Reformistas</i>			
<b>PTB</b>	2	7	<b>9</b>
<b>PDC</b>	1	---	<b>1</b>
<b>PTN</b>	---	---	---
<b>PST</b>	---	---	---
<b>PRT</b>	---	---	---
<b>MTR</b>	---	---	---
<b>PSB</b>	---	---	---
<b>Total</b>	<b>33</b>	<b>10</b>	<b>43</b>

FONTE: Tabela elaborada a partir de OLIVEIRA (2013, p. 115)

Com exemplo da movimentação junto às novas agremiações no Espírito Santo, Oliveira (2013) descreve a filiação dos Deputados Estaduais junto à Arena e ao MDB, conforme tabela acima. Assim, a exemplo do ocorrido em nível nacional junto à Câmara de Deputados, descrito por Kinzo (1988), no estado, as fileiras da ARENA foram compostas por membros do PSD e UDN, grandes forças políticas daquele momento, com destaque para o PSP, que se apresentava como terceira força política do estado superando o PTB. Este, por sua vez, assim como no plano nacional, engrossou as fileiras do MDB.

O exemplo do PSP é mais simples para que entendamos a fragilidade na composição dessas novas agremiações: no partido, dos três nomes que ganharam destaque como membros fundadores no estado, um se direcionou para o MDB, que é o caso de Hélio Carlos Manhães; e outros dois para a ARENA, Emir de Macedo Gomes e Raul Gilbert. Este último, descontente com as alas que foram sendo criadas dentro da Arena, como a liderada por Christiano Dias Lopes, que não tratava bem aqueles que não pertenciam ao antigo PSD<sup>35</sup>, passou a fazer parte

<sup>35</sup> OLIVEIRA 2013, p. 170.

da *Arena Opositorista* e, mais tarde, com a perda de espaço dentro do partido, migrou para o MDB, em 1977.

## 4 A CIDADE DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ANTE O GOLPE E A CONFIGURAÇÃO BIPARTIDÁRIA

*“Todo Estado é uma ditadura.”*

*Antonio Gramsci*

Este capítulo tem como finalidade apresentar aspectos do Golpe Civil-Militar e a instauração do bipartidarismo na cidade de Cachoeiro de Itapemirim. Para tanto, buscou-se traçar um breve panorama de como foi sentido o golpe civil-militar na cidade, tendo como referência, devido às diminutas fontes, especialmente as atas do poder legislativo local, de modo a ilustrar o comportamento de alguns parlamentares frente ao ocorrido.

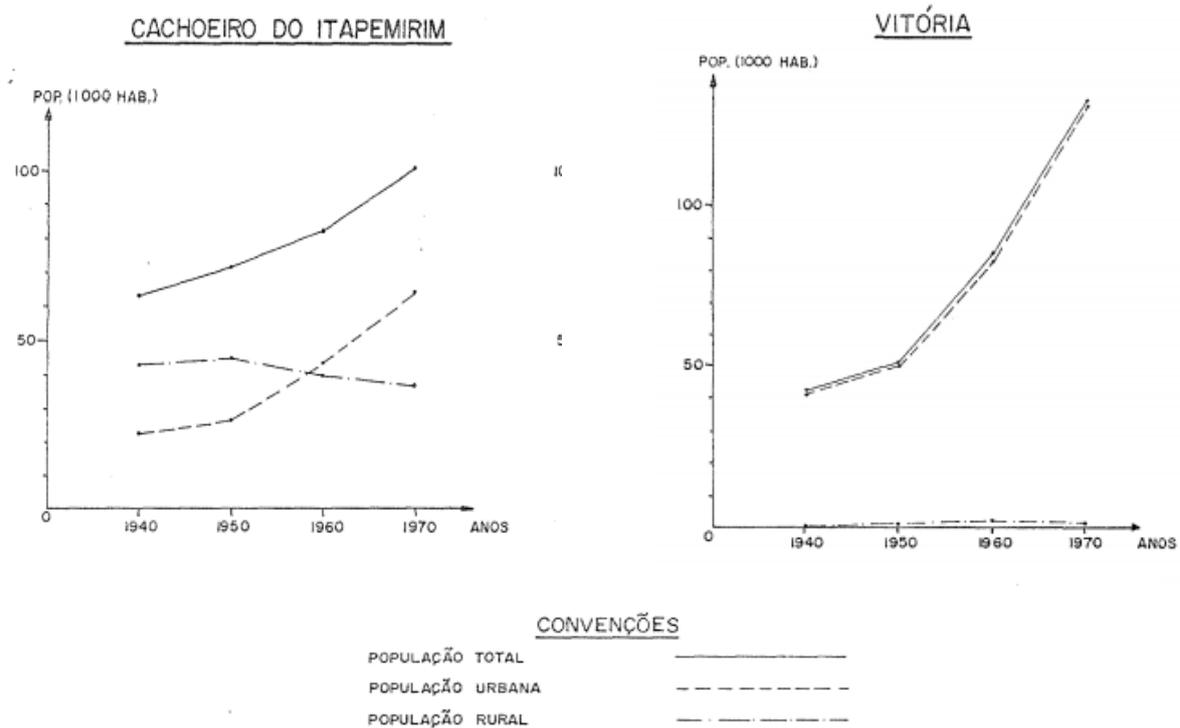
### 4.1 O CENÁRIO CACHOEIRENSE PRÉ-GOLPE

A história política do município de Cachoeiro de Itapemirim tem seu momento áureo durante a chamada Primeira República, em que havia um domínio, em termos estaduais, da oligarquia dos Souza Monteiro, a qual projetou o município para o Estado e para o País. Esse tempo histórico ainda permeia o imaginário da população cachoeirense, dotada de um sentimento bairrista, mas que viu esse protagonismo perder força a partir de 1930, por ocasião do projeto urbano-industrial iniciado pela Era Vargas (1930-1945) e continuado pelos governos posteriores. O fato é que, a partir de 1945, com a decadência do Estado Novo e a reorganização partidária, as elites oligárquicas - sufocadas ou não pelo regime varguista - e a ascendente elite urbano-industrial, viu a oportunidade de conquistar espaços de poder na nova organização política do país. Em Cachoeiro de Itapemirim, não foi diferente.

Com a corrida para a formação partidária dentro da nova conjuntura política do país, três grandes partidos se destacaram na busca de filiados e eleitores. No caso, o PSD, a UDN e o PTB. Na década de 1940, o estado do Espírito Santo contava com aproximadamente 790.149 habitantes. Destes, cerca de 60.000 eram residentes em Cachoeiro de Itapemirim, distribuídos tanto na sede do município quanto em seus distritos (Anexo 6). A partir da década de 1940, se verifica o início do crescimento da população residente na área urbana da cidade de Cachoeiro de Itapemirim, impulsionado pela indústria mineral e pelo comércio. Segundo o mapa demográfico espírito-santense elaborado pelo Governo do Estado, os três municípios que mais aumentaram suas populações entre o período analisado, 1940 a 1970, foram a Grande Vitória, Cachoeiro de Itapemirim, ao sul e Linhares, ao norte, consolidando-se, segundo o documento,

como os três maiores centros urbanos do Estado<sup>36</sup>. Entretanto, em Cachoeiro ainda existia, entre 1940 e 1950, uma grande quantidade de pessoas que residiam na zona rural do município, o que se explica, segundo a pesquisa demográfica, pela manutenção da forte atividade ligada ao campo, conforme gráfico abaixo<sup>37</sup>:

**Gráfico 1** – Representação Gráfica da Evolução Demográfica dos Municípios do Espírito Santo



**Fonte:** Governo do Estado do Espírito Santo – Secretaria de Estado e Planejamento

Assim, com o perfil da sociedade em processo de mudança, tornando-se mais urbana, a UDN viu um proeminente campo para a conquista de filiados, e, conseqüentemente, um acréscimo considerável do eleitorado, já que o partido possuía esse perfil mais urbano (Motta, 1999), o que o levou à conquista da primeira eleição do período, em 1947, com o médico Dulcino Monteiro de Castro, que permaneceu no cargo até 1950, quando foi eleito deputado federal, tendo exercido o mandato até 1955.

<sup>36</sup> Mapa da Estrutura demográfica do Espírito Santo 1940/2000 disponível em: [http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20141126\\_ij00068\\_estruturademograficados1940\\_2000\\_mapa.pdf](http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20141126_ij00068_estruturademograficados1940_2000_mapa.pdf).

<sup>37</sup> Ao observarmos os dados dos gráficos em que ilustram a evolução demográfica das cidades de Cachoeiro de Itapemirim e Vitória, podemos notar que entre as décadas de 1940 e 1950, a cidade de Cachoeiro de Itapemirim contava com um contingente populacional total maior que a capital, entretanto com a mescla entre uma população urbana e rural, enquanto Vitória já era essencialmente urbana, mas o que confere à Cachoeiro de Itapemirim um importante e promissor núcleo eleitoreiro.

Entretanto, apesar dessas mudanças no perfil do eleitorado, nota-se a permanência de famílias ligadas a uma tradição ruralista, fato que não impediu a UDN de firmar alianças com personagens dessas famílias, a exemplo de Abel Santana, de tradicional família ligada ainda ao meio rural, eleito prefeito em 1962. Nesse caso especificamente, é pertinente comentar, a família Santana foi conhecida por fazer doações de terrenos na cidade, o que redundou na formação de diversos bairros e a tornou uma das famílias mais conhecidas na cidade até os dias de hoje. A eleição de Abel Santana é um exemplo da permanência de laços da sociedade ao potestado rural. Assim, embora a cidade estivesse tornando-se cada vez mais urbana, a influência de famílias tradicionais, principalmente aquelas ligadas à terra, permanecia, o que acabava por refletir nas urnas.

Já a aliança PTB/PSD também se fez vitoriosa na cidade, elegendo para prefeito Nello Vola Borelli (PTB), em 1950. Borelli era de família italiana, nascido em 22 de janeiro de 1900, comerciante na região do Guandú, conhecida na cidade por ser um local que abriga até hoje importantes lojas. Para a época, a relação entre o comerciante e seus clientes era muito próxima, como foi dito por Valadão em um de seus relatos, ao ser perguntado justamente sobre essa aproximação entre população e representantes políticos ligados à estrutura urbana em crescimento na cidade.

Em 1954, foi eleito o fazendeiro Antonio Carlos Sobrinho (PSD), cuja família, segundo dados coletados pelos discursos em atas, era de muitas posses e influência na zona rural do município. Quando eleito, foi duramente criticado por Deusdedit Baptista por seu descaso junto à administração pública e o uso de equipamentos da prefeitura em benefício próprio.

Outro eleito, em 1958, foi o bancário cearense nascido a 9 de outubro de 1912, Raymundo de Andrade (PTB/PTN), que trabalhava em uma unidade do Banco do Brasil na cidade e era tido como petebista conservador. O prefeito eleito mantinha laços com lideranças ruralistas e com udenistas, como Dulcino Monteiro de Castro<sup>38</sup>.

O que se constata é que houve, no que diz respeito à administração pública, voluntariamente ou não, uma mescla entre as duas frentes que estavam presentes no cenário político da cidade naquele momento: de um lado, os profissionais liberais, os quais teriam maior facilidade em transitar entre a ascendente sociedade urbana cachoeirense, como o médico Dulcino Monteiro

---

<sup>38</sup> Por ocasião de seu mandato como deputado federal, teria fomentado com dinheiro público a construção de uma unidade de ensino particular de propriedade da família Andrade.

de Castro; e de outro, aqueles ligados à terra, que de alguma forma sentiram-se como o proprietário de terra Antonio Carlos Sobrinho.

Assim, entre a primeira legislatura após a retomada democrática (1947), sob o governo de Dulcino Monteiro de Castro (UDN) até a legislatura que antecede ao golpe, com Antonio Carlos Sobrinho (PSD), o Legislativo Municipal tinha como principais nomes, os seguintes, conforme tabela abaixo:

**Tabela 3** – Composição do Legislativo de Cachoeiro de Itapemirim (1947-1958)

<b>Vereador</b>	<b>Partido</b>
<b>Dr. José Antônio do Amaral</b>	PTB
<b>Gerônimo Moreira de Souza</b>	n.i
<b>Dr. Anísio de Almeida Ramos</b>	n.i
<b>Geraldo Ribeiro Freitas</b>	n.i
<b>Dr. Macário Judice</b>	n.i
<b>Dr. Sebastião Roza Machado</b>	PTB
<b>Adhemar Lougon</b>	n.i
<b>Newton Meirelles</b>	PCB
<b>Dr. Elimário C. Imperial</b>	PSB
<b>Joaquim Caiado França</b>	PSD
<b>Astor Dilen dos Santos</b>	PTB
<b>Eliphaz Azeredo Miranda</b>	n.i
<b>Enoch Moreira da Fraga</b>	PSB
<b>João Vieira Filho</b>	n.i
<b>Ludário Fonseca</b>	n.i
<b>Malvino Perim</b>	PSD
<b>Oswaldo Sechin</b>	n.i
<b>Constantino Negreli</b>	n.i
<b>Amilcar Figliuzzi</b>	PTB
<b>César de Brito Portas Filho</b>	PSD

\*ni: não identificado

**FONTE:** Elaboração própria a partir de Atas da Câmara de Vereadores do Município de Cachoeiro de Itapemirim – ES do referido período.

Vale ressaltar que a análise do cenário do executivo e legislativo municipal foi feita a partir das Atas da Câmara Legislativa Municipal, as quais não possuem todos os exemplares referentes ao período analisado, não sendo possível, portanto, a identificação de todos os personagens, assim como não foram encontradas informações sobre a filiação partidária de alguns deles, dificultando uma análise mais robusta. Entretanto, dois nomes merecem destaque, principalmente pelas características opostas até aqui discutidas, aqueles ligados à estrutura ruralista e outros a uma população urbana em crescimento. São eles os vereadores Dr. Anísio de Almeida Ramos e Dr. Elimário C. Imperial. O Coronel Anísio de Almeida Ramos, como

também era conhecido, proprietário da Fazenda Cachoeira Grande, pertencia a uma das famílias mais importantes dentre as que compuseram a oligarquia capixaba na Primeira República, os Almeida Ramos e os Vieira Machado. Seguindo uma característica marcante das oligarquias do período, no caso o bacharelismo em Direito, formou-se pela Faculdade Livre de Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, o que o levou a ser chamado de “doutor”. Não foi possível identificar a filiação partidária do coronel. Ademais, ressaltamos que, depois da década de 1950, seu nome já não aparece nas Atas da Câmara, não sendo possível verificar o fim de sua participação política no município. Já Elimário C. Imperial, médico de formação, e filiado ao PSB, era uma das vozes mais atuantes do período, tendo sido um dos membros fundadores do MDB, e, segundo, entrevista concedida por Roberto Valadão, um profissional humanista, sempre atento às questões sociais.

A primeira Ata do Legislativo Municipal, a qual marca a posse dos vereadores e prefeitos eleitos após o fim do Estado Novo, tem como destaque a primeira sessão realizada em 18 de dezembro de 1947<sup>39</sup>, com a fala de Newton Meirelles (PCB), em que se destacam a congratulação e felicitações pelo fim do regime estado-novista, chamado por ele de anormal. Meirelles termina fazendo um apelo aos vereadores e ao prefeito que seria empossado, que esquecessem as lutas partidárias, para que se pudesse trabalhar em benefício da população.

Destacamos também a sessão de posse do prefeito eleito Dulcino Monteiro de Castro (UDN), em 30 de novembro de 1947<sup>40</sup>, quando, em meio a muitas personalidades presentes no ato, como Fernando de Abreu, houve a fala do professor Deusdedit Baptista afirmando que esperava “poder aplaudir sempre os atos do novo Governo, ao qual [daria] sua colaboração franca, leal e desinteressada, ajudando-o a trabalhar para o bem estar do povo de nosso Município”. Professor Deusdedit Baptista foi um dos principais nomes do MDB cachoeirense<sup>41</sup> ao longo da vigência do bipartidarismo.

As atas do Legislativo Municipal existentes mais próximas ao golpe civil-militar datam dos anos 1956-1960. Nesse período, há discussões acaloradas entre indivíduos, mas que revelam

---

<sup>39</sup> Livro de Atas do Legislativo Municipal de 18 de janeiro de 1947, fl. 103.

<sup>40</sup> Livro de Atas do Legislativo Municipal de 30 de novembro de 1947, fl. 108.

<sup>41</sup> Nesse momento, outros nomes de peso do MDB ainda não se encontravam no cenário político. Gilson Carone, embora filiado ao PTB antes do bipartidarismo e ao MDB depois dele, teve sua primeira experiência com cargo político em 1976, como vice-prefeito de Hélio Carlos Manhães, muito embora fora um importante articulador dentro do MDB, Hélio Carlos por sua vez inicia sua carreira política em 1958 como vereador em Cachoeiro de Itapemirim. Por fim, Roberto Valadão ainda era um jovem estudante tendo sua primeira experiência política como vice de Manhães em 1970, antes filiado ao MDB em 1969.

pouco em termos ideológicos. Assim, exemplificando tal cenário, temos o caso de dois personagens que polarizavam a discussão entre as décadas de 1956-1960, pertencentes a dois partidos que costumavam firmar aliança entre si. Trata-se dos vereadores Amílcar Fligiuzzi (PTB) e César de Brito Portas Filho (PSD), sendo Fligiuzzi aquele que estava sempre no centro das discussões entre os anos de 1956-1959. Em um desses debates, ocorrido em 20 de dezembro de 1956, Fligiuzzi imputa a culpa da não votação do orçamento de 1957 a César, que rebate tal acusação atribuindo a não votação à dificuldade da comissão orçamentária em dar seus pareceres, e não a uma aparente tentativa de ganhar tempo. Já em outra ocasião<sup>42</sup>, Fligiuzzi acusa o então prefeito Antonio Penedo Sobrinho (PSD) de abandonar a população e se refugiar em sua fazenda, enquanto o povo padecia em decorrência de uma intensa chuva a qual resultou em enchentes no município. Argumentou que faltava ao prefeito pulso para administrar a cidade.

Quanto aos pleitos nacionais do período, em Cachoeiro de Itapemirim, a maioria dos votos válidos nas eleições de 1960 para presidente vão para Jânio Quadros (PTN), que vence o candidato governista Marechal Henrique Lott (PSD), com cerca de 7.572 votos, com João Goulart (PTB) para vice com 5.781 votos dos quase 15. 613 válidos. Já nas eleições para governador, em 1962, a maioria dos votos foram para Jones dos Santos Neves (PSD), cerca de 8.678 votos, contra cerca de 7.365<sup>43</sup> do candidato que se consagrou vitorioso, no caso Francisco Lacerda de Aguiar, eleito pela Coligação Democrática (UDN / PR / PSP / PDC / PRP / PRT). Já no próprio município, o candidato a prefeito vitorioso em 1962 foi Abel Santana, da UDN.

Quanto às administrações municipais do período, destacamos a iniciada em 1959, a de Raymundo de Andrade (PTB/PTN). Com ela, novos vereadores tomaram posse, com destaque para duas figuras que foram importantes na formação do MDB cachoeirense, no caso o já mencionado professor e advogado Deusdedit Baptista<sup>44</sup>, nascido em Cachoeiro de Itapemirim, filho de ferroviário filiado ao PSB e que era figura sempre presente nas sessões da Câmara como um grande fiscalizador do Executivo. O vereador era também irmão de outro grande articulador emedebista, Demisthóclides Baptista, o *Batistinha*. Outro importante vereador a tomar posse no período foi o radialista e advogado também já mencionado Hélio Carlos Manhães, nascido em Cachoeiro de Itapemirim em 1934, formado em direito pela UFES e que

---

<sup>42</sup> Livro de Atas do Legislativo Municipal de 14 e 28 de março de 1957.

<sup>43</sup> Resultados divulgados por meio de atas registradas pelo TRE.

<sup>44</sup> Antes de se eleger como vereador em 1958, Deusdedit Baptista, como escritor de um jornal sob o nome "Arauto", já tecia críticas ao governo do então prefeito Antônio Penedo Sobrinho, do PSD, por seu descaso junto ao povo cachoeirense, isso relatado em ata.

iniciou sua carreira política pelo PSP na legislatura de 1958, na Câmara Municipal de Vereadores. Ambos os eleitos, então, tinham sua primeira experiência política, enquanto ocupantes de um cargo. Na legislatura de Raymundo de Andrade (1959-1962), a Câmara de Vereadores era composta pelos seguintes vereadores:

**Tabela 4** – Composição do Legislativo de Cachoeiro de Itapemirim (1959-1962)

<b>Vereador</b>	<b>Partido</b>
<b>Deusdedit Baptista</b>	PSB
<b>Gil Xavier de Menezes</b>	PTB
<b>Bartolomeu Santiago</b>	PSP
<b>Clóvis de Barros</b>	PTB
<b>José Caetano Gonçalves Sobrinho</b>	n.i
<b>Constantino Negreli</b>	n.i
<b>Malvino Perim</b>	PSD
<b>Geraldo Cortes Fragoso</b>	n.i
<b>Leocádio Marin</b>	UDN
<b>Hélio Carlos Manhães</b>	PSP
<b>Abel Santana (Presidente)</b>	UDN

\*ni: não identificado

**FONTE:** Elaboração própria a partir de Atas da Câmara de Vereadores do Município de Cachoeiro de Itapemirim – ES do referido período.

Em algumas ocasiões descritas em ata, entre os anos de 1959-60, Deusdedit Baptista (PSB) foi mencionado como porta-voz da administração municipal (PTB). Em uma delas chega a tecer caloroso embate com quem viria a ser seu companheiro emedebista, Hélio Carlos Manhães. Em sessão datada de 23 de março de 1959<sup>45</sup>, Hélio Carlos Manhães, no final da sessão, discursa sobre seu descontentamento em relação ao prefeito, acusando-o de atentar à sua autoridade, por não receber uma indicação dele (acredita-se que em forma de projeto), aprovada com unanimidade pela casa. Tal descontentamento recebeu solidariedade do vereador Clóvis de Barros (PTB – partido do prefeito), dizendo que o prefeito fora muito deselegante com o colega. Na ocasião, Deusdedit Baptista coloca “panos quentes” na questão, dizendo que não foi a intenção do prefeito ofender Hélio Carlos, tão pouco o legislativo da cidade, e que simplesmente fora mal interpretado em decorrência de seu veto.

Se dentro da Câmara, até 1960, a discussão política era pouco doutrinária, a vida política fora do legislativo municipal se mostrava um pouco mais incrementada em termos ideológicos. Os patamares ideológicos tinham como principais representantes os integrantes da Casa do Estudante de Cachoeiro de Itapemirim (CECI) e os do Liceu Muniz Freire, que iam desde

<sup>45</sup> Livro de Atas do Legislativo Municipal de 23 de março de 1959, fl. 216.

estudantes a professores. A CECI, fundada pelos irmãos Herkenhoff (Pedro e João), era responsável por inúmeros eventos culturais e de discussão política, tendo vivido tempos áureos até 1960. Muitos professores de diferentes escolas, inclusive do Liceu, foram diretores da CECI que, embora não fosse filiada a nenhum partido de direita ou esquerda, estava naquele momento mais próxima à ala dos nacionalistas-reformistas, como João Goulart e Leonel Brizola<sup>46</sup>.

No cenário que antecedeu ao golpe, a CECI organizou um comício-conferência com a então deputada federal (RJ) Edna Lott, filha do Marechal Henrique Teixeira Lott, e o filósofo Roland Corbisier, em favor de João Goulart, após a renúncia de Jânio Quadros. Outro expoente da CECI que merece ser tratado nesse momento foi Demisthóclides Baptista, o *Batistinha*, irmão de Deusdedit Baptista, ambos nascidos em Cachoeiro, filhos de um ferroviário da Estação Leopoldina Railway. *Batistinha* ingressou na mesma profissão do pai aos 16 anos. Mais tarde, tornou-se professor de história do Liceu, e diretor da CECI. Em 1954, filiou-se ao PCB, e em 1958 foi eleito pela segunda vez presidente do Sindicato dos Ferroviários da Estrada de Ferro Leopoldina, transferindo-se para o Rio de Janeiro, onde, em 1961, ficou conhecido como o condutor do chamado Trem da Legalidade, em que conduziu aproximadamente 5.000 ferroviários em uma paralisação de 12 dias em defesa de Jango<sup>47</sup>. *Batistinha* foi eleito deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro em 1962 pelo Partido Social Trabalhista (PST), uma vez que o PCB encontrava-se na ilegalidade, consagrando-se como um dos mais votados. Apesar da vitória, não cumpriu todo o seu mandato sendo cassado e tendo que deixar o país em direção ao Uruguai, sendo um dos primeiros cachoeirenses a sofrerem com o endurecimento do regime.

#### 4.2 AS PRIMEIRAS MOVIMENTAÇÕES NA CÂMARA MUNICIPAL APÓS O GOLPE DE 1964

No ano que antecedeu ao Golpe civil-militar, 1963, o município de Cachoeiro de Itapemirim passou a ser administrado por Abel Santana (UDN), vereador e presidente da Câmara na legislatura anterior. Abel Santana tinha em sua legislatura (1963-1966) uma Câmara formada pelos representantes conforme tabela abaixo:

---

<sup>46</sup> Relato de Bruno Torres Paraíso ao projeto de pesquisa: Memórias da Casa do Estudante, já referenciado. Bruno Torres Paraíso foi diretor da Casa do Estudante na década de 1950, segundo a entrevista dada. É jornalista, com atuação, primordialmente, no Rio de Janeiro, com passagem pelo *Correio da Manhã* e o *Jornal do Commercio*, além de haver dirigido por 20 anos a revista *Rumos*, de desenvolvimento econômico. Foi presidente do Grêmio do Liceu Muniz Freire, da Casa do Estudante de Cachoeiro de Itapemirim (CECI) e da União Cachoeirense de Estudantes Secundários (UCES), e um dos membros fundadores da Academia Cachoeirense de Letras (ACL).

<sup>47</sup> Fonte: Dicionário de verbetes: <http://cpdoc.fgv.br>

**Tabela 5** – Composição do Legislativo de Cachoeiro de Itapemirim (1963-1966)

<b>Vereador</b>	<b>Partido</b>
<b>Luiz Gonzaga de Oliveira (Presidente)</b>	PTB
<b>Alberto Ferrazo</b>	n.i
<b>Astor Dilen dos Santos</b>	PTB
<b>Elias Moysés</b>	UDN
<b>Rubens Soares da Silva</b>	PSP
<b>Raimundo Pontes de Souza</b>	n.i
<b>Dr. Elimário C. Imperial</b>	PSB
<b>José Caetano Gonçalves Sobrinho</b>	n.i
<b>Rubens Motta</b>	PSP
<b>Constantino Negreli</b>	n.i
<b>Vicenzo Tedesco</b>	n.i
<b>Enoch Moreira da Fraga</b>	PSB

\*ni: não identificado

**FONTE:** Elaboração própria a partir de Atas da Câmara de Vereadores do Município de Cachoeiro de Itapemirim – ES do referido período.

A repercussão do Golpe de 1964, sobretudo a partir do posicionamento dos políticos da Câmara Legislativa de Cachoeiro de Itapemirim, não pode ser aqui descrita com riqueza de detalhes por falta de documentos que possam subsidiar tal análise. As atas do ano de 1964, assim como de outros períodos, foram perdidas devido ao mau armazenamento, existindo, por isso, várias lacunas.

Mas sabemos que houve manifestações na cidade em favor da “revolução de 1964”, a exemplo da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, ocorrida em 21 de abril, antes mesmo da que se verificou na capital, que viria a ocorrer no dia 25, e que foi destacada pelo jornal A Gazeta de 23 de abril de 1964. Segundo o jornal, as marchas ocorreram em várias cidades, sendo a da cidade de Cachoeiro um grande sucesso, pois teve ampla participação do povo. Segundo a edição, foi a maior concentração pública já registrada na cidade e sem qualquer conotação “político-partidária”, o que teria atestado a mais perfeita ordem que se poderia imaginar. Ainda segundo o jornal, o povo manifestante havia votado, majoritariamente, em João Goulart como vice na eleição de 1960. Esse “povo” ao qual o jornal se referia, em hipótese, poderia ter pertencido à chamada “elite” cachoeirense, representada, principalmente, por comerciantes e remanescentes de famílias agrofundiárias da cidade.

Figura 2 - Manchete do jornal A Gazeta de 23 de abril de 1964

# A GAZETA

35 ANOS A SERVIÇO DA COLETIVIDADE CAPIXABA

Fundador THIERS VELLOZO — Diretor GEN DARCY P. DE OUEIROZ  
Vitória (E.S.) — Quinta-feira, 23 de Abril de 1964 — N.º 9.497

---

## Marcha da família com Deus pela Liberdade será sábado em Vitória (sucesso em CI)

Com extraordinária participação popular realizou-se em I na cidade de Cachoeiro de Itapemirim a Marcha da família com Deus pela Liberdade, saindo da Ilha da Luz Praça Dr. Anísio Ramos e terminando na Praça Jerônimo Monteiro.

Falando na noite de ontem nossa reportagem o Sr. Jacy Romanelli, um dos organizadores da Marcha em Cachoeiro, assinou que foi a maior concentração pública já registrada naquela cidade, sem qualquer participação político-partidária, estando por conseguinte, unido to-

do o povo do importante Município no maior atestado de ordem que se possa imaginar.

**REUNIAO PREPARATORIA**

O Sr. Jacy Romanelli concedeu nossa reportagem a comperecer a reunião preparatoria que se realizará hoje, às 8h 30m, no Edifício "Ouro Verde", sala 601 quando a comissão organizadora delineará o programa para a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que será realizada no próximo sábado, 25, às 15h saindo a concentração cívico-religiosa de frente do Colégio Salesiano, no Forte

até a Concha Acústica, ao Parque Moscoso.

Declarou ainda o conhecido médico que emparestaram a sua colaboração, imediatamente ao movimento, logo que foram convidados, os Srs. Americo Buad, Presidente da Federação das Indústrias, Darcy Brasileiro de Silva, Presidente da Federação do Comercio, Presidente da Assembleia Legislativa Estadual, Presidente de Câmara, D. João Batista da Motta e Albuquerque, Arcebispo Metropolitano do Espírito Santo, e outras autoridades, estando agora sendo aguardada a presença do Governador Lacerda de Aguiar em nossa Ci-

pital para ser-lhe feito o convite oficial. Também será convidado hoje o Coronel Newton Reis, Comandante do 3.º Batalhão de Caçadores e representante do Movimento Revolucionário no Espírito Santo, Major Renato Adnet Coutinho, Superintendente da Administração do Porto de Vitória, Capitão Gianordoli, Diretor do Departamento de Água e Esgotos; Cel. Argeu Furtado de Almeida, Comandante da Polícia Militar do Estado, e outras autoridades civis e militares.

Finalizando, salientou o Sr. Jacy Romanelli que autoridades e povo de Cachoeiro de Itapemirim estiveram presentes à magnífica concentração a qual compareceu o Capitão Monteiro, representando o Coronel Comandante do 3.º BC.

FONTE: Arquivo Histórico da Rede Gazeta

Segundo Bruno Torres Paraíso<sup>48</sup>, o golpe civil-militar fez reacender a contenda outrora muito forte entre os herdeiros do integralismo, sobretudo entre os proprietários rurais, e os nacionalistas. Segundo Torres, eram chamados nacionalistas, no município, todos aqueles que não eram integralistas, estando ou não posicionados à esquerda. Com isso, muitos indivíduos ligados ao movimento estudantil sofreram denúncias. Em seu relato, Bruno Torres Paraíso, destaca o ambiente de total liberdade que pairava nos discursos e ações junto à CECI, fato que não ocorria fora dela, não por parte de seus membros, mas por parte da “sociedade cachoeirense”, que não queria ser associada àqueles que ela julgava como comunistas. Dois relatos chamam a atenção em sua entrevista: um em que diz que, por vezes, os estudantes, em seu passeio de sábado na famigerada praça Jerônimo Monteiro, tinham um espaço pouco ilustre para se acomodarem, geralmente embaixo de marquises da praça cheias de insetos, diferente

<sup>48</sup> Ex- membro da CECI e entrevistado do projeto de pesquisa Memórias da CECI.

daqueles mais ricos que se juntavam próximo ao então Cine Central, demonstrando uma divisão bem clara da sociedade à época. Em outro trecho da entrevista, Torres diz que, no dia 1º de abril de 1964, ao passar em frente a uma ótica pertencente a um integralista, ouviu do mesmo: “Esse pessoal ainda está vivo”<sup>49</sup>, antecipando, mesmo instintivamente, que anos difíceis estariam por vir.

Se nas ruas havia maior rivalidade, na Câmara Municipal os trabalhos ocorriam dentro de certa normalidade, com a discussão de projetos de lei, limites orçamentários, nomes de ruas e bairros, tendo como uma das vozes mais atuantes a do Dr. Elimário C. Imperial, sempre à frente das discussões da Casa, assim como Rubens Soares Silva (PSP). Em sessão datada de 31 de agosto de 1965, a discussão versava sobre a criação da Faculdade de Direito de Cachoeiro de Itapemirim, sob a modalidade de autarquia, instituição até hoje existente e respeitada na cidade. Em outra ocasião, no dia 30 de setembro de 1965, os parlamentares se solidarizaram com o prefeito de então, Abel Santana (UDN), pela eminente redução do contingente policial na cidade, por parte do governo do estado, mostrando forte preocupação diante do fato. Ao tomar a palavra, o vereador Rubens Soares da Silva (PSP), disse que, em face da situação do país, o governo deveria aumentar o policiamento e não diminuí-lo, pondo em risco a segurança da população<sup>50</sup>.

Esse cenário de aparente normalidade não significa que os representantes do Legislativo Municipal estivessem alheios ao que estava ocorrendo. Na sessão do dia 07 de outubro de 1965<sup>51</sup>, o vereador Dr. Elimário C. Imperial, interrompeu o discurso de felicitação aos 35 anos do Distrito de Burarama que estava sendo proferido por Vicenzo Tedesco, para fazer um pronunciamento que, segundo o redator da sessão “sequer estaria registrado como assunto a ser abordado na ata de trabalho da sessão”. Na ocasião, o vereador Dr. Elimário C. Imperial (PSB) leu uma carta, se dirigindo ao “Povo de Cachoeiro”, colocando-o à par da então situação do partido em decorrência do Regime. Disse o vereador:

“Há 19 anos nascia a esquerda democrática, depois transformada em Partido Socialista Brasileiro. Neste município sem Diretório Municipal vem funcionando desde então, defendendo os princípios democráticos de seu programa, pregando as reformas necessárias e indispensáveis ao Brasil. Partido pequeno, de pequena projeção, [...], mantendo-se independente até hoje, desde seus primeiros momentos. Essa posição tem conservado nas situações mais difíceis do País, fazendo-se merecedor do acolhimento de muitos e do respeito de adversários com quem tem lutado. Repudio comandos alheios, estranhos à sua direção, não tendo

<sup>49</sup> PARAÍSO, Bruno Torres. Memórias da CECI 1950-1970. Entrevista concedida ao Núcleo de Estudos e Pesquisas Indiciárias – UFES, p. 38.

<sup>50</sup> Livro de Atas do Legislativo Municipal de 31 de agosto de 1965, fl. 42.

<sup>51</sup> Livro de Atas do Legislativo Municipal de 07 de outubro de 1965, fl. 51.

**responsabilidade alguma pela situação atual do Brasil** [grifo nosso], opondo-se à pressão do Executivo sobre demais poderes da República, viu o PSB que não pode viver ainda, no País, mesma agremiação política frente a ideias, princípios, programas que se tornaram vencedores em todo o mundo. Foi assim que, com a nova legislação de organização partidária, chegou à conclusão de que será muito difícil sobreviver, em funcionamento legal, no terreno brasileiro. Por isso o Diretório Municipal do PSB, em Cachoeiro de Itapemirim, entristecido, engrandece ao povo cachoeirense as provas de confiança e simpatia que tem recebido, certo de ter seguido sempre uma linha digna, e comunica que decidiu dissolver sua organização local, que não disputará mais eleições neste município. Desobriga seus filiados de todos os compromissos assumidos, engrandece o eleitorado que tem apoiado sua legenda sempre respeitável [...]. Desaparecerá, como partido, no município, mas seus compromissos continuarão em batalha pela vitória dos ideais do socialismo e liberdade”.

Cachoeiro de Itapemirim, 4 de outubro de 1965

Dr. Elimário C. Imperial (presidente)

Deusdedit Baptista (secretário)

A leitura da carta manifesto, pelo vereador, em nome do PSB, endereçada ao povo cachoeirense, antecipou o destino dos demais partidos em decorrência do AI 2. Embora tenha recebido a solidariedade de alguns colegas, como Luiz Gonzaga de Oliveira, que o convidou a ingressar nas fileiras do PTB, por entender que a atuação do colega socialista estaria muito próxima daquilo que o partido defendia, o fato é que Dr. Elimário C. Imperial não teve muito tempo. Logo em seguida, ele teria que escolher entre somente duas opções, Arena e MDB, ficando com a segunda opção.

Durante esse período, entre os principais personagens que comporiam futuramente o MDB, Elimário C. Imperial tinha cargo político como vereador, Deusdedit Baptista era secretário do PSB, Gilson Carone era filiado ao PTB, Hélio Carlos acabara de ser eleito como deputado estadual em 1963, pelo PSP, cargo que ocuparia até o fim, em 1967. Já Roberto Valadão ainda não era filiado a nenhum partido, mas participava do movimento de estudantes, conforme já mencionamos. Segundo ele mesmo narrou em entrevista concedida, era simpatizante do comunismo. Indicou ainda que mantinha, nesse mesmo período, acaloradas conversas junto a outros estudantes em diferentes pontos da cidade, como na praça central (Praça Jerônimo Monteiro) ou próximo ao cinema, locais estes de intensa movimentação de jovens. Mas foi a partir de 1968, com sua entrada na CECI, e com o progressivo endurecimento do Regime, que esses “bate-papos” passaram a ser vigiados e a posição de Valadão como opositor ao Regime restou mais forte. Tendo ele se destacado como líder estudantil, foi convidado a compor as fileiras do MDB, com a instituição do bipartidarismo.

### 4.3 O INÍCIO DA MOVIMENTAÇÃO DOS PERSONAGENS POLÍTICOS CACHOEIRENSES DIANTE DA CLIVAGEM PARTIDÁRIA

Após a assinatura do Ato Institucional nº 2, que colocou fim ao pluripartidarismo dos anos 1945-1964 e do Ato Complementar nº 4, posto em vigor em 20 de novembro de 1965, a movimentação foi para organizar as duas representações partidárias do novo contexto. Importantes personagens políticos no estado trataram de movimentar-se diante dos interesses que possuíam, em geral, não se opor ao Regime para manter-se no poder.

O MDB, enquanto partido, começou a atuar em âmbito nacional como oposição legal no início de 1966 e, embora tenha recebido principalmente egressos do PTB, também recebeu personalidades de inúmeras outras siglas. Entretanto, os políticos de maior peso não ousaram compor seus quadros. Assim, segundo Kinzo (1988), o grande desafio para o partido era acostumar-se com a nova estrutura político-partidária, continuar as atividades políticas, buscar uma identidade enquanto partido e entender seu real papel como oposição naquele momento de regime político autoritário, marcado por inúmeros constrangimentos à atividade política.

No plano estadual, em 26 de fevereiro de 1966, foi assinada a ata de abertura do Diretório Regional da Arena. Os políticos cachoeirenses que estavam atuando em nível estadual, e que estiveram presentes na assinatura do documento foram<sup>52</sup>:

**Tabela 6** – Políticos Cachoeirenses que assinaram a ata de abertura do diretório regional da ARENA

<b>POLÍTICO</b>	<b>PARTIDO DE ORIGEM</b>	<b>CARGO QUE OCUPAVA</b>
<b>Dulcino Monteiro de Castro*</b>	UDN	Deputado Federal
<b>Raymundo de Andrade</b>	PTB / PTN	Deputado Federal
<b>Theodorico de Assis Ferração**</b>	PRP	---
<b>Oséas Nascimento***</b>	UDN	---

\*Dulcino Monteiro de Castro ocupou o cargo de 1º Vice-Presidente / Chapa 2 na comissão executiva da Arena em 1969 (Oliveira, 2013, p. 203)

\*\* Ferração também aparece na lista do MDB, devido à intensa movimentação dos políticos diante da formação das novas estruturas partidárias. Entretanto, se estabeleceu na Arena.

\*\*\*Embora esteja presente na lista da Arena, o político em destaque aparece na Ata do Diretório do MDB de Cachoeiro de Itapemirim em 1969 e secretariando seção do Diretório Regional em ata de 1972. Ele ainda será peça chave em um dos momentos de rivalidade entre arenistas e emedebistas em Cachoeiro, que será descrito posteriormente.

<sup>52</sup> **Fonte:** Fragmento extraído de Oliveira (2013). Para maiores informações sobre os demais membros e seus respectivos partidos de origem, da primeira Seção da Arena, ver Oliveira (2013, p.117 e 118)

Já por volta de março de 1966, foram enviados ao TSE os nomes dos membros fundadores do Diretório Regional do MDB. Dos políticos representantes de Cachoeiro que estavam presentes nessa primeira lista, destacam-se<sup>53</sup>:

**Tabela 7** – Políticos Cachoeirenses que assinaram a ata de abertura do diretório regional do MDB.

<b>POLÍTICO</b>	<b>PARTIDO DE ORIGEM</b>	<b>CARGO QUE OCUPAVA</b>
<b>Hélio Carlos Manhães</b>	PSP	Deputado Estadual
<b>Theodorico de Assis Ferrazo*</b>	PRP	---

\*Embora esteja presente na lista do MDB, o político em destaque migrou para a Arena no início da movimentação para a formação partidária, aparecendo, portanto, nas duas listas.

Nos primeiros anos após o Golpe e o estabelecimento do bipartidarismo, também existiram, regionalmente, como no âmbito nacional, dificuldades quanto à definição das agremiações, uma vez que houve políticos que aparecem registrados em ambos os partidos<sup>54</sup>. Mesmo assim, a partir da abertura dos diretórios regionais, as duas agremiações partidárias iniciaram as articulações para os diretórios municipais.

Em Cachoeiro de Itapemirim, a Arena tinha como principal articulador o então prefeito Abel Santana (UDN), que estabelecia laços com seu correligionário, o deputado federal Dulcino Monteiro de Castro (UDN), um dos fundadores do diretório regional, que também mantinha laços com o também deputado federal Raymundo Andrade (PTB/PTN), outro membro fundador da Arena regional, indivíduos esses importantes para a formalização do partido no município, que estabeleceu uma base partidária tanto composta por udenistas como por petebistas.

Já o MDB, teve seu diretório municipal aberto em 1968, e formalizado em ata, em 1969, pelo deputado estadual Hélio Carlos Manhães (PSP) junto à Deusdedit Baptista (PSB), os quais formavam a bancada de oposição quando vereadores em 1958. Completavam o grupo o vereador Elimário C. Imperial (PSB), Gilson Carone (PTB), Juracy Magalhães (PTB)<sup>55</sup> e Roberto Valadão. Este último, destacamos, foi um dos maiores símbolos do MDB, único

<sup>53</sup> **Fonte:** Fragmento extraído de Oliveira (2013). Para maiores informações sobre os demais membros e seus respectivos partidos de origem, da primeira Seção da Arena ver Oliveira (2013, p.122 e 123)

<sup>54</sup> Para mais informações ler Oliveira (2013)

<sup>55</sup> Este filiado ao PTB por convite de Gilson Carone, importante liderança do MDB, mas que não consta registros sobre sua atuação como político antes de 1966 quando foi o vereador mais votado do referido pleito.

partido ao qual pertenceu<sup>56</sup> e a que se filiou por insistência de Hélio Carlos, Gilson Carone, Deusdedit Baptista e Juracy Magalhães, formando o principal núcleo do partido.

Assim, em face da nova situação partidária do país e da movimentação em direção à ARENA ou MDB por parte dos pertencentes ao Poder Executivo e Câmara Legislativa Municipal, na tabela abaixo estão listadas as principais lideranças e os partidos dos quais eram provenientes:

**Tabela 8** – Principais nomes que compuseram o Executivo e o Legislativo cachoeirense entre os anos de 1947 – 1966.

<b>POLÍTICO</b>	<b>PARTIDO DE ORIGEM</b>	<b>PARTIDO QUE PASSOU A OCUPAR</b>
<b>Dulcino Monteiro de Castro</b>	UDN	ARENA
<b>Raymundo de Andrade</b>	PTB / PTN	ARENA
<b>Nello Borelli</b>	PTB	ARENA
<b>Abel Santana</b>	UDN	ARENA
<b>Astor Dilen dos Santos</b>	PTB	ARENA
<b>Clóvis de Barros</b>	PTB	ARENA
<b>Elias Moysés</b>	UDN	ARENA
<b>Dr. Elimário C. Imperial</b>	PSB	MDB
<b>Newton Meirelles</b>	PCB	MDB
<b>Deusdedit Baptista</b>	PSB	MDB
<b>Hélio Carlos Manhães</b>	PSP	MDB
<b>Rubens Soares da Silva</b>	PSP	MDB

FONTE: Elaboração própria a partir da análise das Atas da Câmara de Vereadores de Cachoeiro de Itapemirim.

Alguns nomes terem sido mencionados em outras circunstâncias, mas não aparecerem na tabela, decorre da ausência de informações sobre seu partido de origem ou para o qual tenham se destinado.

Destaque-se que, ao observar a tabela, nota-se uma diversidade partidária mais acentuada na ARENA, estando em um mesmo *locus* partidos que se opunham principalmente no cenário estadual, como UDN e PTB. Entretanto, se na maioria das cidades o MDB foi formado, sobretudo, por uma frente petebista, em Cachoeiro os principais nomes que representaram o partido possuíam um viés mais progressista, como Hélio Carlos Manhães e Rubens Soares e, sobretudo, socialista, como Elimário C. Imperial e Deusdedit Baptista. Isso pode ser explicado pela forte representação de egressos de movimentos de professores e estudantes que eram ligados à CECI, como foi o mencionado caso de Roberto Valadão, que iniciará sua carreira no MDB, mas, segundo ele próprio, já como simpatizante das ideias comunistas.

<sup>56</sup> Com o fim do bipartidarismo, migrou para o PMDB, partido que tem o MDB como origem.

## 5 O MDB CACHOEIRENSE: PRINCIPAIS PERSONAGENS E O REFLEXO NAS RUAS

*“Uma ideia torna-se uma força material quando ganha as massas organizadas.”*

*Karl Marx*

Este capítulo tem como finalidade destacar os principais personagens emedebistas, a partir de 1966 – os quais levaram o partido a vitórias significativas antes mesmo da chamada “virada emedebista” em 1974 –, que foram importantes vozes oposicionistas tanto no âmbito municipal quanto estadual.

### 5.1 ASPECTOS DA COMPOSIÇÃO DO MDB

Kinzo, ao discutir a formação e composição do MDB nacional partindo dos três principais partidos de então (PTB / PSD / UDN), afirma que as fileiras emedebistas eram formadas, sobretudo, por membros de partidos trabalhistas, especialmente o PTB, mas também recebiam membros do PSD e UDN.

No município de Cachoeiro de Itapemirim, o MDB foi composto, principalmente, por figuras adivindas do PTB, PSB e PSP, ou mesmo simpatizantes a eles, além de outros que já eram ativos nas discussões na CECI, como Roberto Valadão. Entre esses personagens, alguns não ocuparam necessariamente cargos eletivos, mas também fizeram parte da construção local da oposição ao regime autoritário de 64.

No contexto após a determinação do governo central em organizar apenas duas agremiações, a partir de 1965, e da articulação do diretório estadual, era a hora de expansão do partido para a esfera municipal, a tempo de conseguir se articular para as eleições estaduais de 15 de novembro de 1966.

Parte da história do MDB em Cachoeiro de Itapemirim é aqui recontada a partir da ainda lúcida e vivaz memória de um dos maiores representantes do partido, tanto no município, quanto no Estado do Espírito Santo, Roberto Valadão, que sempre se mostrou solícito e cortês, respondendo aos questionamentos levantados durante as entrevistas realizadas por ocasião da presente pesquisa. Segundo relatos do entrevistado, em Cachoeiro de Itapemirim, a abertura do diretório do MDB foi uma iniciativa de Hélio Carlos Manhães, logo após este ter participado da reunião de abertura do diretório estadual. Ainda de acordo com Roberto Valadão, foi

Manhães quem articulou junto às principais lideranças que viriam a compor o partido, com o objetivo de se organizarem para concorrer às eleições municipais do ano de 1966. Ainda em relato do senhor Valadão, essa frente tinha como líderes, além de Hélio Carlos Manhães (PSP), nesse momento deputado estadual, os socialistas irmãos Baptista (Deusdedit e Demisthóclides), e os petebistas Dr. Gilson Carone e Juracy Magalhães Gomes. Este último, o vereador mais votado em 1966. Para Kinzo (1988), o MDB possibilitou aos grupos de esquerda na ilegalidade que desenvolvessem suas propostas dentro de um partido, tornando-se o MDB um meio legal para tal. Assim descreve a autora:

[...] Militantes dos Partidos Comunistas, partidários de várias organizações de guerrilha desmanteladas pelo regime, além de setores da esquerda independente, começaram a participar do MDB em nível local, tentando desenvolver trabalho de base, particularmente nas grandes cidades” (KINZO, 1988, p. 54).

Sobre essa primeira frente formadora do MDB, em um breve retrato prosopográfico<sup>57</sup>, nós destacamos Hélio Carlos Manhães, que nasceu em Cariacica, em 1934, formou-se em direito pela UFES, foi radialista, e iniciou carreira política em Cachoeiro de Itapemirim, em 1958, como vereador, tendo sido eleito deputado estadual, em 1962, pelo PSP. Com o bipartidarismo, fez parte da criação do MDB estadual e municipal, sendo um de seus principais líderes. Foi o candidato mais votado do pleito de 1966 para prefeito, não assumindo em decorrência da chamada sublegenda, pois a Arena havia recebido mais voto como partido, elegendo Nello Borelli. Posteriormente, Manhães elegeu-se prefeito e assumiu a prefeitura em 1970, ao lado de seu vice, Roberto Valadão. Em 1974, voltou a se eleger deputado estadual e, em 1976, foi eleito prefeito novamente, desta vez ao lado do Dr. Gilson Carone, deixando a cadeira de deputado estadual.

Destacamos ainda os irmãos Baptista, que nasceram em Cachoeiro de Itapemirim, sendo filhos de um ferroviário. O primeiro deles, Demisthóclides Baptista, foi diretor da CECI, professor de história do Liceu, uma das mais importantes escolas da época e grande centro de discussão política e cultural, fomentada por professores. Posteriormente, formou-se em direito (UFES) e ingressou no PSB, no início da década de 1950. Além disso, esteve à frente do Sindicato dos Ferroviários da Estrada de Ferro Leopoldina, uma das vezes em 1958, o que o levou a se transferir para o Rio de Janeiro, de onde partiu para o exílio no Uruguai, em decorrência do regime militar. Voltou clandestinamente para o Rio de Janeiro, em 1966, e passou a articular de lá as movimentações do MDB cachoeirense.

---

<sup>57</sup> Fonte: as informações foram obtidas ora pelo dicionário de verbetes do acervo do <http://cpdoc.fgv.br>, ora em entrevista realizada com o senhor Roberto Valadão.

Já seu irmão Deusdedit, também professor do Liceu e grande articulista político junto ao próprio Liceu com seus alunos, na CECI, foi eleito vereador em 1958. Nesse mandato, especificamente, iniciou o pleito como presidente da Câmara Municipal e teve um forte estranhamento com Hélio Carlos Manhães, que o acusava de conivências com o então prefeito Raymundo de Andrade, tido como petebista conservador. Foi membro da Frente de Mobilização Popular (FMP). Foi ainda redator de dois veículos de comunicação da época, “Correio do Sul” e o “Arauto”.

Por fim, destacamos os petebistas Dr. Gilson Carone e Juracy Magalhães Gomes. A história de ambos se cruza, uma vez que teria sido Dr. Gilson Carone quem convencera Juracy a entrar na política, pelo PTB. Dr. Gilson era natural de Cachoeiro, nascido em 12 de fevereiro de 1929, descendente de família libanesa e formado em medicina, em 1954, pela Faculdade de Ciências Médicas da Guanabara. Era tido como um profissional humanitário<sup>58</sup>. Vinha de uma família que possuía importantes imóveis na cidade, dentre eles o Hotel Itabira, importante reduto das reuniões do MDB e que, por vezes, fora monitorado pelo regime militar, como consta em uma das pastas de Hélio Carlos junto ao DOPS<sup>59</sup>. Foi um grande articulista político, chegando a exercer o cargo de vice-prefeito de Hélio Carlos em 1976-78. Já Juracy Magalhães Gomes, o *Jurinha*, nascido em 1938, também era natural de Cachoeiro, professor do Liceu e formado em direito (UFES), sendo um dos vereadores mais votados em 1966 e 1972, tendo sido, nessa legislatura, uma voz muito atuante em plenário.

Com essa primeira frente montada, Hélio Carlos Manhães lançou sua candidatura à prefeito nas eleições de 1966, não tendo obtido êxito<sup>60</sup>, mas o partido conseguiu eleger Juracy Magalhães como vereador mais votado. Após o pleito de 1966, era hora de se reorganizar para o pleito seguinte. Foi nesse momento que Manhães começou a flertar com o movimento estudantil, que tinha retomado suas atividades em 1968, sob a presidência de Valadão. Supõe-se que era uma tentativa de expandir seu lastro de atuação, mesmo que a frente emedebista já possuísse importantes membros ligados ao meio. Diante desse cenário, a cidade de Cachoeiro se mostrou como um micro-cosmos da esfera federal, onde

---

<sup>58</sup> Entrevista realizada com Roberto Valadão.

<sup>59</sup> Fonte: BRESAPEES.DES.O.MP.3

<sup>60</sup> Fonte: Tribunal Regional Eleitoral – ES (<http://www.tre-es.jus.br>). Hélio Carlos Manhães não foi eleito, uma vez que a ARENA, enquanto partido, recebeu mais votos naquela ocasião, seguindo o que determinara a Lei nº 4.737, de julho de 1965, Capítulo IV (Da representação proporcional), Art. Nº 107 (Determina-se para cada partido o quociente partidário, dividindo-se pelo quociente eleitoral, o número de votos válidos dados sob a mesma legenda, desprezada a fração) e Art. Nº 108 (Estarão eleitos tantos candidatos registrados por um partido quanto o respectivo quociente partidário indicar, na ordem da votação nominal que cada um tenha recebido).

[...] o período do final de 1967 ao final de 1968 seria marcado por um crescente movimento de oposição ao regime, evidenciado pela tentativa de mobilização política da chamada Frente Ampla<sup>61</sup>, pelas greves e manifestações estudantis, pela postura crítica da Igreja com relação ao regime, por greves de trabalhadores e pela emergência de organizações de luta armada<sup>62</sup> (KINZO, 1988, p. 107).

Como presidente da CECI, Valadão passou a ser cortejado pessoalmente por Manhães para entrar no MDB, o que acabou acontecendo em 1969.

Eis o momento de nos estendermos sobre o nosso destaque, Roberto Valadão, que nasceu em Colatina, em 20 de setembro de 1938, sendo filho de Altivo Valadão e de Helena Almokdice Valadão. Foi o terceiro filho mais velho de um total de sete e mudou-se para Cachoeiro do Itapemirim em decorrência da transferência de seu pai, que era escrivão da polícia civil. Já na cidade, concluiu o ginásio no tradicional e já extinto Colégio Ateneu, em regime de internato. Após o ginásio, cursou contabilidade pela antiga Escola de Comércio, formando-se em 1967. Em relato concedido por ocasião da presente pesquisa, Valadão disse ter optado pela contabilidade porque era curso mais rápido e acessível para pessoas de origens menos abastadas, mas que não chegou a exercer a profissão. Mais tarde, tornou-se bacharel em direito (1972) pela Faculdade de Direito de Cachoeiro. Valadão se autodefine como um profissional da política, quando afirma que “sou político desde o movimento estudantil”. A esse respeito, é atribuída a ele a revitalização da CECI, que passou às suas mãos em 1968. Segundo ele, o movimento estudantil estava “esquecido” após o golpe, mas ainda contava com importantes figuras. Muitas, assim como ele, simpatizantes do Partido Comunista. Em 25 de fevereiro de 1967, sua chapa, de nome IMPACTO<sup>63</sup> venceu as eleições estudantis, com expressivos 690 votos, contra 396 da chapa MORENA e 339 da RENASCENÇA<sup>64</sup>. Em seu discurso de posse, Valadão conclamou a classe estudantil para, juntos, darem início a um tempo novo. Disse ele:

“Os componentes do grupo IMPACTO, que doravante dirigirão os destinos desta casa, pretendem inaugurar um tempo novo na política estudantil de Cachoeiro. No passado, ao lado de extraordinários acertos, nossas lideranças erraram ao permitir a desunião da classe e o desinteresse por esse formidável patrimônio que é a CECI. [...] O tempo novo de que falo não será um tempo de agitações estereis, mas de uma fase de aquisição de crédito, e, sobretudo de atividades que façam da CECI, sem nenhuma retórica, o segundo lar do estudante deste Município. [...] Entre tantas notas e fatos constatados, há um que se nos ative os ânimos: os estudantes são, praticamente, a

<sup>61</sup> Movimento político lançado em outubro de 1966 que contou com políticos antes adversários, como Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek e João Goulart, assim como seus correligionários, com o objetivo de lutar pela “restauração do regime democrático”. Vale salientar que Lacerda e JK foram grandes apoiadores do golpe.

<sup>62</sup> Um grande exemplo desses movimentos foi a Guerrilha do Araguaia, movimento que começou a se articular no final da década de 1960 e que vitimou em aproximadamente novembro de 1973, mês de seu desaparecimento, o irmão de Valadão, Arildo Valadão, ligado ao PC do B e ao movimento estudantil do Rio de Janeiro, estado a que chegou (1968) para estudar Física na UFRJ.

<sup>63</sup> Nome também dado ao principal veículo de comunicação da CECI em sua gestão que, segundo ele, tinha a função a de resposta ao regime.

<sup>64</sup> Ata de posse das eleições da CECI para a gestão 1968/1970.

maior classe da região. Somos quase dez mil, mas não temos representação diante do conjunto. Estamos acéfalos há anos e, ao contrário das demais classes, não consultados nem mesmo sobre nossos problemas. Se há o que fazer em benefício da nossa região, estamos em disponibilidade. Temos sugestões, calor, disposição. Não podemos ficar de fora no processo de desenvolvimento do Município. [...] Procuremos entrosamento com professores, diretores de estabelecimentos, pais de alunos, autoridades constituídas e com a imprensa para que todos saibam que a CECI está se reerguendo e quer a mão, a solidariedade e apóio de todos.

A sorte está lançada, companheiros: demos as mãos e confiemos. Uma vez unidos, seremos fortes.

Tenho dito.”

(DISCURSO DE POSSE DE VALADÃO NA CECI, p. 1-3)

Valadão iniciou seus trabalhos junto à CECI, tendo, segundo ele, uma meta central, o combate aos ditames do regime autoritário implantado em 1964. Uma das ações era junto ao jornal IMPACTO e a uma série de panfletos chamados por ele de “mosquitinhos”, que eram colocados debaixo das portas das residências e dos estabelecimentos comerciais de madrugada, cujo conteúdo se destinava a expor “tudo de ruim” que a ditadura fazia, como as prisões e assassinatos. Valadão relatou que, devido à fiscalização do regime que, por vezes, “visitou” a sede da CECI, grande parte dessas impressões eram feitas em uma gráfica de “fundo de quintal”, na cidade vizinha de Jerônimo Monteiro.

**Figura 3** – Carteirinha de filiação de Valadão junto à CECI.



FONTE: Arquivo pessoal de Roberto Valadão

Por sentirem-se atraídos pela postura de Valadão junto à CECI, Hélio Carlos Manhães, junto aos principais representantes do MDB naquele momento, como Dr. Gilson Carone, Deusdedit Baptista e Juracy Magalhães, em 1968 e 1969, iniciaram uma conversa para que Valadão entrasse no MDB. Em um dos seus relatos, Valadão disse que Hélio e Juracy foram pessoalmente até sua casa para convencer sua mãe a fazê-lo entrar no partido. Segundo ele, sua mãe era muito politizada, e teria se convencido ao ouvir os argumentos de Manhães e Juracy, incentivando-o, então, a entrar no MDB, dizendo que ele poderia ajudar o partido. Ao consultar

os membros da CECI sobre o convite de filiação ao MDB, Valadão encontrou algumas opiniões contrárias, principalmente de Ronald Mansur, tesoureiro na gestão de Valadão, que dizia ser o MDB do mesmo “balaio” que a Arena, uma vez que ambos foram forjados pelo regime autoritário. Entretanto, segundo Valadão, Mansur e tantos outros, a partir de então, foram convencidos de que o MDB seria a forma legal de lutar contra o regime autoritário implantado em 1964.

Embora o MDB em Cachoeiro de Itapemirim tenha se formado em 1966, para já concorrer ao pleito do mesmo ano, foi localizado apenas um fragmento de ata do partido em Cachoeirense, a qual se refere à composição da Mesa Diretora no ano de 1969, a primeira com a participação efetiva de Valadão<sup>65</sup>. Datada de 19 de julho de 1969, a ata descreve apenas a pauta da reunião ocorrida à Rua Capitão Deslandes (centro da cidade) nº 39, e os membros do Diretório Municipal do MDB presentes. Destes podem-se identificar os seguintes:

**Tabela 9** – Membros identificados na Ata de formação do Diretório Municipal de Cachoeiro de Itapemirim em 1969

<b>MEMBRO</b>	<b>CARGO</b>
<b>Hélio Carlos Manhães</b>	Presidente
<b>Juracy Magalhães</b>	Secretário
<b>Dr. Gilson Carone</b>	Vice Presidente
<b>Roberto Valadão</b>	n.i
<b>Dr. Elimário C. Imperial</b>	n.i
<b>Deusdedit Baptista</b>	n.i
<b>Rubens Soares da Silva</b>	n.i
<b>Miguel Barreto Silva</b>	n.i
<b>Mário Miranda de Oliveira</b>	n.i
<b>Edson José Câmara</b>	n.i
<b>Nilton Dessaune</b>	n.i
<b>Analberto Moreira do Carmo</b>	n.i
<b>Darlan Alves Corrêa</b>	n.i
<b>Domingos Vicente Buzon</b>	n.i
<b>Aylton Souza</b>	n.i
<b>Milton Antonio da Silva</b>	n.i
<b>José Soares da Silva</b>	n.i
<b>Oséas Nascimento *</b>	n.i
<b>Gerson Moura **</b>	n.i

A Ata não confere aos demais membros da chapa seus referidos cargos. Entretanto, em entrevista, Valadão relata serem, em sua grande maioria, profissionais liberais e pessoal ligado à CECI. Valadão não conseguiu relatar os cargos que muitos tinham no partido. Além disso, há nomes que constam na lista de presença de que já não se recorda mais.

\* Este membro será considerado mais tarde pelos demais membros um desertor.

<sup>65</sup> Muito do **que** foi e será tratado aqui sobre a formação do MDB decorre das conversas **tidas** ao longo de 2016/17 com Valadão, membro importante do partido.

\*\* Este também era membro da comitiva que foi até a casa de Valadão o convencer a entrar no partido.

Ficou formada, a partir de então, a principal base do partido, composta por Hélio Carlos Manhães, Deusdedit Baptista, Gilson Carone e Roberto Valadão.

## 5.2 FORTALECIMENTO OPOSICIONISTA EM CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM: AS VOZES EMEDEBISTAS

Fazer oposição dentro de um regime criado para que ela fosse consentida não era tarefa fácil. Além disso, como destaca Oliveira (2013), a Constituição de 1967 possuía diferentes dispositivos jurídicos com o objetivo de tornar o MDB – a oposição – o mais débil possível e, conseqüentemente, fortalecer o Poder Executivo. No Espírito Santo, a Arena, partido que agregou as forças situacionistas, foi destino das mais importantes lideranças, o que tornou o MDB regional bastante débil. Na Arena, ingressaram figuras como os então senadores Eurico Rezende (UDN) e Raul Gilberti (PSP), deputados federais, como Floriano Lopes Rubim (PTB) e Dulcino Monteiro de Castro (UDN) e deputados estaduais, como Christiano Dias Lopes (PSD) e Setembrino Pelissari (UDN), além de outras figuras que não ocupavam cargos eletivos, mas que possuíam grande peso na política do Espírito Santo, como Carlos Lindenberg.

Como indicado, esse cenário tornava o MDB ainda mais frágil. A virada eleitoral do partido em nível nacional se deu a partir de 1974, mas no Espírito Santo, essa virada nem ocorreu, já que o MDB permaneceu como um partido minoritário (OLIVEIRA, 2013). Já em Cachoeiro de Itapemirim, o MDB se apresentou como um partido forte ainda em 1966, a partir do ingresso de importantes lideranças em suas fileiras. É importante salientar que, apesar do protagonismo de algumas lideranças emedebistas, a atuação do partido estava sujeita às regras impostas pelo Regime, condição para atuação como oposição dentro de um marco de legalidade. Mesmo assim, o partido manteve sua postura de oposição, lutando pelo restabelecimento da ordem democrática, das eleições diretas, dos direitos civis cerceados, dos direitos humanos, principalmente a partir do endurecimento do Regime.

Ainda assim, ao longo da sua atuação, surgiram, dentro do partido oposicionista, grupos com diferentes posturas. Sobre eles, Kinzo (1988, p. 57) destaca dois grandes grupos que se confrontavam: de um lado, os que defendiam uma oposição mais moderada, grupo formado, principalmente, por políticos experientes, que acreditavam que a moderação seria um caminho para fazer frente às restrições impostas pelo regime; ou, ainda, grupo constituído pelos que desejavam estar o mais próximos possível do governo. De outro lado, havia os que

desempenhavam papel oposicionista mais agressivo, chamados pelo governo de radicais, os quais eram sempre alvo de “averiguações”. Ressalte-se que esse grupo foi denominado pela imprensa de diferentes formas ao longo da atuação do partido, sendo chamados de *imatuross* (1967)<sup>66</sup>, *autênticos* (1971), ou *neo-autênticos* (1975) e/ou ainda de *tendência popular* (1979).

Dessa maneira, partindo da descrição feita por Kinzo (1988), a base emedebista formada em Cachoeiro de Itapemirim, em torno dos personagens Hélio Carlos Manhães, Deusdedit Baptista, Gilson Carone e Roberto Valadão, era, segundo descrição do próprio Valadão, mais aguerrida e contestatória ao Regime, sendo refutada e criticada por outros membros do mesmo partido<sup>67</sup>. Esse contexto permite-nos traçar especificamente uma possível mudança de postura do partido, sobretudo a partir de 1969, ano que marca a entrada de Valadão no MDB, trazendo consigo as marcas do movimento estudantil, além do já mencionado radicalismo do Regime, com o AI-5<sup>68</sup>.

Antes dessa mudança do MDB, ocorreram as eleições de 1966, que marcaram o início das disputas diante do novo cenário do bipartidarismo. Nessas, mesmo com a recente formação e adequação enquanto oposição, o MDB conseguiu expressiva margem de votos na disputa pelo Executivo, com Hélio Carlos Manhães (MDB), que obteve a maioria dos votos, mas, pela legenda, levou vantagem na disputa o arenista Nello Vola Borelli, que conseguiu se eleger. Já pelo Legislativo municipal, Juracy Magalhães (*Jurinha*) se consagrou como o vereador mais votado. A partir de então, nas três primeiras legislaturas, a composição do Executivo e da Câmara encontrava-se assim:

**Tabela 10** – Executivo e Composição da Câmara nas eleições de 1966.

<b>Prefeito e Vice</b>	<b>Partido</b>
<b>Nello Vola Borelli</b>	ARENA
José Caetano Gonçalves Sobrinho	ARENA
<b>Vereador</b>	<b>Partido</b>
David Cruz	ARENA
Dercílio Gomes de Albuquerque	ARENA

<sup>66</sup> Os imatuross também chamados de radicais seriam, de acordo com Kinzo (1988, p. 109), deputados jovens, de primeiro mandato, que eram incisivos nas críticas ao regime. Esses eram criticados pela ala tradicional, chamados de moderados, **mas tinham** a simpatia de alguns políticos mais antigos, como o ex-petebista deputado Oswaldo Lima Filho e o secretário-geral do partido na ocasião, o deputado Martins Rodrigues.

<sup>67</sup> Quando perguntado sobre os membros do partido que faziam tais críticas, Valadão não citou nomes, disse não se lembrar especificamente deles ou de seus ex-partidos, apenas tratou de atribuir uma possível proximidade destes **membros com** membros da Arena, dizendo: “tudo gente deles”. **Destacamos que as referidas críticas levaram-no, e a Hélio, Carone e Baptista**, a fazerem inúmeras reuniões “secretas” sem a presença de nenhum outro membro do partido, como relato do próprio Valadão, confirmado na pasta de Hélio Carlos Manhães junto ao DOPS.

<sup>68</sup> Ver nota de rodapé p. 20.

Luiz Gonzaga Borges	ARENA
Paulo Mattos	ARENA
Alberto Ferração	ARENA
Aylton Coelho Costa	ARENA
Melchisedeck Sandoval	ARENA
Clóvis de Barros	ARENA
Sebastião Ferreira de Paiva	ARENA
Elias Moysés	ARENA
Deolindo Costa	ARENA
Astor Dilen dos Santos	ARENA
José Gava	ARENA
Edson José Câmara	MDB
Juracy Magalhães Gomes *	MDB
Jurandir Adverci	MDB
Mário Miranda de Oliveira	MDB
Miguel Barreto da Silva	MDB

**FONTE:** Elaboração própria a partir das Atas de Resultados Eleitorais do Tribunal Regional Eleitoral (TRE)

\* Vereador mais votado

**Tabela 11** – Executivo de 1970.

<b>Prefeito e Vice</b>	<b>Partido</b>
<b>Hélio Carlos Manhães</b>	MDB
<b>Roberto Valadão</b>	MDB

**FONTE:** Elaboração própria, a partir das Atas de Resultados Eleitorais do Tribunal Regional Eleitoral (TRE)

\* Em decorrência da ausência de Atas de Resultados Eleitorais, assim como da Câmara de Vereadores, não foi possível identificar os membros do legislativo municipal. Em entrevista com Roberto Valadão, este também não conseguiu identificar os membros da Casa.

**Tabela 12** – Executivo e Composição da Câmara nas eleições de 1972.

<b>Prefeito e Vice</b>	<b>Partido</b>
Theodorico de Assis Ferração	ARENA
Alício Franco	ARENA
<b>Vereador</b>	<b>Partido</b>
Idalgizo Simão	ARENA
Aylton Coelho Costa	ARENA
Laurindo Sasso	ARENA
Astor Dilen dos Santos	ARENA
José Antonio Dardengo	ARENA
Sebastião Louzada	ARENA
Roberto Valadão*	MDB
Juracy Magalhães Gomes	MDB
Laurito Campos	MDB
Adhair Raymundo de Oliveira	MDB
José Sabadini	MDB

**FONTE:** Elaboração própria, a partir das Atas de Resultados Eleitorais do Tribunal Regional Eleitoral (TRE)

\* Vereador mais votado

Para ilustrar a movimentação desses personagens junto ao Legislativo municipal, foram aqui utilizadas algumas passagens de diferentes sessões da Casa, registradas nos Livros de Atas encontrados a partir de 1966. Assim, na primeira legislatura do bipartidarismo, as principais vozes emedebistas em plenário eram a do vereador mais votado, Juracy Magalhães Gomes (*Jurinha*) e a de Jurandir Adverci. Já em 22 de abril 1968<sup>69</sup>, Jurandir pressionou o executivo a encaminhar à Câmara a prestação de contas da prefeitura, além de frisar que as atas relativas aos trabalhos da Casa não estavam sendo publicadas com a devida regularidade, comprometendo os trabalhos legislativos. Encerrou seu discurso pedindo providências imediatas do chefe do executivo municipal<sup>70</sup>.

Na sessão de 18 de agosto de 1969<sup>71</sup>, a bancada da Arena se colocou em defesa do presidente da Casa, o vereador Clóvis de Barros, que estava sendo acusado de traição, devido a sua aparente postura imparcial frente às sessões da Casa. Em carta escrita no dia 15 do mesmo mês e ano e lida na sessão por seu correligionário, o vereador Dercílio Gomes, Clóvis retratou seu inconformismo e destacou a necessidade de união entre os membros do partido:

“Somos presidente da ARENA e não abriremos mão desta prerrogativa, porque merecemos o apóio e o crédito das mais expressivas forças políticas do nosso município. E como Presidente da ARENA, queremos transformá-la no repositório das melhores aspirações do povo. A Revolução defende intransigentemente os princípios da autoridade, do respeito e da ordem e, por isso mesmo, e por sermos os representantes civis da Revolução, não nos deixaremos levar pelas provocações dos eternos agitadores e não permitiremos, de forma alguma, que promovam a discórdia e conseqüentemente a desorientação entre seus correligionários, [...]. Caberia, portanto, aqueles que desejam um partido forte e coeso, formarem fileiras em torno da ARENA, mostrando à Revolução que o obedecer é tão nobre como comandar e que unidos trabalharemos para evitar que a semente da discórdia germine neste campo que terá que ser fecundo e infinito, visando sempre o futuro desta Nação Continente [...]”.

Clóvis de Barros ganhou apoio não só de seus correligionários, mas também de emedebistas como Edson José Câmara<sup>72</sup>, que congratulou os eleitores da Comissão Executiva da ARENA cachoeirense, mesmo sendo do MDB, afirmando que o MDB se sentia orgulhoso pela escolha do colega Presidente da Casa, o vereador Clóvis de Barros, como presidente do partido, o qual

<sup>69</sup> Livro de Atas do Legislativo Municipal de 22 de abril de 1968, fl. 218.

<sup>70</sup> Durante a pesquisa notou-se a ausência de algumas atas, o que corrobora ao discurso do parlamentar.

<sup>71</sup> Livro de Atas do Legislativo Municipal, de 18 de agosto de 1969, fls. 51 e 52.

<sup>72</sup> Membro do MDB presente na assinatura do diretório municipal, em 1969.

gozaria “de moral e idealismo”. Afirmou ainda que o dito em contrário “não passava de tentativa de difamar a imagem do vereador”.

Segundo Kinzo (1988), nesse primeiro momento, o MDB tendeu a uma postura mais radical, com a atuação dos chamados *imatuross*. Porém, em Cachoeiro, essa postura não é verificada quando da análise das Atas da Câmara municipal, *locus* de atuação das principais vozes do partido. Já no fim de 1969, ainda segundo Kinzo (1988), o partido<sup>73</sup> tomou um caminho de maior comedimento, fortemente influenciado por membros do grupo moderado que atuava em seu interior. Essa postura tinha como objetivo manter a sobrevivência eleitoral do partido, em face dos ataques sofridos tanto de arenistas, que pregavam aos eleitores que votar<sup>74</sup> em emedebistas era “perder o voto”, como dentro do próprio partido, pelo conflito entre os chamados *moderados* X *imatuross*. Essa postura foi tomada uma vez que

[...] a oposição não dispunha da máquina governamental para manipulação clientelista. Assim, para o MDB, o único meio de obter apoio eleitoral era construir uma imagem de credibilidade que o distinguisse da ARENA, de modo a atrair os votos daqueles que não apoiavam o governo ou o regime (KINZO, 1988, p. 129).

Entretanto, para a autora, esse caminho rumo à moderação não teve impacto no desempenho eleitoral do MDB nas eleições legislativas de 1970. Segundo Kinzo (1988), pela incapacidade do partido de expressar, aos que não apoiavam a Arena, seus sentimentos oposicionistas. Por isso, na ocasião, a representação emedebista no Congresso, se reduziu de forma significativa, com o partido elegendo apenas 5 das 46 vagas para o cargo de senador e 28% das cadeiras para a Câmara Federal. Entretanto, Kinzo (1988, p. 134-137) ressalta que

[...] os temas explorados pelo MDB em sua campanha eleitoral não foram muito diferentes daqueles que seriam utilizados com sucesso pelo partido em 1974: restabelecimento da democracia, ou seja, a revogação dos atos institucionais, o restabelecimento de eleições diretas, o habeas corpus, a defesa dos direitos humanos; a menção a questões sócio-econômicas [*sic*] tais como a política salarial, a reforma agrária, a educação e o combate à excessiva participação do capital estrangeiro na economia do país. O problema, em 1970, era que poucos candidatos de fato destacaram estes temas durante a campanha eleitoral. [...] O MDB, que fora punido pelo regime por ter assumido uma posição mais radical na crise política de 1968, acabou por ser também punido pelo eleitorado em 1970 por ter ido longe demais em sua atitude de moderação. [...] Contudo, não se pode atribuir a causa da derrota do MDB unicamente ao seu comportamento excessivamente moderado... [...] Há, no entanto, outros fatores que interferiram no pleito. O controle exercido pelo governo sobre o processo eleitoral talvez tenha sido o mais estrito jamais ocorrido no Brasil.

Em Cachoeiro, mesmo que esse tom mais “moderado” se fizesse presente, principalmente quando analisamos as Atas da Câmara, a movimentação nas ruas, na busca e conquista de mais eleitores, era aguerrida, como relatou Roberto Valadão. Segundo ele, incansavelmente, ia a

<sup>73</sup> Como referência à Câmara dos Deputados, a partir da análise de Kinzo (1988)

<sup>74</sup> Permanência do calendário em algumas unidades da federação.

outras localidades pertencentes à Zona Eleitoral de Cachoeiro fazer campanha, por meio de panfletagem e comícios, fato que o levou, em 1970, a sair-se vitorioso como vice-prefeito de Hélio Manhães.

Se nas reuniões do Legislativo Municipal a relação e os discursos entre arenistas e emedebistas, até a década de 1970, não se apresentavam de forma tão acalorada, foi a partir daí que a bancada emedebista subiu o tom e a qualidade de seu discurso no plenário. Esse cenário passou a ser sentido nas urnas, ampliando a margem de voto dos emedebistas e resultando em importantes conquistas, como a vitória/mandato de Hélio Carlos, já em 1970 e em 1976.

### 5.3 MDB X ARENA: O EMBATE E SEUS REFLEXOS NAS URNAS

Na primeira eleição municipal pós-instituição do bipartidarismo, ocorrida em 1966, a Câmara Municipal teve, tal como era a precisão dos condutores do regime, uma supremacia arenista. Entretanto, o que vale ressaltar é o destaque de dois representantes do MDB, Hélio Carlos Manhães e Juracy Magalhães Gomes.

Segundo relatório emitido pela Justiça Eleitoral, na disputa pela Prefeitura, dos 19.316 votos válidos, Hélio Carlos obtém 7.686, contra 5.184 do arenista Nello Vola Borelli. Já para a Câmara de Vereadores, Juracy Magalhães Gomes foi o mais votado entre eles, com 1.582. O mais votado da Arena, David Cruz, obteve 990 votos. Entretanto, no relatório final de apuração do pleito, fornecido pelo TRE<sup>75</sup>, verifica-se o seguinte:

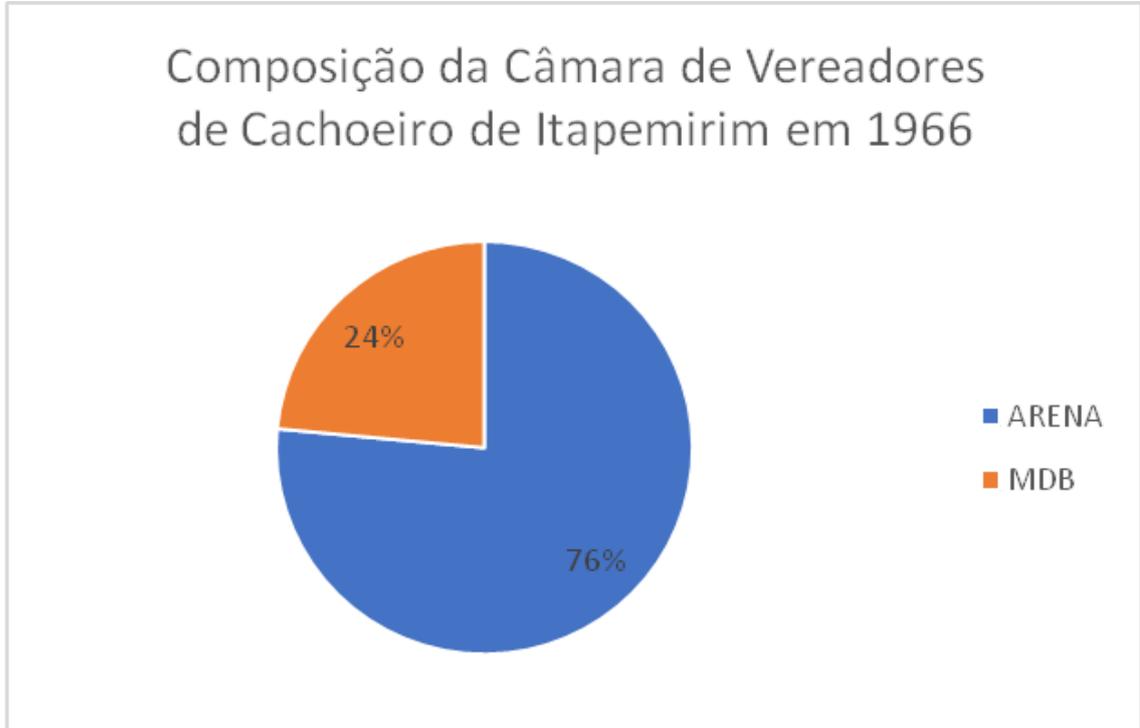
[...] Tendo em vista a votação obtida pelos PARTIDOS, constatou-se que a ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL recebeu nove mil e trezentos votos (9300), e o MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO, recebeu oito mil quinhentos e trinta e um (8531) votos. Assim, de conformidade com o disposto na Resolução 7965, de 10 de outubro de 1966, do Supremo Tribunal Eleitoral, é proclamado eleito Nello Vola Borelli, para o cargo de PREFEITO MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM, candidato que obteve maior número de sufrágios na organização vencedora.

Assim, embora tenha conseguido a maioria dos votos nominais, Hélio Carlos não se elegeu por conta dos votos na legenda. Na Câmara de Vereadores, a Arena também assumiu mais cadeiras. Para a composição do legislativo municipal, nos pleitos seguintes, 1970, 1972 e 1976, verificam-se importantes resultados conquistados pelos emedebistas, mesmo que de forma mais modesta, como pode ser visto nos gráficos abaixo:

---

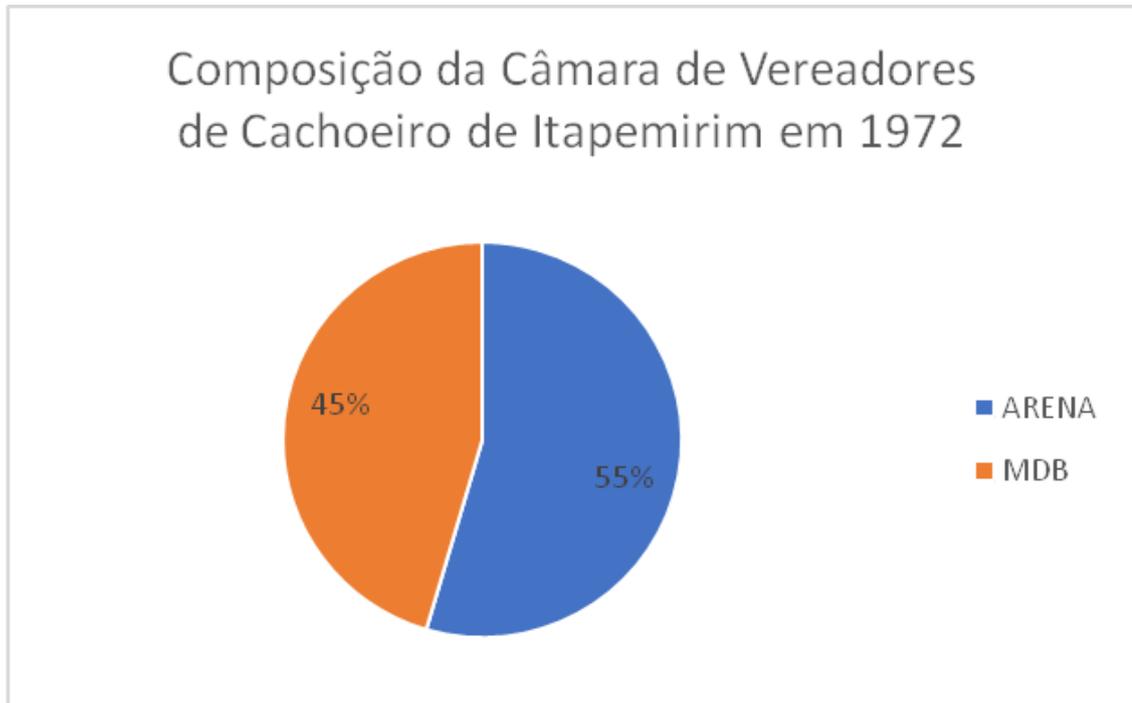
<sup>75</sup> Trechos da Ata de resultados fornecida pelo TRE.

**Gráfico 2** – Composição da Câmara de Vereadores de Cachoeiro de Itapemirim, em 1966, distribuídos por partido.



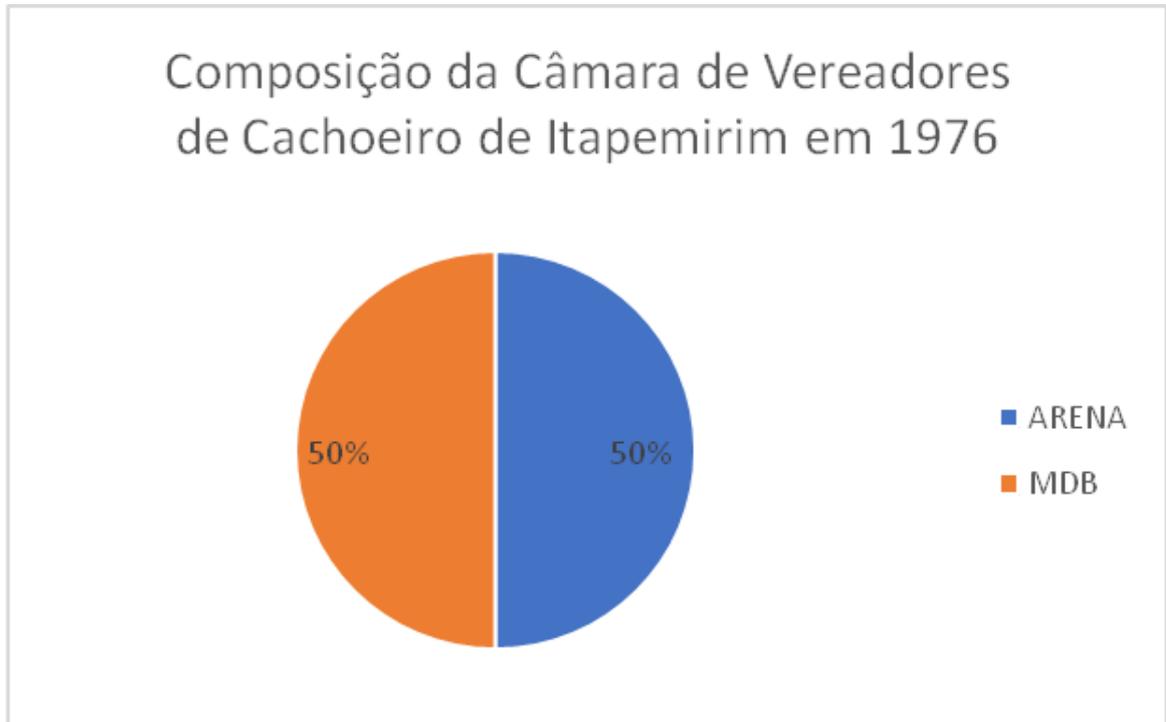
**FONTE:** Elaboração própria, a partir das Atas de Resultados Eleitorais do Tribunal Regional Eleitoral (TRE)

**Gráfico 3** – Composição da Câmara de Vereadores de Cachoeiro de Itapemirim, em 1972, distribuídos por partido.



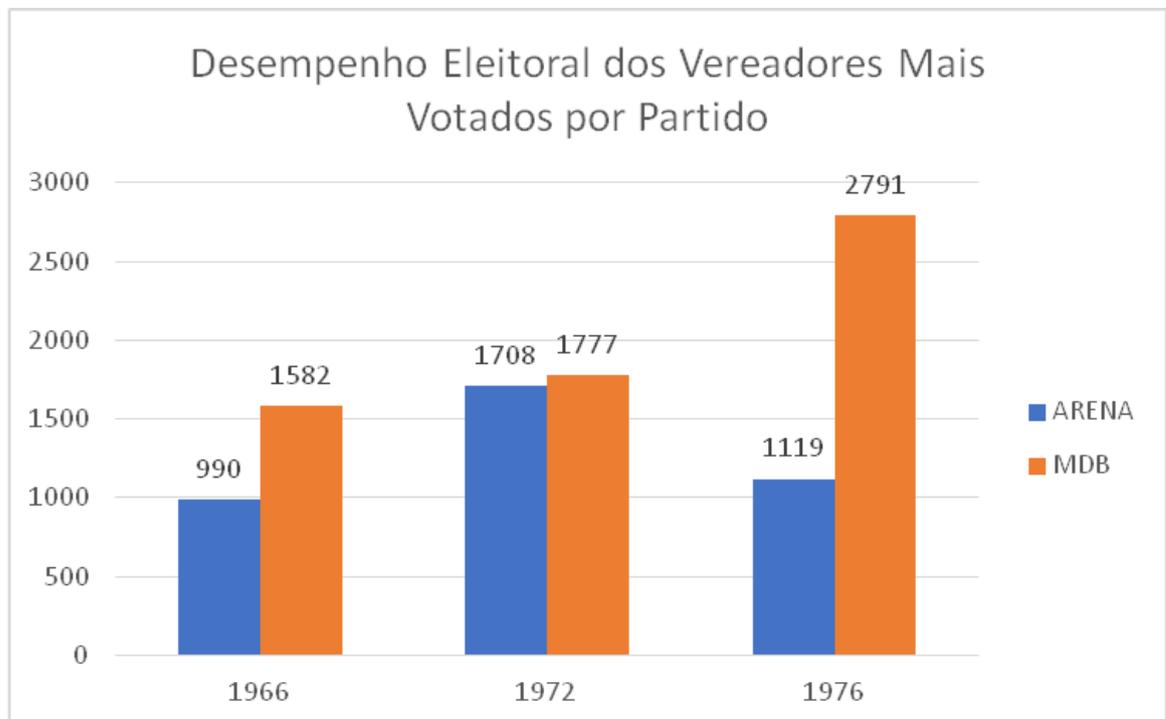
**FONTE:** Elaboração própria, a partir das Atas de Resultados Eleitorais do Tribunal Regional Eleitoral (TRE)

**Gráfico 4** – Composição da Câmara de Vereadores de Cachoeiro de Itapemirim, em 1976, distribuídos por partido.



**FONTE:** Elaboração própria, a partir das Atas de Resultados Eleitorais do Tribunal Regional Eleitoral (TRE)

**Gráfico 5** – Desempenho dos Vereadores mais votados por partido nas eleições de 1966 / 1972 / 1976.



**FONTE:** Elaboração própria, a partir das Atas de Resultados Eleitorais do Tribunal Regional Eleitoral (TRE)

Ao analisar os gráficos percebemos que mesmo possuindo um quantitativo menor de parlamentares o MDB conseguiu manter-se nos três pleitos municipais (1966 / 1972 / 1976) com o vereador mais votado do município como está abaixo descrito na Tabela 14. Ademais quando calculamos o percentual de desempenho dos vereadores mais votados em cada um desses pleitos, chega-se à números bastante expressivos, por exemplo, em 1966 o vereador mais votado do MDB obteve um percentual de desempenho de 60% sobre o também mais votado da Arena. Já em 1976 esse percentual de desempenho chega à 149%, nesse caso o vereador em questão foi Roberto Valadão.

**Tabela 13** - Filiação dos Vereadores de Cachoeiro de Itapemirim nos pleitos de 1966 / 1972 / 1976, distribuídos por partido.

<b>PLEITOS</b>	<b>1966</b>	<b>1972</b>	<b>1976</b>
<b>ARENA</b>	13	6	6
<b>MDB</b>	4	5	6
<b>TOTAL DE CADEIRAS</b>	<b>17</b>	<b>11</b>	<b>12</b>

\*Quanto ao pleito de 1970, não se obteve o relatório de desempenho nas eleições para vereadores.

**FONTE:** Elaboração própria, a partir de dados dos resultados eleitorais fornecidos pelo TRE.

**Tabela 14** – Desempenho eleitoral dos vereadores mais votados nas eleições de 1966 / 1972 / 1976, distribuídos por partidos.

<b>PLEITOS</b>	<b>MDB</b>	<b>ARENA</b>
<b>1966</b>	1582 (Juracy Magalhães)	990 (David Cruz)
<b>1972</b>	1777 (Roberto Valadão)	1708 (Idalgizo Simão)
<b>1976</b>	2791 (Roberto Valadão)	1119 (Laurindo Sasso)

**FONTE:** Elaboração própria, a partir das Atas de Resultados Eleitorais do Tribunal Regional Eleitoral (TRE)

Comparando o número de votos dos vereadores eleitos e os mais votados por partido, nas eleições de 1966 a 1976, nota-se já um desempenho crescente dos emedebistas. Em 1972, 45% da Câmara era composta por emedebistas, enquanto, no estado, foram eleitos 87 contra 346 da Arena, o que corresponde a apenas 20% das cadeiras dos legislativos municipais.

Já no pleito de 1976, no Estado, foram 305 vereadores eleitos pela Arena, correspondendo a 69% das cadeiras, contra 134 do MDB, 31%. Em Cachoeiro, cada partido – Arena e MDB – ocupou 50% das cadeiras existentes.

Considerando as eleições para prefeito, nos quatro pleitos de vigência do bipartidarismo, 1966, 1970, 1972 e 1976, todas tiveram votação majoritária para emedebistas: em 1966, com Hélio Carlos Manhães; em 1972, com Gilson Carone, mesmo que pela legenda eles não tenham assumido; e, em 1970 e 1976, também com Hélio Carlos Manhães, que assumiu o mandato.

Em entrevista realizada com Roberto Valadão, no findar de 2016, quando foi perguntado a que ele atribuía os resultados positivos nas urnas, tanto o resultado dele quanto o do vereador mais votado de 1972 a 1976, assim como as demais lideranças, Valadão atribuiu à forte campanha “corpo a corpo” realizada pelo MDB e seus filiados. Segundo ele, era comum a realização do que chamou de “Comício Relâmpago”, com panfletagem e palavras de ordem em qualquer lugar ou hora.

Trazendo Schwartzberg (1978), para a discussão, poderíamos atribuir a esses indivíduos o papel do homem comum, igual a todos, que cativa pela imagem próxima ao seu eleitorado, que discursa a partir da possibilidade dos grandes sendo superados pelos pequenos. Essa postura assumida pelos emedebistas em Cachoeiro foi duramente criticada em reportagem publicada pela Revista *Ágora* de outubro de 1978<sup>76</sup>. Ao mencionar Hélio Carlos, a matéria dizia,

[...] o advogado Hélio Manhães é um desses políticos típicos de província. Sem grande cultura, mas muitos amigos. Sua administração passada, em Cachoeiro de Itapemirim, foi um fracasso em termos administrativos. Ele não conhece nada de administração de empresas; é um advogado cheio de retórica. Passa por pobre quando não é, cumprimenta até o ascensorista de um edifício aonde jamais voltará, bebe cachaça nos bares, não é fino, não tem elegância no vestir. Em resumo: é o contrário do arquétipo burguês. A diferença é que ele tem a ambição de ser burguês. E para isso usa a fantasia de pobre. É um sucesso total que explica como se faz política no Espírito Santo. A mimese política é imediata na presença de Hélio Manhães. As pessoas não procuram saber sua capacidade, partido, nada. Acreditam nele. E votam. (*Ágora*, 1978, p. 12)

Perguntado sobre essa crítica feita a Hélio Carlos Manhães, Valadão, sendo correligionário de Manhães, se restringiu apenas a dizer que, embora muito cortês e bom político, Hélio era mais reservado, que a “proximidade com o povo” era exercida mais por ele.

#### 5.4 O MDB PÓS 1970

Se as eleições de 1970 representaram, em Cachoeiro, uma importante vitória para o MDB, especialmente com a eleição de Manhães, no plano nacional esse cenário não se reproduziu. Dos votos para o Senado, apenas 28,6% foram para o MDB, contra 43,75% da ARENA. Já para a Câmara Federal, a ARENA obteve 48,4% contra 21,3% do MDB, com 30,3% de brancos e nulos somados, ou seja, mais do que o MDB conseguira. Essa derrota provocou um grande desânimo entre os emedebistas. Entretanto, também conseguiu produzir uma sensação de que algo precisava ser feito caso os membros do MDB desejassem a não dissolução do partido. O primeiro sinal dessa mudança foi a renúncia dos líderes do partido que não foram eleitos em 1970 aos cargos na Executiva Nacional. Consequentemente, o partido deixaria de ser orientado

---

<sup>76</sup> O coração tem o voto que a razão desconhece. *Ágora*, p. 12, outubro de 1978.

pelos chamados *moderados*. Mas a grande mudança, segundo Kinzo (1988), foi a escolha do deputado Pedro Horta para líder da oposição na Câmara Federal, uma vez que ele era um dos poucos emedebistas que criticava veementemente o regime, em 1970, chegando a dar uma entrevista, em fevereiro de 1971, exigindo a revogação do AI-5 e o restabelecimento da democracia, além de denunciar o uso de torturas a prisioneiros.

Seguindo o perfil do MDB Nacional e contrariando as determinações do AI-5, os emedebistas cachoeirenses começaram a intensificar seus discursos e a se mostrarem mais organizados quanto às ações como opositores, sempre encabeçados pelo grupo destacado por Valadão como os *autênticos*. Isso gerou um olhar mais vigilante sobre eles, principalmente pelo DOPS que, já em 29 de junho de 1971, passou a intensificar a investigação de emedebistas que se reuniam para lançar a candidatura de Gilson Carone para prefeito nas eleições de 1972, principalmente a atribuição que faziam a figura de Demisthóclides Baptista (*Batistinha*), advogado, apontado como subversivo e agitador comunista. Essas reuniões resultaram em acusações, tanto por parte de arenistas, quanto uma feita pelo Juiz Eleitoral Rômulo Louzada<sup>77</sup>, cujo requerimento em nome da ARENA dizia

“[...] visando resguardar direitos futuros, vem perante V. Exa. COMUNICAR que chegou ao conhecimento deste Diretório que elementos pertencentes aos quadros do Movimento Democrático Brasileiro estão usando medicamentos fornecidos pela Secretaria de Saúde do Estado do Espírito Santo para fazer propaganda política, como prova o envólucro anexo contendo pílulas de ferruginoso e que traz na sua parte externa o timbre do comitê de propaganda daquela agremiação partidária”<sup>78</sup>.

Acusações vinham também de alguns companheiros de partido, a exemplo da ocorrência verificada nas eleições de 1972, quando a sublegenda MDB-1 foi acusada de maiores privilégios e até de compra de votos, como lembra Lemos (2014, p.170),

“Num documento da Polícia Militar de Cachoeiro de Itapemirim, o candidato do MDB-3, o Coronel da Reserva da Polícia Militar Higinio Bernardes dos Santos, acusou que os membros do MDB-1, ‘elementos conhecidíssimos nesta cidade e mesmo por autoridades federais, como de esquerda e que professam ideologia contrária ao Regime Brasileiro, que vêm liderando a Campanha Política de Gilson Carone, procuram tumultuar o processo político’. O documento escrito pelo referido coronel ensejou a investigação dos atos do MDB-1. Isto resultou em observações cujo conteúdo reflete tanto a pregação contra o regime militar feita em comícios dirigidos às massas quanto a incorporação do clientelismo político na estratégia para a eleição de Gilson Carone”<sup>79</sup>.

Nesse contexto, as reuniões do MDB-1 aconteciam com certa regularidade em diversos espaços, na tentativa de não levantar muitas suspeitas, como nas instalações do então Hotel Itabira, de

<sup>77</sup> Delegado da Sublegenda-1 da ARENA.

<sup>78</sup> BRESAPEES.DES.O.MP.3, p. 22

<sup>79</sup> BRESAPEES.DES.O.MP.3, p. 19 in LEMOS (2014).

propriedade da família Carone, ou em residências, como a que ocorreu na casa do médico João Madureira, em outubro de 1972. Todas essas reuniões, com a presença de ilustres personagens do partido, como *Batistinha*, Deusdedit, Gilson Carone, Valadão, Hélio Carlos, Abgar Torres<sup>80</sup>, eram constantemente vigiadas pela repressão, conforme documentos do Anexo 01.

As reuniões se intensificaram após o pleito de 1972<sup>81</sup>, quando o arenista Theodorico de Assis Ferraço derrotou o então candidato a prefeito pelo MDB, o médico Gilson Carone. Na ocasião, a chapa MDB-1, de Gilson Carone, acusou de traição, de “infidelidade partidária”<sup>82</sup>, dois de seus correligionários, Oséas Nascimento e Higino Bernardes, que teriam fortalecido a campanha do candidato arenista Theodorico de Assis Ferraço, ao formarem uma chapa de oposição, a MDB-3. Nesse contexto, Oséas passou a adotar uma postura pró-arenista, tornando-se indesejável dentro do partido. Cabe ressaltar, nesse imbróglio, que o resultado da eleição foi, mais uma vez o candidato mais votado, Gilson Carone, perder pela legenda. O cenário desfavorável de Cachoeiro de Itapemirim foi também sentindo em outros municípios. Segundo Kinzo (1988, p. 144-145), em análise dos resultados de 1972,

“[...] seria injusto atribuir às deficiências do partido a causa principal de sua derrota, como alegaram comentaristas políticos e alguns grupos dentro do próprio partido. Na verdade, naquelas eleições, o MDB realmente tentou estruturar uma campanha eleitoral com maior apelo. Procurando dar uma orientação nacional à campanha eleitoral, o Diretório Nacional fez um manual para os candidatos, que não apenas discorria sobre os principais problemas dos municípios brasileiros, como também tratava de vinculá-los à política nacional do governo e suas implicações sociais. Não obstante, os magros resultados obtidos pelo MDB naquelas eleições demonstraram que sua tentativa tivera pouco efeito em termos de carrear votos para o partido. Uma das principais razões certamente reside na própria natureza daquelas eleições: a escolha de prefeitos e vereadores – uma disputa dominada pela política local – pouco tem a ver com temas de âmbito nacional. A situação de dependência dos governos municipais em relação aos estaduais – há tempo arraigada no sistema político brasileiro e agravada após 1964 – dificultava ainda mais a política local. Esta situação tornava-se ainda mais delicada para o MDB em razão de sua frágil organização. Em 1972, o partido não teve condições de apresentar candidatos em mais da metade dos municípios onde foram realizadas eleições”.

Mas as eleições de 1972 também possibilitaram um embate direto entre duas forças opostas que se mantiveram rivais até hoje: de um lado, o Prefeito eleito pela Arena em 1970, Theodorico de

---

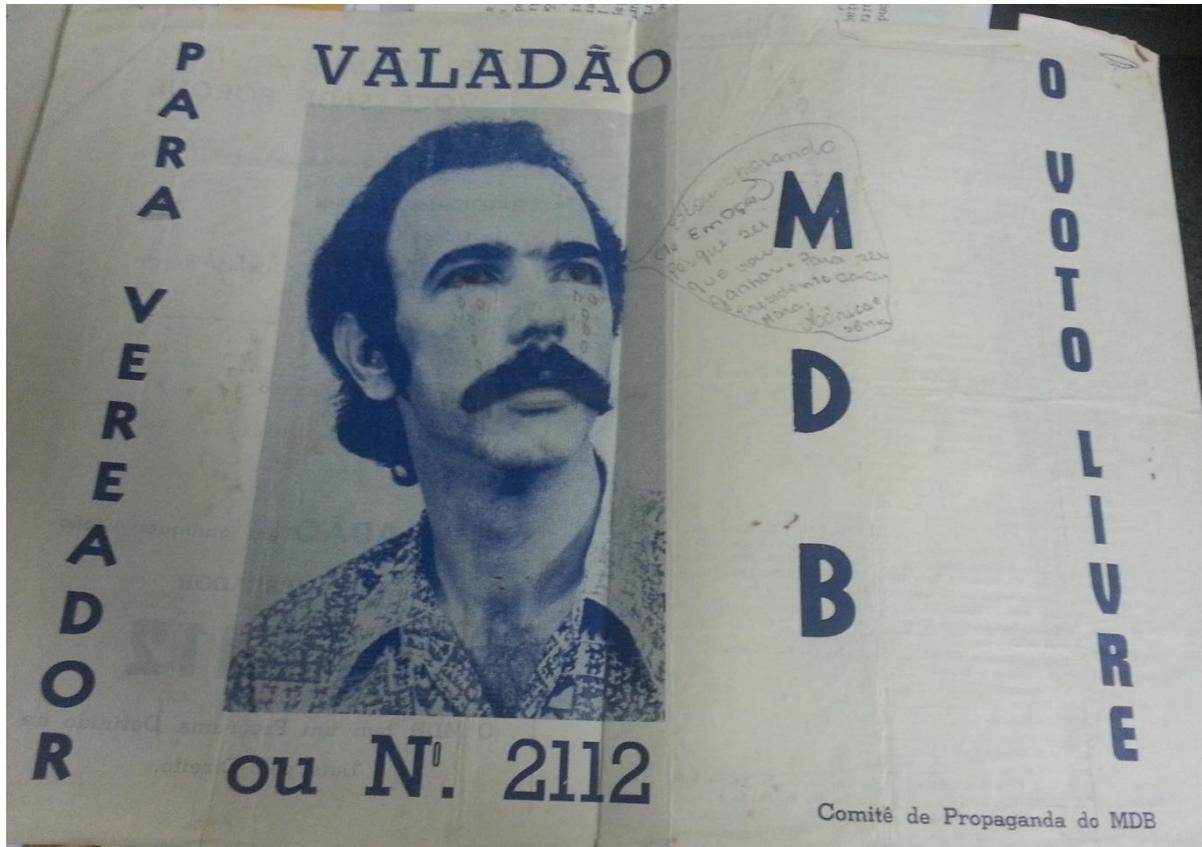
<sup>80</sup> Membro da CECI.

<sup>81</sup> Segundo Valadão, as eleições municipais foram antecipadas para 1972, já que essas só ocorreriam em 1974, para funcionarem como uma espécie de “tampão”, já que havia um desejo por parte do Estado em estender os mandatos para cinco anos, o que não ocorreu, sendo realizado um novo pleito em 1976.

<sup>82</sup> O atentado. **Posição**, p.03, 03 de dezembro de 1976. Por ocasião desse fato uma crise no partido ocorre.

Assis Ferraço, e do outro o vereador mais votado no mesmo pleito, Roberto Valadão<sup>83</sup>, além da presença de Juracy Magalhães Gomes, figura já conhecida.

**Figura 4** - Panfleto de Roberto Valadão para a eleição ao cargo de Vereador em 1972



**FONTE:** Arquivo pessoal de Roberto Valadão (informação sobre o pleito em questão dada por ele).

O mandato de Ferraço, iniciado em 1973, passou a contar com uma forte atuação do MDB no Legislativo Municipal, arregimentada por Valadão. Na sessão do dia 12 de março de 1973<sup>84</sup>, a bancada emedebista relatou ter entrado com duas medidas na justiça contra o mandato do prefeito, uma vez que o mesmo não teria comparecido para a posse por ocasião de estar em uma viagem. O presidente da Casa, Laurindo Sasso, indagou a Valadão, líder da bancada do MDB, afirmando que, se ele estava ali, era porque reconhecia o mandato do prefeito. Valadão rebateu dizendo que a presença dele ali era em decorrência de convocação da Casa e não do poder executivo. Na mesma sessão, *Jurinha* ainda afirmou que as comissões que ali estavam sendo formadas possuíam majoritariamente arenistas, não em decorrência de eles serem maioria e sim por um critério partidário. Assim, ele pediu ao presidente que as comissões tivessem uma

<sup>83</sup> Segundo Valadão, mesmo como vice-prefeito eleito em 1970, não havia impedimento de sua candidatura ao Legislativo Municipal. **Ainda segundo ele, o cargo de vice-prefeito sequer** recebia remuneração.

<sup>84</sup> Livro de Atas do Legislativo Municipal de 12 de março de 1973, fl. 184

quantidade igual de representantes dos partidos, e que o vereador mais votado da Casa, no caso Valadão, fizesse parte de uma delas para que o voto da população fosse respeitado. O presidente da Casa se restringiu a dizer que a escolha para a composição das comissões partia da votação da própria Casa e que, na ocasião, os arenistas constituíam maioria.

Entre os dias 22 de março e 20 de abril de 1973<sup>85</sup>, os discursos na Casa ganharam ares de verdadeiros embates. Valadão, em tom acusatório em relação ao executivo, culpou-o de alienação de bens da Prefeitura para o pagamento de supostas dívidas. Indicou que o governo anterior, de Hélio Carlos, teria deixado um crédito de CR\$ 800.000,00 e que o governo dele fora um período em que os bairros da cidade se beneficiaram com praças, telefones públicos, entre outras benfeitorias. Acusou, ainda, que esses mesmos telefones estariam sendo transferidos pela administração pública para estabelecimentos particulares. Tomando a palavra, *Jurinha* criticou o prefeito, duramente, de ter ido a uma rádio local e feito um pronunciamento de uma hora, criticando a administração de Hélio Carlos, dizendo que, com as eleições de 1972, o MDB fora expurgado do poder. *Jurinha* rebateu a fala, dizendo que “um partido não é expurgado tendo os dois mais votados vereadores da ocasião” o que mostrava a força do partido.

Valadão voltou a mencionar a ilegalidade da posse de Ferraço e ainda o acusou de inaugurar obras na cidade no dia de aniversário do Golpe, e de tentar usar nomes de militares para tais obras, além de mencionar que estava em guerra política com o prefeito, animosidade essa que permanece até hoje.

No dia 20 de abril de 1973<sup>86</sup>, em outro discurso, Roberto Valadão pediu para que fossem registradas em Ata as seguintes palavras:

“PARA O PREFEITO LER E MEDITAR: à guisa da colaboração achamos por bem enviar ao nosso jovem e intranquilo chefe do Executivo, os seguintes e possivelmente oportunos conselhos:

1. Limitar o entusiasmo e as promessas aos limites do bom senso e da lógica.
2. Admitir que administração pública tem por mesma, a continuidade de serviços e obras. Que os períodos se interligam no serviço das responsabilidades e no próprio contexto dos orçamentos muitos dos quais abrangendo não apenas um ou mais dois anos, mas até mesmo quatro anos.
3. Considerar que o bom governo é o que realiza e não aquele que promete demais e pouco constrói.
4. Medir o programa de obras pelas disponibilidades orçamentárias. Afinal, orçamento muito esticado acaba gerando consequências danosas.

<sup>85</sup> Livro de Atas do Legislativo Municipal de 20 de abril de 1973, fls. 189 a 212.

<sup>86</sup> Livro de Atas do Legislativo Municipal de 20 de abril de 1973, fls. 202

5. Manter o programa de obras, digo, manter uma vigilância estreita ao movimento de suas equipes, a fim de que o tempo desperdiçado não seja, amanhã, prejudicial. Obra por administração própria é econômica desde também que bem fiscalizada.
6. Deixe de olhar tanto para trás, quando Cachoeiro espera que olhe pra frente e faça adiante tudo o que prometer fazer.
7. Não pensar tanto em voos de águia, quando o voo do bem-te-vi também é oportuno.
8. Não cometer erros capitais de outras administrações no abuso incontrolável das admissões em massa.
9. Considerar que acima da reforma administrativa o problema do governo municipal é mais humano do que tudo.
10. A exemplo, do Francês, também nós, já agimos assim, temos que admitir que, por vezes, e em determinadas ocasiões, o “silêncio é ouro”.

Em maio de 1973, em decorrência da postura do deputado Oséas (MDB) durante a campanha de 1972, em que teria apoiado o candidato da Arena, Ferraço, o conselho de ética do MDB de Cachoeiro se reuniu para abrir um processo de exclusão do deputado do partido por “atitudes de inconveniência e traição”<sup>87</sup>. O processo foi aprovado pelo Conselho de Ética do MDB cachoeirense, mas bloqueado pelo Conselho Regional do partido. Oséas atribui esse processo às perseguições realizadas pelas lideranças do MDB em Cachoeiro, sobretudo Roberto Valadão e Hélio Carlos Manhães.

Dentro da Câmara, a questão também foi debatida em 20 de agosto de 1973<sup>88</sup>. Durante a sessão da Casa, Valadão criticou duramente a atitude de Oséas. Disse que, quando entrara para o partido, em 1968, tinha a esperança de encontrar pessoas bem intencionadas para contribuir com o trabalho. Acentuou ainda a necessidade de falar em prol da disciplina e da decência. Em face da animosidade instaurada no partido pelo ocorrido, Valadão afirmou:

“Eu não podia, digo, não poderia, na oportunidade de usar uma tribuna pelo menos teoricamente livre, calar diante do absurdo dos fatos que, ferindo a dignidade de uns, entorpecem outros e derramam por todos os colegas o ódio e a discórdia, na incompreensão e na irracional falta de solidariedade. E, neste espaço regimental de tema livre, peço a V. Exa, Sr. Presidente e aos demais vereadores, como se só existe para mim esta única oportunidade de registro, usar de uma narrativa talvez singular na história desta Casa, mas que traz a marca de um protesto desassombrado em desgosto dos meus companheiros de partido, ou mais precisamente daqueles cuja dignidade a mantiveram na serenidade da vitória e mesmo na trepidez da derrota [...]”. (Livro de Atas do Legislativo Municipal de 20 de agosto de 1973, fl. 240)

<sup>87</sup> O atentado. **Posição**, p.03, 03 de dezembro de 1976

<sup>88</sup> Livro de Atas do Legislativo Municipal de 20 de agosto de 1973, fl. 240.

Ao finalizar seu texto, Valadão enfatizou que “os elementos da bancada do MDB não arredam o pé” na intenção de punir o relapso companheiro Oséas, que levou o partido a uma derrota no pleito de 1972, levando à vitória o arenista Ferraço.

O ano de 1974 iniciou com os ânimos bem alterados. Em sessão do dia 8 de abril, Valadão e Juracy voltaram a criticar Oséas, acusando-o de procurar o líder da ARENA para fazer conchavos, além de reclamarem da insistência do então prefeito Ferraço (Arena) em tirar Hélio Carlos Manhães das eleições que viriam a acontecer. Diante dessas reclamações, Valadão foi proibido de comparecer à Casa por dois dias, tendo acusado a Arena de manobra para impedir a candidatura de Manhães<sup>89</sup>.

Apesar dos debates acalorados, a candidatura de Hélio Carlos prosperou. A imprensa estadual destacou sua capacidade de conciliar os ânimos entre os radicais e os moderados no interior do partido. A reportagem do jornal A Gazeta, de 08 de setembro de 1974<sup>90</sup>, trouxe como título: *Hélio, estrela do sul*. Nela, a figura de Hélio Carlos Manhães foi exaltada e classificada como a de um jovem de imensa popularidade em Cachoeiro de Itapemirim, e como uma estrela que atrairá inimizades dentro do próprio partido, porém, tendo se mantido afastado, não adotando uma postura moderada nem radical, teria garantido a admiração de ambas.

Na campanha de 1976, Oséas<sup>91</sup>, agora filiado à Arena, apoia a candidatura Abel Santana e Alício Franco, candidatos apoiados por Ferraço, contra os emedebistas Hélio Carlos e Gilson Carone. Após eleição bastante disputada, com os ânimos bem exautados, foi declarada vitoriosa a chapa do MDB.

Após a vitória do MDB, Oséas foi visto por testemunhas rondando a casa de Hélio Carlos Manhães. Em 21 de novembro de 1976, encontravam-se, em um bar<sup>92</sup> de nome Alaska, um dos redutos de políticos da época, Hélio e Valadão. Na ocasião, houve um atentado, e foi atribuído a Oséas o tiro que vitimou Gicélio Manhães, irmão de Hélio Carlos. Além dele, outros dois tiros atingiram Valadão, que sobreviveu e acusou de ato criminoso outro grande e ainda atual desafeto, Theodorico Ferraço<sup>93</sup>.

---

<sup>89</sup> Em entrevista, Valadão disse que essa determinação acompanhava um regimento interno da Casa e, que teria sido usada somente contra ele, no que ele recorda, em forma de represália.

<sup>90</sup> FONTE: BRESAPEES.DES.O.MP.3, p. 254

<sup>91</sup> Após responder processo judicial aberto por Manhães, Oséas finalmente filia-se a ARENA.

<sup>92</sup> Ver anexo 2

<sup>93</sup> O atentado. *Posição*, p.03, 03 de dezembro de 1976.

**Figura 5** – Internação de Roberto Valadão em um hospital em decorrência do incidente em que foi envolvido.



**FONTE:** Arquivo pessoal de Roberto Valadão

No que tange às eleições, em declaração ao jornal *Posição*, Hélio Carlos Manhães, prefeito eleito<sup>94</sup> e Roberto Valadão, vereador mais votado, disseram terem sido elas a “vitória da liberdade”<sup>95</sup>, agradecendo o apoio popular contra os que chamaram de poderosos candidatos da Arena, os quais possuíam um sólido apoio financeiro, tratando-se de Theodorico Ferraço, então prefeito, e dos candidatos apoiados por ele, Abel Santana e Alício Franco. A vitória emedebista em Cachoeiro não foi acompanhada pelos outros municípios do estado. Em 1978, Hélio Carlos e Valadão se afastaram da Prefeitura para se lançarem como candidatos<sup>96</sup>, respectivamente, ao Senado e a Assembleia Legislativa, sendo Valadão vitorioso e Hélio Carlos derrotado por Moacir Dalla da Arena.

Acompanhando o cenário estadual, a construção do MDB sul capixaba foi permeada pela heterogeneidade. Entretanto, o que se verifica é uma adesão de figuras com pensamentos mais alinhados e de grande capilaridade política, tais como Hélio Carlos e Roberto Valadão, subsidiados por tantos outros. Mesmo que, em relação à legenda, o MDB não tenha superado a Arena em número de votos nos pleitos municipais durante a vigência do bipartidarismo, conseguiu, por intermédio desses indivíduos, importantes resultados, estando seus membros

<sup>94</sup> Ver anexo 4

<sup>95</sup> O atentado. *Posição*, p.04, 03 de dezembro de 1976

<sup>96</sup> Ver anexo 5

supracitados entre os prefeitos e vereadores mais votados, mostrando força, e os projetando para o cenário estadual.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho apresentou a formação e trajetória político-eleitoral do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) no município de Cachoeiro de Itapemirim, no estado do Espírito Santo, desde 1966 até 1979. Para tanto, foram analisadas as atas dos resultados eleitorais das eleições majoritárias para vereadores e prefeitos do período em questão, atas das sessões da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim no mesmo período, documentos que constam no arquivo público estadual, exemplares de jornais da época e entrevistas com o Sr. Roberto Valadão Almokdice.

Após a análise das atas dos resultados eleitorais, foi realizada uma comparação do desempenho eleitoral entre o MDB e a Arena. Com base nessa comparação, percebeu-se que, embora a ARENA tivesse em seu quadro as principais representações políticas do município, muitas delas políticos de carreira cujas atuações antecederam o bipartidarismo, o MDB conquistou importantes resultados, tanto para cargos do legislativo quanto para os do executivo municipal. No entanto, ainda que os candidatos tenham recebido quantidades expressivas de votos, eles estavam submetidos ao sistema de sublegenda. Naquele momento, ainda que os candidatos emedebistas tivessem, individualmente, uma quantidade maior de votos válidos, comparada com os dos arenistas, ainda valia a proporcionalidade de votos válidos por partido, segundo o Capítulo IV da Lei 4.737 de Julho de 1965.

Com base nos resultados eleitorais e nos conflitos entre representantes do MDB e da Arena, percebeu-se que o MDB cachoeirense já caminhava na direção de uma estrutura de caráter oposicionista, diferente das características pensadas para o partido pela esfera federal, que eram as de uma oposição frágil e dócil, como argumenta MOTTA (2007, p. 285).

A explicação para o desempenho dos emedebistas é a existência de indivíduos de grande capilaridade social. Essa capilaridade se dava em diversos meios da sociedade cachoeirense, pois o quadro emedebista era constituído por diferentes profissionais liberais, muitos deles já formadores de opinião, tais como Deusdedit Baptista (professor), Hélio Carlos Manhães (radialista), Juracy Magalhães Gomes (professor) e Roberto Valadão Almokdice (inicialmente, ligado ao movimento estudantil).

Após a análise das atas da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, percebeu-se que a bancada emedebista era bastante atuante. Destaca-se, nessa análise, a atuação de Roberto

Valadão Almokdice na legislatura compreendida entre os anos de 1972 e 1976. Durante esse período, iniciou-se uma das maiores rivalidades políticas do município, que foi e ainda continua sendo, Valadão e Ferraço, sendo ambos, respectivamente, naquele momento, o vereador mais votado e líder da bancada emedebista e o chefe do executivo municipal e principal articulador da ARENA no sul do estado.

Tal postura combativa de oposição e atuação fez com que o MDB cachoeirense apresentasse importantes resultados nas urnas, antes mesmo da chamada *Virada Emedebista* ocorrida em 1974, resultados verificados principalmente com os políticos Hélio Carlos Manhães, Gilson Carone, Juracy Magalhães e Roberto Valadão que, juntos a outros personagens, formaram a vitoriosa “cúpula emedebista”, capaz de projetar tais nomes por todo o estado<sup>97</sup>, servindo de referência a outros diretórios, e contribuindo para a eleição de seus personagens a cargos estaduais, como o de deputado estadual conquistado por Roberto Valadão, em 1978. Valadão, ainda vivo e lúcido, atribuiu esses resultados à capacidade que o partido teve de conciliar a experiência de uns com o ímpeto e a audácia que a juventude trazia de outros, se referindo a si mesmo. O fato é que Cachoeiro de Itapemirim, durante o bipartidarismo, no que tange aos pleitos ocorridos no período, se mostrou como um “ponto fora da curva”, o que o justificou como objeto de pesquisa desse trabalho.

---

<sup>97</sup> Hélio Carlos Manhães membro fundador do MDB em Cachoeiro de Itapemirim já era nome conhecido no estado antes do bipartidarismo.

## REFERÊNCIAS

- ACHIAMÉ, Fernando. **O Espírito Santo na Era Vargas (1930-1937)**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- ATHAYDES, Ramilles Grassi. **Documentando a subversão: a reorganização do movimento estudantil na Universidade Federal do Espírito Santo (1976-1978)**. 2017. 188 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Vitória, Espírito Santo, 2017.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.
- BARTH, Frederik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1992.
- CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. v. 1. Petrópolis: Vozes, 1998.
- DIAS, Jailson. **Surgimento e constituição do MDB e ARENA na cidade de PICOS**. In: Semana Científica – Faculdade R. Sá, 2015, Picos- PI.
- DUARTE, Gerson Constância. **O pensamento liberal na Primeira República no Brasil (1889-1930) e seus reflexos na reconstrução da sociedade capixaba pelo viés da educação**. 2016. 274f. Tese (Doutorado) – Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, 2016.
- DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado do Planejamento. **Estrutura Demográfica do Espírito Santo 1940/2000**. Vitória, FJSN, 1977.
- FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. **A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. 26f.

FICO, Carlos. **Além do Golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GOMES, Angela de Castro ; PANDOLFI, Dulce Chaves ; ALBERTI, Verena. **A República no Brasil**. São Paulo: Nova Fronteira, 1999.

GOMES, Angela de Castro. “O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito”. In: FERREIRA, Jorge (Org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GOMES, Ângela de C. **Reflexões em torno do populismo e do trabalhismo**. *Vária História*, Belo Horizonte, nº 28, 2002.

GRINBERG, Lúcia. Uma memória política sobre a Arena: dos “Revolucionários de primeira hora” ao “Partido do Sim, Senhor”. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs). **O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru, SP: Edusc, 2004.

GRINBERG, Lucia. **Partido Político ou Bode Expiatório. Um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (1965-1979) – Arena**. Rio de Janeiro: Mauad, 2009.

HEINZ, F.M. (Org.) **Por uma outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

KINZO, Maria D'alva G. **Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979)**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.

LAMOUNIER, Bolivar. “Authoritarian Brazil revisitado: o impacto das eleições na abertura política brasileira, 1974-1982”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 29, nº 3, 1986. p. 288. In: FICO, Carlos. **Além do Golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. São Paulo: Alfa - Omega, 1949.

LEMOS, Amarildo Mendes. **Agora é Max. A trajetória política de Max de Freitas Mauro (1970-1990)** – 2014. 311f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Vitória – ES, 2014.

MAINWARING, Scott ; TORCAL, Mariano. Teoria e institucionalização dos sistemas partidários após a terceira onda de democracia. . *Opinião Pública*, Campinas, Vol. XI, nº 2, Outubro, 2005, p. 249. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/op/v11n2/26416.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2018.

MICHELS, Robert. *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à História dos Partidos Políticos no Brasil*. Belo Horizonte. Editora UFMG. 1999.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O MDB e as Esquerdas. . In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). *Revolução e democracia (1964...)*. *As Esquerdas no Brasil*. vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

NOVAES, Maria Stella de. **História do Espírito Santo**. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, 1964.

OLIVEIRA, Ueber José de. **Configuração político-partidária do estado do Espírito Santo no contexto do regime militar: um estudo regional acerca das trajetórias de ARENA e MDB (1964-1982)**. 2013. 335 f. Tese (Doutorado) -- Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2013.

OLIVEIRA, Flávio dos Santos. **Reflexões sobre o Integralismo em Cachoeiro de Itapemirim: contribuições para a compreensão da expansão integralista no espaço brasileiro**. 2012. 110 f. Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, 2012.

OLIVEIRA, Ueber José de. **Desempenho político-eleitoral do Partido dos Trabalhadores, no Espírito Santo, nas eleições de 1982 a 2002**. 2008. 326 f. Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, 2008.

PANEBIANCO, Angelo. *Modelos de Partido: organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2005.

PELEGRINE, Ayla Rodrigues Oliveira. **Modernização e Repressão: os impactos da ditadura militar na Universidade Federal do Espírito Santo (1969-1974)**. 2016. 149 f. Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, 2016.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge et. al.. **O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930**. 2ª ed. V 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 90-120.

ROCHA JÚNIOR, José Carlos. **No encaço dos companheiros: militantes do Partido dos Trabalhadores (PT) sob vigilância da Delegacia de Ordem Política e Social do Espírito Santo (DOPS/ES) – (1978-1985)**. – 2014. 183 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Vitória – ES, 2014.

SALETTTO, Nara. **O processo político na Primeira República**. 2008.

\_\_\_\_\_. **Partidos políticos e eleições no Espírito Santo da Primeira República**, 2005.

SANTOS, Adilson Silva. **Um republicano histórico no Espírito Santo da Primeira República: A carreira de Bernardo Horta de Araújo (1887 – 1913)**. 2009. 143f. Dissertação Defendida no Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas. UFES. Vitória, 2009.

SANTOS, Francisco José dos. **Da campanha da legalidade ao golpe de Estado de 1964: o estado do Espírito Santo durante o governo de João Goulart**. 2013. 190 f. Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, 2013.

SCHMITT, Rogério. **Partidos políticos no Brasil (1945-2000)**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. Não paginado.

SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard. **O estado espetáculo**. Rio de Janeiro / São Paulo: Difel, 1978.

SEILER, Daniel-Louis. Daniel-Louis. *Os partidos políticos*. Brasília: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

SILVA, Marta Zorzal e. **Espírito Santo: estado, interesses e poder**. Rio de Janeiro, FGV, 1986.

VIANNA, Francisco José de Oliveira. **Problemas de política objetiva**. 2ªed. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1947.

WEFFORT, Francisco Corrêa. **O populismo na política brasileira**. 5 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2003.

## ANEXOS

## ANEXO 1 PEÇAS PARA INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO ASSINADO POR HELIO CARLOS MANHÃES

**Figura 6** – Peças para instauração de Inquérito, oriundo do Juiz Eleitoral e Comunicação do MDB – 3, assinado pelo Candidato a prefeito Higino Bernardes dos Santos.

BR. ES. APEC. DES. O. MP. 3

CONFIDENCIAL

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
POLÍCIA MILITAR

DESTACAMENTO POLICIAL MILITAR DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

P-19  
Arguine - 88  
5

DATA: 31 de outubro de 1972  
 ASSUNTO: Situação e Campanha Política na Área.  
 ORIGEM:  
 CLASSIFICAÇÃO:  
 DIFUSÃO ANTERIOR:  
 DIFUSÃO: CI/SSP/ES -- PM-2/ES

REFERENCIA:  
 ANEXO: Peças para instauração de Inquerito, oriundo de Juiz Eleitoral e Comunicação do MDB-3, assinado pelo Candidato à Prefeitura HIGINO BERNARDES DOS SANTOS.

INFORMAÇÕES: Nº 012/72

TEARU:

- 1- Segundo observações colhidas, o ambiente político na área pode-se agravar, levando-se em conta as provocações assintomas partidas de candidatos e elementos da esquerda que fazem campanhas para o MDB-1, cujo candidato a PREFEITO é o Sr. GILSON CARONE, sinefluando a massa à pratica de atos e fatos que contrariam o sistema DEMOCRATICO-REVOLUCIONARIO, procurando assim tumultuar o processo politico na área;
- 2- Consta que na madrugada do dia 25 (quarta-feira) na residência do Dr. JOÃO MADUREIRA, houve uma reunião sigilosa, dela participando o conhecido agitador comunista DEMISTOCLIDES BATISTA (BATISTINHA), DEUSEDETH BATISTA, DR GILSON CARONE, ROBERTO VALADÃO ALMOKIDICE (atual Vice Prefeito), PAULO DOMINGUES, HELIO CARLOS MANHÃES, GILSON MOURA, DR GALDINO THEODORO DA SILVA, DR ABGARD TORRES PARAISO e DR JOÃO MADUREIRA;
- 3- Que antes do inicio da reunião, foi colocado para fora do recinto o estudante do LICEU de nome S A N C L E R, residente na Casa do Estudante de Cachoeiro;
- 4- Dessa reunião, foi ventilado o processo de provocação que seria posta em pratica pelos elementos subversivos da área PAULO DOMINGUES e ROBERTO VALADÃO ALMOKIDICE e ABGARD TORRES PARAISO, -- havendo contestação por parte de alguns membros no sentido da não provocação. Consta ainda que PAULO DOMINGUES e ROBERTO VALADÃO ALMOKIDICE, irritaram-se e exclamaram que não arredariam os pés quanto as provocações, pois era desejo do partido e do lider, pois passariam como vitimas e provocariam uma intervenção Federal na área;

Mod. 12 -- EMFORMA

RR. AS APPEES. DES. O. MP. 3  
BRES APPEES. DES. O. MP. 3



CONFIDENCIAL

P. 20

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

-2-

5- Consta ainda que está havendo por parte do MDB-1 (pró-candi-  
dato GILSON CARLOS), a compra de bens pelo dinheiro, que ofereceram ao SR; AL-  
BERTO FERREIRO (ex JACIQUI) a quantia de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), ao  
SR JOAQUIM ROSSATO (ex MIRALIM) a quantia de Cr\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos  
cruzeiros), ao Sr. LEONARDO BALDI foi oferecido Cr\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros)  
e um emprego a partir daquele momento, ao Sr. LUIZ MIRANDA ( Bairro de Anaral)  
Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros);

6- Consta ainda que mais de 200 (duzentas) pessoas foram coloca-  
das na Prefeitura, constando nas folhas de serviços de obras, todavia, sem lu-  
gar definido para o trabalho;

7- Que elementos do MDB-1, estão usando medicamentos fornecidos  
pela Sec de Saúde do Estado, para fazer propaganda política, usando para tanto,  
envelopes com o timbre externo do comitê de propaganda daquela agremiação parti-  
dária, conforme xerôques anexo;

8- Foi sabedor esta agência que os Vereadores LUIZ GONCALVES, ASTOR  
RILSON DOS SANTOS e ALENCAR HENRIQUE AARÃO, foram comprados pela cúpula do MDB para  
votar crédito de suplementação, o qual viria acobertar dívidas da Prefeitura efe-  
tuadas fora do orçamento;

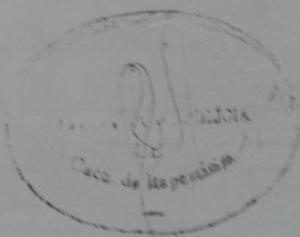
OUTROS DADOS JULGADOS ÚTEIS:

-Segue anexo em xerôque, uma comunicação feita à Deleg de Poli-  
cia pelo MDB-3, assinado pelo Cel PM RR DR HIGINO BERNARDES DOS SANTOS, sobre a  
maneira assintosa e abusiva com que vem se comportando o partido do MDB-1;

-Quanto ao item 7, a Delegacia de Policia prossegue a instaura-  
ção de inquerito, conforme solicitação do MM Dr. Juiz Eleitoral.

CONFIDENCIAL

.....



ASPC.  
Em 16-XI-72.  
S

## ANEXO 2 ESTABELECIMENTOS QUE RECEBIAM CONSTANTEMENTE POLÍTICOS EMEDEBISTAS

**Figura 7** – Um dos estabelecimentos que constantemente recebiam políticos emedebistas. Podemos identificar na imagem Roberto Valadão. Entretanto, ele não pode confirmar se realmente era o antigo bar Alaska, tão pouco outros emedebistas que poderiam lá se encontrar.



**FONTE:** Arquivo pessoal de Roberto Valadão

### ANEXO 3 HÉLIO CARLOS MANHÃES NA PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

**Figura 8** – Hélio Carlos na Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim (1977).



**FONTE:** Arquivo pessoal de Roberto Valadão

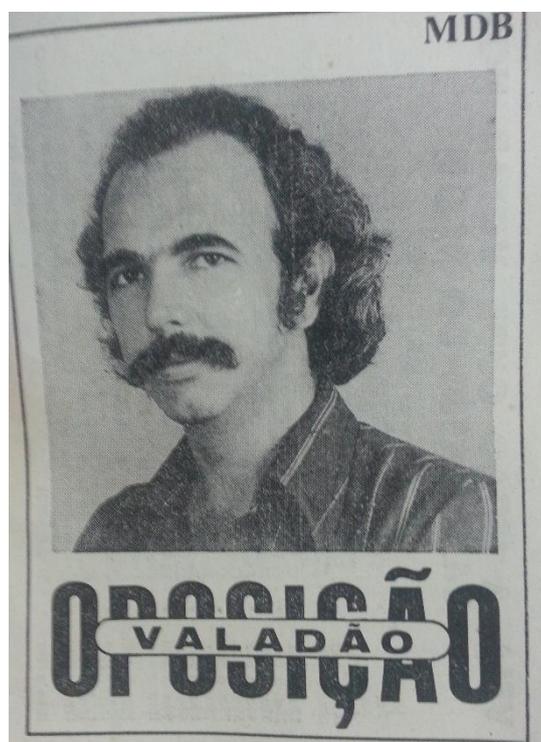
## ANEXO 4 MATERIAL IMPRESSO PARA CAMPANHA DE HÉLIO CARLOS MANHÃES E VALADÃO

**Figura 9** – Material impresso para a campanha de Hélio Carlos ao Senado e Valadão à Assembleia Legislativa (1978)



**FONTE:** Arquivo pessoal de Roberto Valadão

**Figura 10** – Material impresso de divulgação da candidatura de Valadão à Assembleia Legislativa (1978)



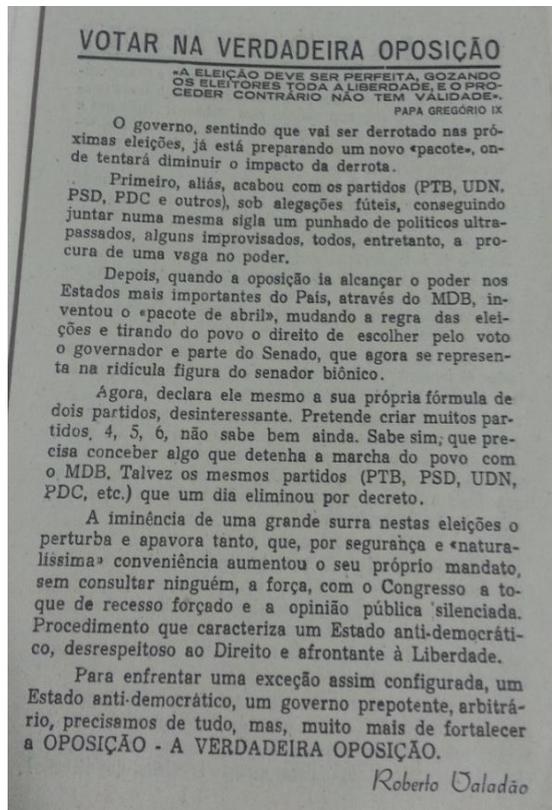
**FONTE:** Arquivo pessoal de Roberto Valadão

**Figura 11** – Lista das seções eleitorais que compunham a zona eleitoral de Cachoeiro de Itapemirim – ES (1978)

VEJA A SEÇÃO ONDE VOTAR NOS CANDIDATOS DO MDB		
CACHOEIRO		
1a.	seção - Casa do Estudante	ITAÓCA
2a.	» - Centro Operário	1a. a 6a.
3a.	» - »	» - Grupo Escolar
4a. a 13a.	» - INPS - 25 de Março	BURARAMA
14a. a 18a.	» - Maçoaria - 25 de Março	1a. a 5a.
19a. a 21a.	» - Esc. Tio Patinhas - Rua Mateira	6a.
22a. a 25a.	» - G. Escolar Ouro Branco	CONDURU
26a. a 31a.	» - G. Escolar Graça Guardia	1a. a 5a.
32a. a 43a.	» - Liceu Muniz Fretre	6a. a 9a.
44a. a 58a.	» - Ateneu Cachoeirense	JACIGUÁ
59a. a 76a.	» - Colégio Cristo Rei	1a. a 3a.
7a. a 78a.	» - Curso Brasil	4a. a 5a.
9a. a 88a.	» - Escola de Comércio	PACOTUBA
9a. a 96a.	» - Bernardino Monteiro	1a. a 4a.
97a. a 98a.	» - Colônia Estadual	5a.
99a. a 100a.	» - LBA	6a.
101a.	» - Receita Federal - Av. A. Penedo	7a.
102a. a 104a.	» - Sindicato dos Ferrovários	8a.
105a. a 112a.	» - Centro de Saúde	VARGEM ALTA
113a. a 120a.	» - Colégio Newton Braga	1a. a 8a.
121a. a 127a.	» - Faculdade de Direito	VARGEM GRANDE DE SORTUNO
128a. a 133a.	» - Faculdade de Ciências Contábeis	1a. a 7a.
134a. a 141a.	» - INPS (SAMU)	8a.

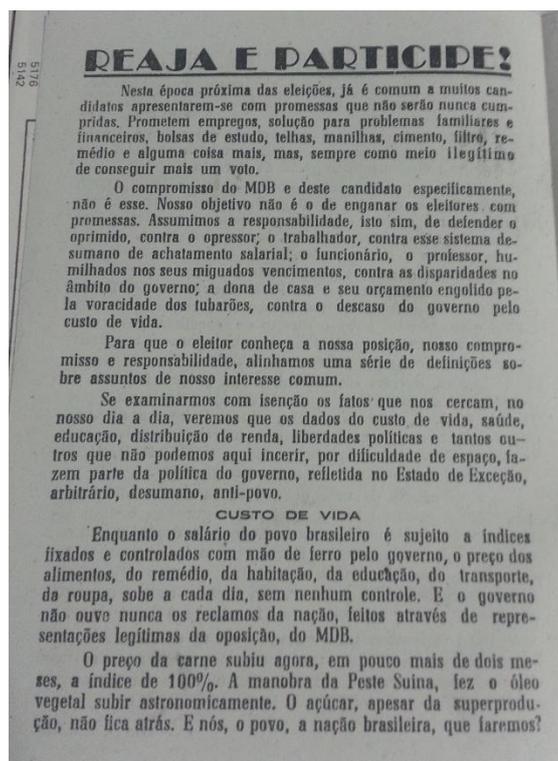
FONTE: Arquivo pessoal de Roberto Valadão

**Figura 12** - Material impresso com texto escrito por Valadão dando conta do porque de votar no MDB (1978)



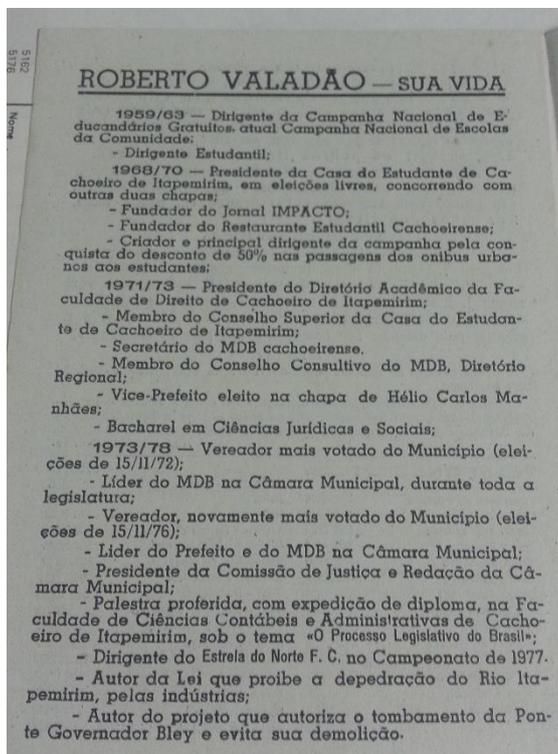
FONTE: Arquivo pessoal de Roberto Valadão

**Figura 13** – Material impresso pelo MDB conclamando o povo a participar das eleições como forma de reação contra o Regime (1978)



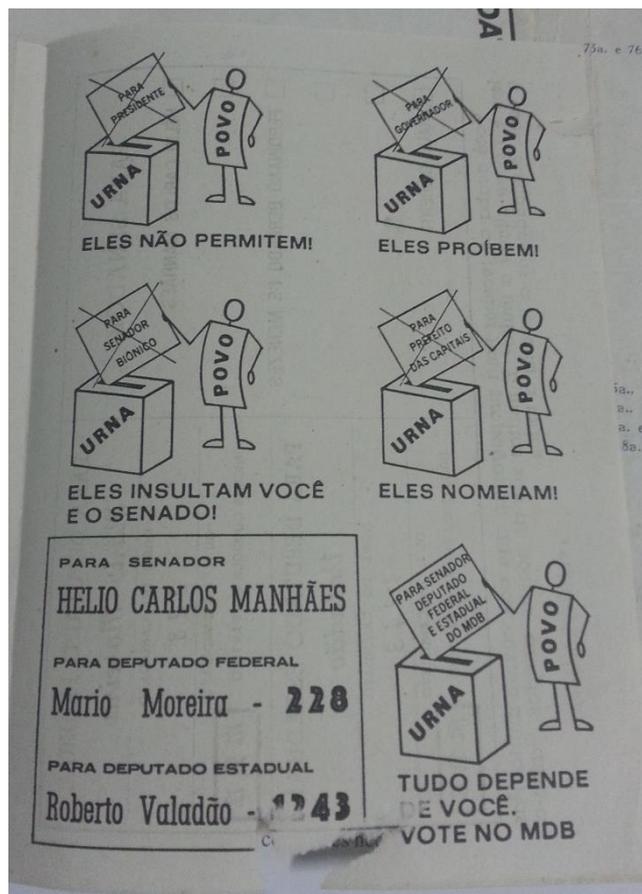
**FONTE:** Arquivo pessoal de Roberto Valadão

**Figura 14** - Material impresso de divulgação da candidatura de Valadão à Assembleia Legislativa (1978)



**FONTE:** Arquivo pessoal de Roberto Valadão

**Figura 15** – Material impresso pelo MDB destacando a importância de votar no partido (1978)



**FONTE:** Arquivo pessoal de Roberto Valadão

## ANEXO 5 DISTRITOS CORRESPONDENTES À CACHOEIRO ENTRE 1940 E 1970

Figura 16 - Distritos correspondentes a Cachoeiro de Itapemirim entre as décadas de 1940 e 1970.

MUNICÍPIOS EXISTENTES EM 1970, AGRUPADOS POR MICRO-REGIÕES	ÁREA (km <sup>2</sup> )	OBSERVAÇÕES	DISTRITOS CORRESPONDENTES NA ÉPOCA			
			1940	1950	1960	1970
2. Apiacá .....	176	Desmembrado de Mimoso do Sul em 1958.	-	-	Apiacá Iuru	Apiacá José Carlos -
3. Atílio Vivacqua ....	277	Desmembrado de C. de Itapemirim em 1963.	-	-	-	Atílio Vivacqua
4. Bom Jesus do Norte ..	92	Desmembrado de S. José do Calçado em 1963.	-	-	-	B. J. do Norte
5. C. de Itapemirim ...	1.304	Perdeu o Distrito de Marapé em 1963.	C. de Itapemirim Floresta Conduru Virgínia Pacotuba Vargem Alta -	C. de Itapemirim Burarama Conduru Jaciguã Pacotuba Vargem Alta -	C. de Itapemirim Burarama Conduru Jaciguã Pacotuba Vargem Alta Pres. Vargas Vargem Grande do Soturno Marapé	C. de Itapemirim Burarama Conduru Jaciguã Pacotuba Vargem Alta Itaocá Vargem Grande do Soturno -

FONTE: Governo do Estado do Espírito Santo – Secretaria de Estado e Planejamento

ANEXO 6 FRAGMENTO DO ESTATUTO DE ABERTURA DO MOVIMENTO  
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO REGISTRADOS JUNTO AO TRIBUNAL  
SUPERIOR ELEITORAL (TSE)

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL  
SEÇÃO DE COMUNICAÇÕES

14 MAR 1966 00353

12-36 6 | DEPT. DEPARTAMENTO

MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Estatutos

Art. 1º - O Movimento Democrático Brasileiro, que terá como sigla as suas iniciais - M.D.B., organizado de acordo com o disposto nos Atos Complementares nos 4, 6 e 7, respectivamente de 20 de novembro de 1965, 3 e 31 de janeiro de 1966, terá atribuições de partido político e reger-se-á por este documento, assinado por deputados e senadores, que passam a ser os seus fundadores.

Art. 2º - Os deputados e senadores que, não havendo subscrito este documento, solicitarem sua filiação ao M.D.B. dentro de 30 dias, contados da data do registro da organização na Justiça Eleitoral, terão, se forem aceitos pela Comissão Diretora Nacional, os mesmos direitos e deveres dos membros fundadores, ressalvado, contudo, o disposto no art. 5º.

Dos Objetivos

Art. 3º - O M.D.B., certo de que o poder só é legítimo quando emana do povo e em seu nome é exercido, usará dos direitos de ação política na defesa dos objetivos definidos no programa com que se apresenta perante a opinião pública e que vai transcrito no final deste documento.

ANEXO 7 OBJETIVOS DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO  
REGISTRADOS JUNTO AO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE)

MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO 47

Objetivos

- Estatutos, art. 3º -

Convicto de que todo o poder emana do povo e, em seu nome, é exercido, o M.D.B. declara à Nação os objetivos que o animam e orientam. Sem outros compromissos, presentes ou passados, senão com o que realmente representa o interesse do povo e do País e corresponda às tradições cristãs que presidiram sua formação no curso da História, usará dos direitos de ação política, com moderação e firmeza, atento às medidas que visem ao bem comum, dentro das seguintes diretrizes:

- I - Fortalecimento da democracia representativa e da Federação, sob a forma republicana de governo, baseada no respeito:
- à soberania popular, manifestada através do voto direto, universal e secreto;
  - à pluralidade dos partidos políticos;
  - à autonomia dos Estados e a justa distribuição de rendas públicas, de modo a revigorá-los e a dar aos municípios condições plenas para a realização das tarefas que lhes incumbem;
  - à harmonia e independência dos Poderes.
- II - Defesa da ordem jurídica e dos direitos e garantias individuais inscritos na Constituição e consagrados na Declaração Universal dos Direitos do Homem, promulgada pela Organização das Nações Unidas.
- III - Prioridade para uma política educacional que vise ao aperfeiçoamento da pessoa humana, conduza à erradicação do analfabetismo e propicie a todos os proveitos da instrução.

.20.

- IV - Liberdade de pensamento e de cátedra, modernização do ensino universitário, estímulo efetivo à pesquisa científica e tecnológica e amparo a todas as formas de manifestação da cultura, da ciência e das artes.
- V - Realização de reformas estruturais que assegurem a integração de todas as classes sociais, especialmente da juventude, dos trabalhadores e dos intelectuais, no processo político brasileiro, que contribuam para o aprimoramento da prática do regime democrático e possibilitem a elevação do nível econômico e cultural dos brasileiros.
- VI - Promoção do desenvolvimento do País dentro de uma ordem econômica que, conciliando a liberdade de iniciativa com a valorização do trabalho humano, assegure a todos oportunidade de fruir seus benefícios e torne viável a prática da verdadeira e efetiva justiça social.
- VII - Eliminação dos desequilíbrios acentuados entre as diversas áreas do País, através de medidas que incluam e ampliem os planos regionais de desenvolvimento.
- VIII - Política de reforma agrária que realmente condicione o uso da propriedade ao bem-estar social, promova o acesso ao domínio da terra ao maior número e estenda aos trabalhadores do campo o gozo dos direitos assegurados na Legislação do Trabalho e da Previdência Social.
- IX - Medidas efetivas de combate à alta do custo de vida e de repressão a todas as formas de abuso do poder econômico.
- X - Preservação da política estatal de petróleo, controle e aproveitamento das riquezas minerais e energéticas, no interesse do País.
- XI - Manutenção e aperfeiçoamento da Legislação do Trabalho e da Previdência Social, exercício do direito de greve e autonomia dos sindicatos.
- XII - Política administrativa fundada no planejamento da ação governamental e nos modernos recursos da ciência e da tecnologia, bem como na descentralização dos serviços, na prática do sistema de mérito e na exata aplicação dos dinheiros públicos.

.21.

XIII- Intensificação do combate às endemias rurais e realização de obras primárias de higiene na cidade e no campo.

XIV - Plano realístico de habitação que proporcione às classes menos favorecidas o mínimo de conforto compatível com a dignidade humana.

XV - Política externa de afirmação nacional, de preservação da paz e de aproximação com todos os povos, especialmente com a América Latina e os países em desenvolvimento, para defesa de interesses comuns.